UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MARCUS VINICIUS CORREIA BIAGGI

**A missão diplomática do Brasil em Londres: contribuição ao estudo da
formação da diplomacia brasileira (1822-1834)**

Versão corrigida

São Paulo

2019

MARCUS VINICIUS CORREIA BIAGGI

**A missão diplomática do Brasil em Londres: contribuição ao estudo da
formação da diplomacia brasileira (1822-1834)**

Versão corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor, sob a orientação da Professora Ana Maria de Almeida Camargo.

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Bm Biaggi, Marcus Vinicius Correia
A missão diplomática do Brasil em Londres:
contribuição ao estudo da formação da diplomacia
brasileira (1822-1834) / Marcus Vinicius Correia
Biaggi ; orientador Ana Maria de Almeida Camargo. -
São Paulo, 2019.
143 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. Diplomacia. I. Camargo, Ana Maria de Almeida,
orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): MARCUS VINICIUS CORREIA BIAGGI

Data da defesa: 11/11/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): ANA MARIA DE ALMEIDA CAMARGO

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 10/01/2020

(Assinatura do (a) orientador (a))

BIAGGI, Marcus Vinicius Correia. **A missão diplomática do Brasil em Londres: contribuição ao estudo da formação da diplomacia brasileira (1822-1834)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profa. Dra. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dra. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dra. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Resumo

BIAGGI, Marcus Vinícius Correia. A missão diplomática do Brasil em Londres: contribuição ao estudo da formação da diplomacia brasileira (1822-1834). 2019. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Com o objetivo de contribuir para o estudo da formação da diplomacia no Brasil e para uma história social dos diplomatas brasileiros, a partir da investigação sobre a composição da missão do Brasil em Londres entre os anos de 1829 e 1834, a pesquisa abordou a sede física da missão, a moradia e o local de trabalho dos agentes, suas trajetórias pessoais e profissionais e proveniências familiares e sociais, bem como os modos de trabalho das legações do Brasil no exterior, a divisão de tarefas entre seus membros e a elaboração dos principais documentos, os ofícios. A pesquisa analisou ainda uma parcela dos documentos elaborados pela referida missão, os informes políticos ostensivos sobre o chamado Ato de Reforma na Grã-Bretanha. O que se demonstrou é que, situados em um triplo processo (a ascensão do moderno capitalismo urbano e industrial na Inglaterra, as transformações por que a diplomacia global passava à época e a formação da diplomacia brasileira) os diplomatas do Brasil em Londres identificaram-se com uma ascendente e moderna burguesia liberal urbana e tal identificação não se restringiu aos chefes da missão, mas estendeu-se aos funcionários subalternos.

Palavras-chave: diplomacia brasileira; história social; Grã-Bretanha;

Abstract

BIAGGI, Marcus Vinícius Correia. The diplomatic mission of Brazil in London: contribution to the study of the formation of Brazilian diplomacy (1822-1834). 2019. Thesis (Doctoral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

In order to contribute to the study of the formation of diplomacy in Brazil and to a social history of Brazilian diplomats, based on the investigation about the composition of Brazil's mission in London between 1829 and 1834, the research addressed the physical headquarters mission, the housing and workplace of agents, their personal and professional trajectories and family and social provenances, as well as the ways of working Brazil's legations abroad, the division of tasks between its members and the elaboration of documents, the official letters. The research also looked at a portion of the documents drawn up by the mission, the ostentatious political reports on the so-called Reform Act in Britain. What has been demonstrated is that, situated in a triple process (the rise of modern urban and industrial capitalism in England, the transformations by global diplomacy passed at the time and the formation of Brazilian diplomacy) the diplomats of Brazil in London identified themselves with an ascendant and modern urban liberal bourgeoisie and such identification was not restricted to the heads of the mission, but extended to the subordinate officials.

Keywords: Brazilian diplomacy; social history; United Kingdom;

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo 1 - Os espaços físicos da missão diplomática em Londres (1822-1834)	27
1.1. Locais de trabalho e residência	31
1.2. Ambiente ao redor e custeio	39
1.3. Uma sede para a missão	52
Capítulo 2 - Os membros da missão diplomática em Londres (1829-1834)	54
2.1. Eustáquio Adolfo de Melo Matos	58
2.2. Miguel Maria Lisboa e José Joaquim Timóteo de Araújo	67
2.3. Influências externas, formação e iniciação profissional	71
Capítulo 3 – A prática diplomática, o trabalho e os ofícios	84
3.1. O <i>Regimento das Legações</i> (1834): aspectos importantes	87
3.2. Especificidades da missão brasileira em Londres	94
Capítulo 4 – O ofícios políticos da missão diplomática em Londres (1831-1832)	100
4.1. Informes políticos sobre o Ato de Reforma (fev.- nov. 1831)	104
4.2. Informes políticos sobre o Ato de Reforma (dez. 1831 - jun. 1832)	123
Considerações finais	130
Anexos	133
Referências bibliográficas e documentais	135

Introdução

A pesquisa pretende contribuir para o estudo da formação da diplomacia brasileira, a partir da investigação mais aprofundada sobre a missão diplomática do Brasil em Londres, sobretudo para a baliza cronológica entre 1829 e 1834. O enfoque do trabalho recaiu predominantemente sobre aspectos sociais da legação e dos agentes que a compuseram. A abordagem partiu da constatação de que uma história dos diplomatas brasileiros ao longo do século XIX, com enfoque social, foi deixada em segundo plano pelos pesquisadores que se dedicaram à história diplomática, história da política externa ou das relações internacionais, campos em que seria mais propício o aparecimento de trabalhos do tipo.

Destaca-se, em primeiro lugar, que, conquanto as relações pacíficas entre poderes territorialmente distintos tenham origens muito remotas¹, foi entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX que um conjunto de termos, derivados da antiga palavra latina *diploma*, passou a ser empregado com mais frequência para designar essas relações, bem como seus instrumentos e agentes executores, no âmbito do Estado moderno.

Em dicionário de língua portuguesa, por exemplo, é possível encontrar o registro mais recuado do verbete *Diplomático* no trabalho de Antônio de Moraes Silva, publicado em Lisboa, no ano de 1789.² O vocábulo tem origem provável no século XVII, mas na obra de Moraes Silva já foi apresentado também com o novo significado que adquiriu na segunda metade do século XVIII:

DIPLOMÁTICO, adj. Que respeita a diploma. *Corpo Diplomático*: os Ministros Estrangeiros, que residem como Embaixadores, Inviados, Plenipotenciarios, etc.³

¹ Para as origens mais remotas de "diplomacia" Cf. Numelin, Ragnar Julius. *The beginnings of diplomacy: a sociological study of intertribal and international relations*. New York: Philosophical Library, 1950.

² No trabalho de Rafael Bluteau, *Vocabulário português e latino* (publicado em Coimbra, no Colégio das Artes da Companhia de Jesus, entre 1712 e 1721) e no *Diccionario de lingua portugueza*, de Bernardo de Lima e Melo Bacelar (publicado em Lisboa, em 1783), não constam o verbete *Diplomático*, apenas, como os demais, o verbete *Diploma*.

³ Conforme a grafia original do *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Officina de Thaddeo Ferreira, Anno de 1789. p. 440.

Nota-se que a semântica moderna caracterizava o conjunto de negociadores residentes em outros territórios, a exemplo de embaixadores. Vale acrescentar que a própria ideia de um ministro residente em outros territórios pode ser considerada também moderna, porque, conforme apontou Antônio Pedro Barbas Homem,⁴ ao longo do século XVIII, a existência de um negociador oficial fixo em território estrangeiro era vista com desconfiança pelas autoridades.

É possível conjecturar que a adjetivação a partir da palavra diploma tenha decorrido da necessidade de os agentes oficiais no exterior serem possuidores dos conhecimentos necessários ao estudo de antigos diplomas, conforme preceituava à época o ramo da ciência que originou o termo *diplomática* no século XVII⁵, no âmbito das ciências documentárias.

Considerando que a obra de Antônio de Moraes Silva foi elaborada como uma atualização do *Vocabulário Português e Latino*, do clérigo Rafael Bluteau, publicado entre 1712 e 1721 e atualizado pelo próprio autor em 1727, é possível conjecturar que uma vulgarização do emprego do adjetivo masculino *diplomático* tenha ocorrido, ao menos, em língua portuguesa, no espaço entre a publicação dos dois trabalhos, i.e., entre as décadas de 1720 e 1780. À vista disso, Moraes Silva não pôde negligenciar o referido verbete na publicação de 1789.

Passadas mais de duas décadas, em 1813, Antônio de Moraes Silva publicou uma edição nova e atualizada do dicionário. No subtítulo, encontra-se o seguinte que foi “*Recompilado dos vocabularios impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito accrescentado*”. Nas emendas e acréscimos, pela primeira vez, apareceu o verbete *Diplomática*, como substantivo feminino na obra, que trazia o seguinte texto:

⁴ HOMEM, Antônio Pedro Barbas. *História das relações internacionais: o direito e as concepções políticas na Idade Moderna*. Coimbra: Edições Almedina, 2010. p. 248.

⁵ A obra de Jean Mabillon, intitulada *De Re Diplomatica Libri VI* (1681), pode ser atribuída a conformação, segundo notou Júlio Aróstegui, de uma moderna crítica documental. Já Harold Nicholson assinalou que a mudança do sentido da palavra diplomático no final do século XVIII ao trabalho de Edmund Burke. ARÓSTEGUI, Júlio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. BAURU, EDUSC, 2006, p. 102 [1ª ed. 1995].; NICOLSON, Harold. *Diplomacy*. London; New York; Toronto: Oxford University Press, 1942. [1ª ed. 1939].

DIPLOMÁTICA, s. f., A Arte, ou Sciencia diplomatica, de entender os diplomas, e documentos publicos antigos. A Sciencia dos negociadores politicos, e suas etiquetas, e cerimoneaes, tudo que é de officio, estilos, e usos do Corpo Diplomático.⁶

A exemplo do que ocorreu com o termo *diplomático*, o emprego da palavra diplomática se intensificou após o surgimento da primeira edição do trabalho, i.e., entre as décadas de 1790 e 1810, ao ponto de ter se tornado imprescindível ao autor registrá-lo na segunda edição. Ademais, uma outra edição veio a público dez anos depois, em 1823, a última em vida do autor, que faleceu no ano seguinte. Mas nela foram mantidos os verbetes anteriores, sem acréscimo de outros.

Já em uma nova edição da mesma obra, publicada em 1831, o compilador e atualizador, Theotonio José de Oliveira Velho, registrou então pela primeira vez o verbete *Diplomacia*, embora como sinônimo exato para o verbete *Diplomática*⁷.

Porém, pouco depois, em 1836, apareceu a primeira edição do dicionário de Francisco Solano Constâncio, obra que trouxe o mesmo significado anterior para o termo diplomacia, mas acrescentou um outro, ainda mais moderno:

DIPLOMACIA, s. f. (V. Diplomatica), diplomatica, sciencia dos diplomas, documentos e tratados antigos; sciencia das negociações politicas entre os estados, ou das formulas e usos das côrtes; it. fig., a influência dos diplomatas ou das côrtes nas negociações.⁸

Além disso, foi no trabalho de Solano Constâncio, de 1836, que apareceu o verbete *Diplomata* pela primeira vez em dicionário de língua portuguesa:

⁶ SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario de lingua portugueza*. Lisboa: Na Typographia Lacerdina, Anno de 1813; p. 620.

⁷ SILVA, Antônio de Moraes; VELHO, Theotonio José de Oliveira. *Diccionario de lingua portugueza*. Lisboa: Impressão Régia: Anno de 1831; p. 614.

⁸ CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Novo diccionario critico e etymologico de Lingua Portugueza*. Paris: Officina Typographica de Casimir, 1836; p. 419.

DIPLOMATA, s. m. (do Fr. *diplomate*), pessoa que he ou foi empregada na diplomacia, versado na diplomacia.⁹

Conjectura-se que, tal como os demais termos, o registro em dicionário das palavras *diplomacia* e *diplomata* tenha decorrido da intensificação do seus usos no período logo precedente, i.e., entre as décadas de 1810 e 1820, ao ponto de ter se tornado mais uma vez obrigatório registrá-los na década de 1830.

Portanto, em 1789, em língua portuguesa, registrou-se pela primeira vez o significado moderno para o termo diplomático, na função de adjetivo para os agentes que residiam como representantes de um território em outro. Em 1813, o significado da palavra diplomática, cuja origem remonta ao século XVII, passou a designar também a “*ciência dos negociadores políticos*” e as “*etiquetas, e cerimoneaes, tudo que é de officio, estilos, e usos*”, abrangendo assim os meios necessários para a execução das relações entre os Estados. Já nos anos 1830, surgiu a palavra *diplomacia*, que englobava a nova acepção de *diplomática* e introduzia o sentido de “*influência dos diplomatas ou das côrtes nas negociações*”, valorizando a ação dos agentes e dos Estados.

Esse conjunto de palavras novas e de novos significados para palavras já existentes é altamente representativo de uma nova configuração que as relações entre poderes territorialmente distintos e seus agentes executores tinham adquirido na primeira metade do século XIX. Nesse período que se configurou, sobretudo na Europa, uma moderna diplomacia e que apareceu a figura do diplomata. Ainda que restrito ao fenômeno para países europeus, M. S. Anderson observou que:

Between the outbreak of the French revolution and the meeting of the Paris peace conference Europe's diplomatic organisation changed in many ways more radically than in the preceding 300 years.¹⁰

⁹ Idem; p. 419.

¹⁰ ANDERSON, M. S. *The rise of modern diplomacy, 1450-1919*. London; New York: Routledge, 2013; p. 103. Para a história da diplomacia em nível global Cf. WRIGHT, Martin. *A política do poder*. São Paulo: Imprensa do Estado; EdUnB; IPRI, 2002, pp. 107-116; BULL, Hedley. *A sociedade anárquica: um estudo da ordem na política mundial*. São Paulo: Imprensa do Estado; EdUnB; IPRI, 2002, pp. 187-210; WATSON, Adam. *The evolution of international society: a comparative historical analysis*. London and New York: Routledge, 1992. p. 205.

Já a obra clássica de Harold Nicolson, *Diplomacy*, enfatizou o Congresso de Viena, de 1815, como o marco fundador desse processo de transformação de uma diplomacia de tipo palaciana para uma diplomacia como ramo do chamado serviço público:

By 1815 therefore the Diplomatic Services of the nations had been recognized as a distinct branch of the public service in each country. A definite profession had been established, possessing its own hierarchy and rules (...).¹¹

Esse processo global de formação da diplomacia como um ramo do serviço público e o surgimento da “carreira” de diplomata coincide, a partir sobretudo de 1822, com o da formação de uma diplomacia brasileira autônoma em relação a Portugal, pois coincide com a própria construção do Estado-nacional no Brasil. Recentemente, Rubens Ricupero definiu o processo iniciado no ano de 1822 como a “fundação da instituição diplomática brasileira”¹².

O processo de independência da América portuguesa e de construção de um Estado-nacional ocorreu de várias formas e em pontos distintos dos territórios que vieram a configurar-se posteriormente como o Brasil. Um dos esforços no sentido de obtenção de maior autonomia ou de separação definitiva desses territórios da América portuguesa em relação à metrópole europeia veio a ser precisamente a via diplomática, levada adiante por uma parcela da elite luso-brasileira, organizada na corte do Rio de Janeiro. Essa via ocorreu como consequência fundamentalmente da Revolução Liberal do Porto de 1820 e, no ano seguinte, da realização das Cortes Gerais em Lisboa e do retorno de João VI a Portugal e da nomeação de Pedro como regente do Brasil.

No contexto internacional, os pontos de partida da via diplomática da corte do Rio de Janeiro podem ser considerados a chamada *Carta às nações amigas* (ago. 1822) e as subseqüentes nomeações de agentes que representassem,

¹¹ *Op. cit.* p. 28.

¹² RICUPERO, Rubens. *A Diplomacia na Construção do Brasil. 1750-2016*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017. p. 118.

no exterior, a autonomia do Ministério de Negócios Estrangeiros que estava sediado no Rio em relação ao que estava sediado em Lisboa, cujos agentes passariam a representar exclusivamente os interesses de Portugal. A partir de agosto de 1822, esse processo levou à nomeação de agentes autônomos em Londres, Paris, Washington e Buenos Aires, o que representou a conformação inicial de uma diplomacia brasileira independente no exterior.

Todavia, conquanto as pesquisas na área da história, realizadas no Brasil, tenham dedicado bastante atenção ao processo de Independência e à formação do Estado-nacional, uma história da diplomacia e dos diplomatas ao longo desse processo, a partir de um enfoque social, não foi abordada de modo exaustivo pelos pesquisadores. Os estudos em que os diplomatas do século XIX constituíram-se como objeto conferiram destaque não apenas às relações interestatais, mas aos fenômenos políticos e econômicos dessas relações. Mais recentemente, ainda que voltados sobretudo ao período colonial, historiadores têm se dedicado cada vez mais a uma história intelectual em que diplomatas são também agentes relevantes, embora prevaleça a ênfase sobre as relações entre Estados.

Ao se observar a construção de uma “história diplomática” no Brasil, que se constitui como campo mais propício ao aparecimento de trabalhos sobre a história da diplomacia e dos diplomatas, é possível identificar que as referências em língua portuguesa a essa expressão são bastante escassas para o século XIX¹³. Só entre os anos finais daquele século e sobretudo nas primeiras décadas do século XX que ocorreu uma ampliação significativa do uso do rótulo “história diplomática”, seja em publicações em livro seja na imprensa periódica.

No Brasil, o diplomata e historiador Manoel de Oliveira Lima é o primeiro grande difusor da história diplomática, bem como um difusor dos usos variados que o adjetivo diplomático adquiriu no início do século XX no país, para se referir a tudo o que dissesse respeito às relações civis e pacíficas entre os Estados e à sua burocracia especializada. Até a atualidade, Manuel de Oliveira Lima é considerado um dos historiadores que mais se dedicou a esse campo de

¹³ Existem, por exemplo, referências no *Correio Braziliense*, de Hipólito José da Costa, para 1814 e 1821, de modo bastante precursor. Cf. Vol. XIII (1814) e Vol. XXVII (1821).

estudo, ao ponto de obra recente tê-lo considerado “o maior historiador diplomático brasileiro”¹⁴.

Em 1901, Manuel de Oliveira Lima publicou *História diplomática do Brasil: reconhecimento da Independência*¹⁵, trabalho que consagrou a expressão entre os pesquisadores no Brasil. No mesmo ano, a *Revista do IHGB* inaugurou também uma seção intitulada *História diplomática*. Ademais, em 1902, o mesmo periódico publicou um texto inédito de Francisco Adolfo de Varnhagen, de 1842, intitulado *As primeiras negociações diplomáticas respectivas ao Brasil*.¹⁶

Vale acrescentar que, entre 1903 e 1907, Manuel de Oliveira Lima proferiu uma série de conferências no exterior, cujos textos foram reunidos e publicados em livro no ano de 1908, com o título *Cousas Diplomáticas*¹⁷. Essa publicação ampliou entre os pesquisadores a possibilidade de novos objetos de estudo para uma história diplomática, tanto quanto vulgarizou o uso do adjetivo diplomático.

Também no ano de 1908, Arthur Guimarães de Araújo Jorge concluiu os textos reunidos no livro *Ensaio de História diplomática do Brasil no Regimen Republicano. 1889-1902*¹⁸, cuja publicação ocorreu apenas em 1912. A obra dedicou-se ao estudo do reconhecimento formal do regime republicano no Brasil, das relações com Uruguai, Argentina e Paraguai, bem como ao estudo da Revolta da Armada e seu contexto internacional.

¹⁴ ALMEIDA, Paulo Roberto de Almeida; REGO, André Heráclito do. *Oliveira Lima: um historiador das Américas*. Recife: CEPE, 2017.

¹⁵ LIMA, Oliveira. *História diplomática do Brasil: reconhecimento da Independência*. Rio de Janeiro; Paris: H. Garnier Livreiro-Editor, 1901.

¹⁶ CORREIA, M. F. Prisão de officiaes da corveta Alemã, Nymphe, em 1871 - História Diplomática. In.: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LXIV, Parte II, p. 5; VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. As primeiras negociações diplomáticas respectivas ao Brasil. In.: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LXV, Parte I, p.427. O manuscrito é de 1842. No mesmo tomo da RIHGB, Oliveira Lima publicou *Relação dos manuscritos portugueses e estrangeiros de interesse para o Brasil, existentes no Museu Britânico de Londres*. Ademais, existe uma “memória”, sem data, publicada, de Oliveira Lima, na Coleção Brasileira José e Guita Mindlin, intitulada *O descobrimento do Brasil suas primeiras explorações e negociações diplomáticas a que deu origem*.

¹⁷ LIMA, Manuel de Oliveira. *Cousas diplomáticas*. Lisboa: A Editora, 1908. O título é possível que tenha sido dado em referência ao trabalho do beneditino francês Jean Mabillon.

¹⁸ JORGE, Araújo. *Ensaio de História diplomática do Brasil no Regimen Republicano. 1889-1902*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora de Jacintho Silva.

É possível verificar, portanto, que, nos primeiros anos do século XX, configurou-se uma espécie de história diplomática pátria, em que os trabalhos de Oliveira Lima (1901), Varnhagen (1902) e Araújo Jorge (1912) configuram-se como textos fundadores da elaboração da disciplina, ao introduzirem três tópicos, com referência a marcos da história do Brasil: o Descobrimento, a Independência e a República.

Em 1914, a *Revista do IHGB* publicou o intitulado *Curso de História diplomática brasileira do IHGB*, que consiste em textos de conferências proferidas por Artur Pinto da Rocha no instituto.¹⁹ O trabalho foi o primeiro que se dedicou às relações diplomáticas do Brasil de modo mais abrangente, como uma espécie de manual, com baliza cronológica que se estende do período colonial ao fim do regime monárquico. É possível considerá-lo como o precursor de trabalhos desse tipo, a exemplo do que viriam a realizar Carlos Delgado de Carvalho no anos 1950 e mais recentemente Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno.

O autor buscou investigar sobretudo as relações do país com os vizinhos do Prata, consolidando ainda mais o tópico na área da história diplomática, que havia sido inaugurado por Araújo Jorge, em 1912. Em menor grau, o autor trabalhou as reações do Brasil com a Inglaterra, mas não incluiu o tema do reconhecimento da Independência, porque possivelmente considerou que nada tivesse a acrescentar à obra de Oliveira Lima. Ademais, em 1916, Artur Pinto da Rocha publicou os textos do curso em livro, intitulado *História Diplomática do Brasil*, reforçando a construção da disciplina²⁰.

Na década de 1920, em face das comemorações oficiais do centenário da Independência, ocorreu a publicação do *Arquivo Diplomático da Independência*,

¹⁹ ROCHA, Artur Pinto da. *Curso de História diplomática brasileira do IHGB*. In.: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXXVII, p. 219. Entre 1914 e 1917, a *Revista do IHGB* publicou *A correspondência do barão de Wenzel de Mareschal, 1821-1822* e *A Correspondência do Marquês de Resende*. Ambos ocuparam postos de diplomata, o primeiro a serviço da Áustria, no Brasil, e o segundo, em diversos postos europeus, pelo Brasil, durante o primeiro reinado.

²⁰ Outros trabalhos foram publicados logo depois, a exemplo de *As portas da Guerra – história diplomática do Brasil*, em 1916, do diplomata Hélio Lobo. A primeira vista, o título pode enganar, porque remete à Primeira Guerra Mundial. Porém, o trabalho pesquisava a chamada “questão Christie”. Em 1918, Hélio Lobo também publicou *Cousas diplomáticas*, que, tal como o livro homônimo de Oliveira Lima, coligia conferências do autor, proferidas no exterior.

trabalho que consagrou por definitivo o termo diplomático nas pesquisa em história no país e forneceu material para uma série de pesquisas subsequentes.²¹ Publicado em seis volumes a partir de 1922, a obra foi organizada no Ministério de Relações Exteriores, pelos diplomatas Mario de Barros e Vasconcelos, Zacarias de Gois Carvalho, Oswaldo Correia, Hildebrando Accioly e Heitor Lyra.

O *Arquivo Diplomático da Independência* foi a primeira grande iniciativa que identificou, selecionou, editou e publicou um conjunto mais extenso de documentos de comunicação interna (instruções e ofícios) do Ministério de Negócios Estrangeiros do Brasil, selecionados a partir do recorte temático da ruptura com Portugal e do reconhecimento formal por determinadas potências. Até então, nenhum trabalho havia adquirido a importância que a obra obteve e as peças editadas serviram e ainda servem como fonte para grande número de pesquisas²². Por essa razão, ocorreram aliás duas reedições da obra, uma em 1972, em razão das comemorações oficiais dos 150 anos da Independência e, mais recentemente, em uma edição fac-similar à segunda edição²³.

Entre as décadas de 1930 e 1940, não apareceram trabalhos marcantes sob a designação precisamente de “história diplomática”, a não ser, em 1930, o livro *Motivos de história diplomática do Brasil*, de Mario de Barros Vasconcelos, diplomata que havia trabalhado oito anos antes na elaboração do *Arquivo Diplomático da Independência*²⁴ e, em 1941, *História Diplomática e Política*

²¹ BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Arquivo Diplomático da Independência*. Rio de Janeiro: 1922-25; 6 Volumes. Vale mencionar que, em 1920, apareceu, em Buenos Aires, a *História Diplomática Latino Americana*, de Vicente G. Quesada. Os tomos II e III abordam particularmente o Brasil.

²² No campo da edição de documentos do ministério de Relações Exteriores, antes do referido trabalho, destaca-se *Apontamentos para o direito internacional*, de Antônio Pereira Pinto, publicado entre 1864 e 1869 e que reuniu tratados, acordos e outros documentos, sobretudo, pactuais. Para os anos 1910, por ocasião da Primeira Guerra Mundial, foi publicado um conjunto de documentos do Ministério, na coleção *Guerra da Europa. Documentos diplomáticos. Atitude do Brasil*, de 1917. Essa publicação, no ano seguinte, ganhou edição em língua inglesa, feita em Londres, a pedido do Ministério brasileiro.

²³ A edição mais recente é de 2018, publicada pela Fundação Alexandre de Gusmão.

²⁴ Também para o ano de 1922, cabe mencionar que, diante da efeméride do centenário da Independência, existe ainda a conferência, publicada em Paris, por José Joaquim de Lima e Silva Moniz de Aragão, com o título de *Resumé de l'histoire politique et diplomatique du Brésil*, bem como o verbete *História Diplomática do Brasil*, de Artur Pinto da Rocha, no *Dicionário Histórico, Geográfico e Ethnográfico*, publicado pelo IHGB. Em 1922, apareceu também *Pedro II e a política Internacional*, de Mario de Vasconcellos; e o *Reconhecimento da Independência do Brasil*, de Hildebrando Accioly, que haviam trabalhado no ADI. Posteriormente, em 1926, foi publicado

Internacional, de Heitor Lyra, que, como o anterior, havia trabalhado também na publicação referida. Em 1941, também apareceu *História Diplomática do Brasil*, de Pedro Calmon, edição de uma conferência proferida pelo autor no Itamaraty, dois anos antes²⁵.

Apesar da escassez de trabalhos relevantes sob a designação de história diplomática no período mencionado, em 1938, foi publicado o *Dicionário de bio-bibliográfico brasileiro de diplomacia, política externa e direito internacional*, elaborado por Argeu de Segadas Machado Guimarães, obra que é referência até a atualidade, principalmente para o conhecimento de diplomatas que não mereceram o primeiro plano dos pesquisadores.

Também a partir da década de 1930, os trabalhos publicados na coleção *Brasiliana*, da Companhia Editora Nacional, com ampla variedade de assuntos, cumpriram um papel destacado nas áreas da história diplomática, política externa e relações internacionais²⁶. Por meio dessa coleção, o período viu surgir os primeiros trabalhos em história com o rótulo de “política externa”, que podem ser considerados um ramo específico da história diplomática no período e que dela passava aos poucos a ganhar autonomia. A expressão ficou consagrada em razão da publicação da obra do militar e historiador João Pandiá Calógeras, que, no ano de 1933, publicou *A Política Exterior do Império*.²⁷

Ao trabalho de Pandiá Calógeras seguiram-se outros sob a designação de história da política externa, cujo exemplo mais relevante parece ser a publicação,

Apontamentos sobre as primeiras relações diplomáticas entre a República do Peru e o Império do Brasil, de Manuel Cícero Peregrino da Silva, publicado na *Revista do IHGB*, em 1926..

²⁵ Em 1932, nos Estados Unidos, apareceu *Diplomatic relations between the United States and Brazil*, de Lawrence F. Hill. E, em 1942, Sérgio Correa da Costa publicou *Pedro I e Metternich (traços de uma guerra diplomática)*.

²⁶ Afora os estudos sobre viajantes estrangeiros no Brasil, é possível mencionar como exemplo *Um diplomata na corte da Inglaterra*: o Barão de Penedo e sua época, de Renato Mendonça, publicado em 1942; *Um diplomata do Império (Barão da Ponte Ribeiro)*, de Jose Antônio Soares de Souza, publicado em 1952; *George Canning e o Brasil*, de Caio de Freitas, publicado em 1958; *O desafio americano à preponderância britânica no Brasil, 1808-1850*, de Antonia Fernandes Pacca de Almeida Wright, de 1972.

²⁷ CALÓGERAS, João Pandiá. *A Política Exterior do Império: da Regência à Queda de Rozas*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1933. Do autor, na mesma coleção, logo em 1934, foi publicado *O Marquez de Barbacena*, que atuou como diplomata do Brasil em Londres.

em 1945, no México, mas pelo diplomata e historiador brasileiro Renato Mendonça, da *História da política exterior do Brasil*²⁸.

Cabe acrescentar, portanto, que, uma vez que uma parcela considerável de pesquisadores passaram a dedicar-se à política externa como objeto de estudo, as possibilidades de o enfoque das pesquisas que abordam diplomacia recaírem sobre uma história social dos diplomatas diminuíram.

O pós-II Guerra marcou um período renovado para a história diplomática no Brasil. Isso ocorreu em razão sobretudo da formação do curso de preparação de diplomatas, oferecido pelo então recém-fundado Instituto Rio Branco. No interior da instituição, entre 1946 e 1956, José Honório Rodrigues organizou a apostila do curso de História Diplomática do Brasil, ministrado por ele, e que, décadas depois, em 1995, seria editado em livro, por Leda Boechat Rodrigues e Ricardo Seitenfus, com o título *Uma História Diplomática do Brasil*²⁹.

Em 1959, Carlos Delgado de Carvalho, professor do curso de Geografia do Brasil, do Instituto Rio Branco, publicou *História diplomática do Brasil*. A obra também obteve grande reconhecimento, de modo que uma reedição foi publicada nas décadas recentes, em meio impresso e digital. Além disso, em 1958, havia sido publicado *História diplomática do Brasil*, de Hélio Viana, trabalho que surgiu de cursos ministrados pelo autor, anos antes, no Exército e no Itamaraty e que também obteve ampla divulgação.³⁰

Destaca-se que, nas cinco primeiras décadas do século XX, o maior número de trabalhos sob o rótulo de “história diplomática”, elaborados no Brasil, foram realizados por diplomatas ou por pesquisadores que atuaram no Ministério

²⁸ Ademais, em 1945, ocorreram as comemorações do centenário de nascimento José Maria da Silva Paranhos Júnior (barão do Rio Branco). Sua obra escrita completa foi editada, que, junto com suas ações, foram interpretadas por pesquisadores em palestras e artigos. Em 1945, por exemplo, veio a público *Rio Branco e a política exterior do Brasil*, de João Dunshee de Abranches Moura. Também no mesmo ano foi publicada a clássica biografia do barão do Rio Branco, de Álvaro Lins, encomendada pelo ministério das Relações Exteriores.

²⁹ RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo A. S; *Uma história diplomática do Brasil, 1531-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. (Organização Leda Boechat Rodrigues).

³⁰ CARVALHO, Carlos Delgado de Carvalho. *História diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1959. VIANA, Hélio. *História diplomática do Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1958. Em 1950, também foi publicado *Textos de Direito Internacional e de História Diplomática*, de Rubens Ferreira de Melo. Em 1971, apareceu SILVA, Geraldo Eulálio Nascimento e. *A missão diplomática*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1971.

de Relações Exteriores. Para o início do século, conjectura-se que tal fenômeno não tenha ocorrido em face de uma mania de historiador entre esse grupo profissional, mas em consequência de as modernas relações internacionais e a fixação definitiva de fronteiras do país terem passado a exigir um conhecimento mais aprofundado sobre a história das relações do Brasil com outros territórios, bem como sobre uma história do próprio Ministério.

No interior do Itamaraty, na segunda década do século XX, foram publicados dois instrumentos de pesquisa, que são muito representativos da necessidade funcional requerida dos diplomatas no período, em exigir um conhecimento aprofundado das relações interestatais do país, assim como da sua diplomacia. Tais obras configuram-se em referências para os historiadores até a atualidade. O primeiro dos instrumentos consiste nos *Actos Diplomáticos do Brasil*, elaborado pelo diplomata José Manuel Cardoso de Oliveira e publicado em 1912. O outro foi publicado no ano seguinte, elaborado por Raul Adalberto Campos e intitulado *Relações diplomáticas do Brasil*.³¹

O primeiro trabalho elencou os atos diplomáticos referentes ao Brasil, entre o Estado português e outras potências, para o período colonial, para o Reino Unido e posteriormente os atos assinados pelo Estado brasileiro independente. O segundo elencou os nomes de chefes de missão e datas de entrada e saída no posto, tanto de brasileiros no exterior quanto de estrangeiros no Brasil, entre 1808 e 1912.

Já no período posterior à Segunda Guerra Mundial, como se demonstrou, a elaboração de histórias ditas diplomáticas no Brasil vinculou-se estritamente à necessidade de formação de um moderno conjunto dos diplomatas brasileiros e os manuais elaborados nesse contexto perduram até a atualidade como obras de referência importantes, mas sempre com ênfase nas relações interestatais e sem abordarem uma história dos diplomatas.

A partir dos anos 1960, o rótulo “história diplomática” caiu em desuso. Isso ocorreu em razão de diversos fatores, em que merecem destaque a

³¹ OLIVEIRA, José Manoel Cardoso de. *Actos diplomáticos do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1997; II Tomos, (edição fac-similiar) [1ª. ed. 1912]; CAMPOS, Raul Adalberto. *Relações diplomáticas do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. do “Jornal do Commercio”, de Rodrigues & C., 1913.

introdução das chamadas histórias novas, em que prevaleceu um afastamento das histórias políticas e diplomáticas entre os historiadores acadêmicos, e, no próprio campo da história diplomática, o aparecimento da história das chamadas relações internacionais. Tanto a última quanto as histórias novas descendiam sobretudo da historiografia francesa do período.³² Mas, no Brasil, mesmo assim prevaleceu até o final do século XX, pesquisas sob o rótulo de história da política exterior ou política externa e, em menor grau, de história das relações internacionais.³³

A partir dos anos 1970, o campo acadêmico no país ampliou-se de modo muito significativo, bem como avolumaram-se as pesquisas de pós-graduação nas universidades brasileiras. Para o período, vale mencionar a criação da Fundação Alexandre de Gusmão em 1971,³⁴ no interior do Ministério de Relações Exteriores, tanto quanto a criação do curso de Relações Internacionais, na Universidade de Brasília, que somadas às teses produzidas pelo Centro de Altos Estudos do Instituto Rio Branco a partir dos anos 1980, possibilitaram o aparecimento de uma série de pesquisas relevantes nas áreas da história da política externa e história das relações internacionais, cujo arrolamento exaustivo escaparia às possibilidades dessa Introdução.

Para o período entre as décadas de 1980 e 1990, cabe destacar o surgimento de trabalhos relevantes para o estudo da diplomacia brasileira no século XIX, como o de Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno, *História da política exterior do Brasil*, com edições até a atualidade. Esse trabalho, porém, procurou uma baliza abrangente, elaborando uma síntese da história da política externa e das relações interestatais e não se ateve à história dos diplomatas.

³² A referência principal é a obra de Pierre Renouvin, *Histoire des relations internationales*, publicada em 1954.

³³ Além disso, conforme apontou Norma Breda dos Santos: "o que chama mais a atenção, no entanto, é a modesta interlocução entre os historiadores das relações internacionais e seus pares que se dedicam mais diretamente à História do Brasil". SANTOS, Norma Breda dos. História das relações internacionais no Brasil: esboço de uma avaliação sobre a área. In.: *História (São Paulo)*, v. 24. n. 1, 2005. p. 27.

³⁴ Em 1972, por exemplo, por ocasião das comemorações dos 150 anos da Independência do Brasil, o ministério de Relações Exteriores promoveu uma edição fac-similar do *Arquivo Diplomático da Independência*. Na publicação, o diplomata e historiador Heitor Lyra, que havia participado da pesquisa original, elaborou uma introdução, em que procurou desenvolver uma história do material acumulado pelo ministério de Negócios Estrangeiros, seu arquivo, entre 1808 e 1822, que pode ser considerado uma primeira reflexão a respeito do Arquivo Histórico do Itamaraty. Ademais, vale mencionar que, em 1972, o ministério de Negócios Estrangeiros publicou o trabalho ainda inédito do historiador Alberto Rangel, *Os dois ingleses: Strangford e Stuart*, escrito antes de 1945.

Ademais, em 1989, foi publicado o *Arquivo Diplomático do Reconhecimento da República*, por Sandra Brancato.

Também nos anos 1980, apesar de as “histórias diplomáticas” terem caído em desuso, apareceram duas obras fundamentais que abordaram uma história administrativa do órgão de relações exteriores brasileiro e que podem fornecer elementos importantes para uma maior compreensão do modo de trabalho dos diplomatas. São elas, a *História da organização do Ministério de Relações Exteriores*, de Flavio Mendes de Oliveira Castro, obra publicada em 1983 e que ganhou uma reedição atualizada em 2008; e *História administrativa do Brasil: Organização e Administração do Ministério dos Estrangeiros*, publicada em 1984, por Antônio Soares Teixeira como décimo primeiro volume de uma coleção de história administrativa que abrangeu os demais ministérios brasileiros.³⁵

Já a partir dos anos 1990, verifica-se uma maior preocupação com temas de teoria e metodologia da história das relações internacionais. Destacam-se aqui os trabalhos do diplomata e historiador Paulo Roberto de Almeida³⁶. Outrossim, é possível considerá-lo como um precursor da retomada do emprego da expressão “história diplomática”, embora a partir de uma abordagem renovada.

O que cumpre observar é que, ao longo do século XX, nenhuma das duas vertentes (história da política externa e história das relações internacionais) privilegiaram a elaboração de uma história social dos diplomatas e da diplomacia no Brasil. Enquanto as pesquisas na área de política externa especializaram-se sobretudo nas relações interestatais, os estudos em relações internacionais procuraram ampliar os objetos de estudo pra além do Estado e, por consequência,

³⁵ CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *Dois séculos de História da organização do Itamaraty (1808-2008)*. Brasília: FUNAG, 2008. [1ª. ed. 1983]; SOARES, Álvaro Teixeira. *História administrativa do Brasil: organização e administração do ministério dos Estrangeiros*. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984. Antes dessas, em 1931, foi publicada a primeira obra dessa natureza, intitulada *História e organização administrativa da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros*, de Marcos Romero, mas a pesquisa não teve acesso a ela.

³⁶ Nas áreas mencionadas, cabe destacar os primeiros: ALMEIDA, Paulo Roberto de. *1492 e o nascimento de uma moderna diplomacia*. In.: *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 34, n. 135-136, p. 35-55, 1991; _____. Contribuições à História Diplomática do Brasil: Pandiá Calógeras, ou o Clausewitz da política externa. In.: *Estudos Ibero-americanos*, v. 18, n. 2, p. 93-103.; _____. Estudos de Relações Internacionais do Brasil: Etapas da produção historiográfica brasileira, 1927-1992. In.: *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 36, v. 1, p. 11-36, 1991. Vale destacar os seguintes estudos recentes:

do seu corpo diplomático. Ambos os campos de pesquisa relegaram a história dos diplomatas, a exemplo das suas experiências de vida e profissionais, a segundo plano, a não ser quando se tratava de escrever a biografia de “grandes homens”.

Mais recentemente, nas duas primeiras décadas do século XXI, é possível verificar um interesse renovado dos pesquisadores no Brasil em objetos de estudo em que diplomatas cumprem papel de destaque. Tais pesquisas são acompanhadas de abordagens originais a respeito de diversos temas. Para a academia, o volume de trabalhos elaborados nas últimas duas décadas não permite um arrolamento exaustivo nesta Introdução.³⁷

É importante mencionar também que, no ano de 2002, o Centro de História e Documentação Diplomática, da Fundação Alexandre de Gusmão, do Ministério das Relações Exteriores, lançou o primeiro número do periódico *Cadernos do CHDD*. Essa iniciativa tornou-se de alta relevância, pois procurou publicar uma extensão significativa de documentos internos da chancelaria, depositados no Arquivo Histórico do Itamaraty, que servem como fonte para pesquisas importantes. Os números do periódico estão disponibilizados na rede mundial de computadores, com acesso livre e gratuito, permitindo a ampliação do acesso a um número ainda maior de pesquisadores.

Também no início do século XXI, diplomatas continuaram a contribuir para o estudo da história da diplomacia brasileira do século XIX, como os trabalhos de Luís Cláudio Vilafañe Gomes Santos, Eugênio Vargas Garcia e de Paulo Roberto de Almeida. O último, em 2001, publicou *Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império*. Ainda mais recentemente, Rubens Ricupero trouxe a público *A diplomacia na construção do Brasil, 1750-2016*, em que reuniu material dos

³⁷ Vale destacar os seguintes estudos recentes: GOMES, Ana Luiza de Castro Pereira. José da Cunha Brochado: de secretário de embaixada a embaixador extraordinário. In.: *Tempo*, vol. 22 n. 39, Niterói, Jan./Apr. 2016; SANTOS, Nivia Pombo Cirne dos. Um turista na Corte de Piemonte: dom Rodrigo de Souza Coutinho e o iluminismo italiano e francês (1778-1790). In.: *Varia historia*. 2009, vol. 25, n. 41, pp. 213-225; CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. O patacho Providência, um navio negreiro: política, justiça e redes depois da lei antitráfico de 1831. In.: *Varia Historia*. 2014, vol. 30, n. 54, pp. 777-806; MOREL, Marco. Papéis incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos 1820-1830. In.: *Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2002, pp. 39-58; além do dossiê “História dos velhos mapas”, organizado por Júnia Ferreira Furtado, em 2007. In.: *Varia historia*. v. 23 n. 37, Belo Horizonte, jan./jun. 2007.

cursos de História Diplomática do Brasil, do Instituto Rio Branco, a exemplo dos importantes trabalhos de José Honório Rodrigues e Carlos Delgado de Carvalho³⁸.

Mas, ainda que se observe para o início do século um interesse renovado a respeito dos diplomatas como agentes históricos, não foram localizadas pesquisas que procurassem abordá-los na condição de um grupo específico da sociedade brasileira no século XIX ou que pudessem fornecer um maior entendimento a propósito de suas identidades culturais, modos de vida e de trabalho, proveniência social, relações familiares ou mesmo sobre trajetórias profissionais de agentes que não tiveram aparentemente um papel de destaque. Ademais, não foram localizadas pesquisas sobre o modo de funcionamento das legações do Brasil durante o século XIX, objeto de alto interesse para uma maior compreensão do modo de trabalho e, por consequência, da criação dos documentos da diplomacia, documentos que são cada vez mais empregados como fonte.

Cabe observar que não se procura aqui advogar em favor do emprego da expressão “história diplomática”, mas verificar que no campo mais propício ao aparecimento de pesquisas com esse teor, a história diplomática ou áreas em que os diplomatas são agentes históricos fundamentais, como a política externa e as relações internacionais, os trabalhos não procuraram abordar os diplomatas e as missões no exterior sobre o enfoque de uma história social, motivo por que optou-se por tal abordagem na pesquisa.

A baliza espacial da pesquisa recaiu sobre a missão diplomática do Brasil em Londres. Em primeiro lugar, porque a Inglaterra foi a potência preponderante nas relações econômicas, políticas e diplomáticas de Portugal e, por extensão, após a transferência da corte para o Rio, em 1808, da América Portuguesa e, depois de 1822, do Brasil. Outrossim, a Inglaterra foi o território precursor de um capitalismo moderno no período, o que permitiu a emergência de novos

³⁸ O primeiro se destaca pelos trabalhos biográficos recentes sobre o barão do Rio Branco. SANTOS, Luís Cláudio Vilafañe Gomes. *Juca Paranhos: o barão do Rio de Branco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Os outros dois trabalhos são: ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império*. Brasília: FUNAG, 2017 (3ª. edição, revista e ampliada) [1ª. 2001]; RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil, 1750-2016*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

modos de vida, de trabalho, de habitação, novas expressões culturais, formas de participação política e de sociabilidades, do que os agentes brasileiros lá residentes não ficaram alheios.

Preponderou na baliza cronológica o período entre 1829 e 1834, que foi o da segunda formação da legação do Brasil em Londres. Porém, excedeu a ele, em razão da necessidade de se compreender aspectos das trajetórias pessoais e profissionais dos membros que formaram a missão no período. Excedeu também para compreender o desenvolvimento dessa legação em termos de sua sede física em Londres, desde o processo de ruptura com Portugal. Já a análise sobre os documentos da missão de Londres restringiu-se ao período entre 1831 a 1832, porque se procurou discutir os informes políticos dos diplomatas brasileiros sobre processo de tramitação, tensões sociais e aprovação do primeiro Ato de Reforma parlamentar na Grã-Bretanha. Tais documentos representam posições e opiniões dos diplomatas brasileiros sobre esse tema importante para a história da Inglaterra e, por consequência, sobre suas próprias identidades sociais, políticas e culturais.

Situados, portanto, em um processo triplo, i.e., o de formação global da diplomacia moderna como um ramo do serviço público; o de formação da diplomacia brasileira pós-Independência; e de desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra nas primeiras décadas do século XIX, a hipótese da pesquisa é que os agentes da missão do Brasil na Londres da época: 1. puderam experimentar fenômenos sociais e culturais que não encontravam parâmetro no território brasileiro, tais como novos modos de vida, trabalho e moradia, novas formas de participação política e social; 2. naquele contexto, passaram a se identificar com modos de vida e visões de mundo de um setor específico da sociedade britânica, uma nova burguesia industrial e urbana, cuja representação política no Parlamento estava a cargo dos *whigs*; 3. ademais, em razão dos modos de funcionamento de uma missão diplomática no período, é possível estender aos agentes subalternos tais experiências, ainda que não sejam eles quem assinam os documentos.

Além de bibliografia especializada, dois conjuntos de fontes documentais foram consultados principalmente: as séries anuais de ofícios manuscritos da

missão diplomática do Brasil em Londres, cujas peças inéditas, sobretudo para o período entre 1829 e 1834, foram consultadas no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro; a imprensa periódica de Londres dos anos 1820 e 1830, cujos exemplares de um amplo número de jornais foram consultados nos portais *Newspaper Archive* e *British Newspaper Archive*. Outros documentos e arquivos também foram consultados, sendo mencionados conforme os capítulos.

No **Capítulo 1**, foram pesquisados os locais de trabalho e de residência dos diplomatas do Brasil em Londres, destacando as principais características dos entornos dos locais, no período entre 1822 e 1834. A pesquisa procurou identificar o processo de formação da sede física da missão e de que modo os locais por que passou podem contribuir para uma maior compreensão da diplomacia brasileira em Londres à época.

No **Capítulo 2**, na ausência de trabalhos biográficos aprofundados sobre as pessoas que compuseram a missão do Brasil em Londres entre 1829 e 1834, foram apresentadas informações sobre as vidas de Eustáquio Adolfo de Melo Matos, Miguel Maria Lisboa e José Joaquim Timóteo de Araújo. O capítulo procurou responder sobre quais aspectos dessas trajetórias contribuem para uma maior compreensão da missão diplomática do Brasil em Londres e da história da diplomacia brasileira no período.

No **Capítulo 3**, fez-se uma exposição do funcionamento das legações do Brasil para o início dos anos 1830, seu modo de trabalho e a distribuição das tarefas entre os membros, indicando a participação dos funcionários subalternos não apenas na elaboração prática, mas também intelectual das peças documentais.

No **Capítulo 4**, foi analisada uma parcela específica dos ofícios da missão em Londres, a saber, os informes políticos expedidos para a Secretaria de Estado, no Rio, a propósito da tramitação do primeiro Ato de Reforma da Grã-Bretanha. Por meio desses documentos, procurou-se apontar alguns fenômenos sociais e culturais experimentados pelos diplomatas brasileiros naquele contexto, bem como identificar aspectos das suas identidades políticas e sociais.

Capítulo 1: os espaços físicos da missão diplomática do Brasil em Londres (1822-1834)

Este capítulo busca responder à pergunta sobre em que locais físicos os primeiros agentes diplomáticos brasileiros em Londres residiram, trabalharam e elaboraram os documentos do período entre 1822 e 1834. A baliza cronológica corresponde ao período de atuação de Felisberto Caldeira Brant, Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa e Eustáquio Adolfo de Melo Matos. Ao longo desses anos, a casa do chefe de uma missão diplomática correspondia também ao seu local de trabalho e ao local de trabalho dos membros do serviço diplomático, que residiam, em geral, em outros endereços. Não havia um local de trabalho para uma legação do Brasil em que não residissem ninguém, a exemplo de um escritório, motivo por que se optou por utilizar os termos *sede*, *casa*, *residência*, e *legação* para se referir ao mesmo local.

No Brasil, relevantes pesquisas foram realizadas em torno da história das cidades e das formas de habitação e cujos objetos de investigação estendem-se do período colonial até a atualidade. Ao trabalhar uma história cultural e social da habitação na cidade do Rio de Janeiro, para o período entre 1808 e 1821, Maria Beatriz Nizza da Silva procurou delinear preceitos nesse campo de estudo:

Tentar estabelecer uma relação entre grupo sociais e formas habitacionais implica o desdobramento da pesquisa em várias direções. Em primeiro lugar há que se procurar a localização dos diferentes grupos no espaço urbano; em seguida há que distinguir o tipo de construção (forma, materiais, disposição interna dos cômodos, etc.) e também o modo como a edificação se fez (segundo o projeto de um arquiteto ou por simples iniciativa e orientação do proprietário); e, finalmente, há que examinar a decoração interna, o tipo de mobiliário, os objetos necessários ou supérfluos que constituíam então o recheio das habitações.³⁹

As indicações da historiadora configuram-se nesta pesquisa como de alto valor, porque, em primeiro lugar, são em pouco número os trabalhos sobre história das cidades e das moradias que procuram fornecer indicações

³⁹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. 2ª edição; p. 41.

preliminares e, em segundo lugar, em pesquisas na área da história diplomática, a habitação dos diplomatas foi deixada em segundo plano.⁴⁰ Conforme os preceitos destacados, a pesquisa identificou as localizações dos imóveis em que os três agentes residiram e trabalharam naquele espaço urbano e aspectos referentes aos tipos de edificações e às circunstâncias em que foram erigidas.

Cumprе introduzir que, no processo de ruptura entre Brasil e Portugal, a via diplomática dos setores dirigentes da corte do Rio impôs a necessidade da criação de um corpo diplomático autônomo em relação ao de Portugal, a partir de 1822, nas principais potências. Era preciso que outros agentes trabalhassem em Londres, Paris, Buenos Aires ou Washington, por exemplo, a cargo de um Estado autônomo na América portuguesa, que não os representantes dos interesses de Lisboa, conforme se mencionou na Introdução. Isso representou uma ruptura também dos meios básicos de realização desse tipo de serviço no exterior, ou seja, tornou-se necessário estruturar um corpo diplomático em outros territórios, com funcionários, sedes e instrumentos próprios, a exemplo de móveis, materiais de escritório, coche, funcionários.

Um texto que primeiro conferiu destaque aos espaços físicos do processo de Independência em Londres, fazendo alusão aliás à localização da legação, foi uma resenha sobre a então recém-lançada obra *Arquivo Diplomático da Independência*. A resenha foi publicada em 1923, na *Revista da Semana*, com autoria de Luís Gastão d'Escragnole Dória e o destaque dado pelo autor aos espaços físicos recaiu sobretudo no palácio de Windsor, que, além do título do texto – *A Independência em Windsor* –, fez com que os editores do periódico reproduzissem uma fotografia moderna da sala do trono e uma outra da área externa do palácio. Contudo, apesar do enfoque nesse edifício, o autor faz uma menção lateral à residência de Manoel Rodrigues Gameiro Pessoa, para os meses de janeiro e fevereiro de 1826, situada em Park Crescent, Portland Place⁴¹.

⁴⁰ Foram poucos os historiadores que fizeram alusão ao tema da moradia de diplomatas. Alberto Rangel, por exemplo, em *Os dois ingleses: Strangford e Stuart*, ainda que lateralmente, faz menção ao tema para o diplomata britânico Percy Clinton Sydney Smythe (Strangford), em 1808, no Rio de Janeiro: "Quando se estabeleceu no Rio de Janeiro, nessa primeira vez, Strangford morou numa das propriedades reais". RANGEL, Alberto. *Dois ingleses: Strangford e Stuart*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura e Arquivo Nacional, 1972. p. 14 e p. 26.

⁴¹ DORIA, Luís Gastão d'Escragnole. *A Independência em Windsor*. In.: *Revista da Semana*, Ano XXIV, N. 22, 26 de maio de 1923.

Já para a segunda metade do século XIX, existe mais material a respeito da residência de Francisco Inácio de Carvalho Moreira, diplomata de carreira e chefe da missão do Brasil em Londres, por vários e longos períodos, entre 1855 e 1889. A casa estava situada em 32, Grosvenor Gardens, Westminster. Joaquim Nabuco, por exemplo, em *Minha Formação*, conquanto não se tenha ocupado com o espaço físico, trouxe elementos a respeito do convívio social na legação, no período em que foi adido, no capítulo intitulado 32, *Grosvenor Gardens*. Já Renato Mendonça dedicou um capítulo da biografia do diplomata, intitulado *O salão de Grosvenor Garden*, para discutir aspectos das atividades de trabalho passadas naquele local⁴².

O luxuoso palacete localizava-se muito próximo ao palácio de Buckingham, a residência oficial da rainha Vitória à época. Antes disso, conforme ainda Renato Mendonça, a residência de Carvalho Moreira situava-se em Cavendish Square, Marylebone, embora o autor não informe desde quando nem o número do imóvel⁴³.

Não foram localizados instrumentos de pesquisa que tivessem coligido, de modo exaustivo, os endereços das missões diplomáticas do Brasil no exterior, como foi desenvolvido, por exemplo, no trabalho de José Joaquim Cardoso de Oliveira, de 1912, para os atos diplomáticos, e no de Raul Adalberto Campos, de 1913, para os chefes de missão⁴⁴. E, embora existam as referências mencionadas para a missão em Londres, também não ocorreu anteriormente uma identificação exaustiva das suas sedes.

Em face da pouca bibliografia existente e da ausência de instrumentos de pesquisa a respeito do tema, foi preciso, em primeiro lugar, identificar, de modo preciso, o endereço das legações do Brasil em Londres. No entanto, tal tarefa não permitiu restringir-se à identificação dos logradouros e dos respectivos números em cartas particulares dos diplomatas, porque muitas delas não existem mais ou no material que permaneceu não constam os endereços. Tornou-se necessário

⁴² NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963; p. 93 [1ª. ed. 1900]; MENDONÇA, Renato. *Um diplomata na corte de Inglaterra: o Barão de Penedo e sua época*. Brasília: Senado Federal, 2006; p. 282. [1ª. ed. 1942].

⁴³ MENDONÇA, Renato. *op. cit.* p. 282.

⁴⁴ Cf. nota 31.

recorrer a almanaques da época, pequenas notas de jornal, breves referências em livros e outros documentos que, por ventura, tenham registrado os endereços.

Pelo que se averiguou, cartas particulares de agentes diplomáticos do Brasil no exterior eram remetidas por meio da mala diplomática, ou seja, tinham trânsito especial, quando, não raro, eram transportadas por um correio diplomático.⁴⁵ Por essa razão, os endereços do destinatário e do remetente não eram escritos no papel da carta. Vale acrescentar que, nas primeiras décadas do século XIX, as publicações periódicas informavam os lugares da residência dos chefes e dos membros de uma missão diplomática. Contudo, no caso da América portuguesa, para o período entre 1822 e 1825, pela via diplomática dirigida pela corte do Rio de Janeiro, havia apenas a pretensão de o território ou parte dele tornar-se independente em um território unificado designado Brasil, motivo por que os jornais ingleses também não traziam referências aos endereços de diplomatas brasileiros.

Em seguida à identificação precisa e documentada dos endereços, buscou-se apontar, sem a pretensão de um esforço exaustivo, características dos entornos desses lugares, dentro daqueles contextos urbanos, procurando com isso identificar os grupos sociais residentes em cada um deles e suas possíveis identidades sociais e culturais, estendendo-as aos diplomatas do Brasil. Isso porque se acredita que os endereços e os tipos de edificações escolhidos pelos agentes para fixarem moradia no exterior procuravam atender a expectativas de boa moradia e boa representação do país.

Segundo indicou Antônio Cândido, a habitação consistia em uma condição necessária para alguém tornar-se funcionário público no Brasil durante o regime monárquico. O que pode ajudar a demonstrar o alto valor que era atribuído a esse quesito pela classe dirigente da corte do Rio de Janeiro e, por consequência, por

⁴⁵ Para o primeiro caso, é possível mencionar a correspondência entre Francisco Gomes da Silva e Pedro I, nos primeiros meses de 1831, quando o primeiro estava em Londres e enviava suas cartas para o imperador por meio da mala diplomática da missão. Para o segundo caso Cf. Guilherme de Paula Araújo, *op. cit.*, p. 93 e 106; para a já aludida participação do filho de Caldeira Brant como correio diplomático entre Londres e o Rio, em 1822, por exemplo.

sua diplomacia em outros territórios.⁴⁶ Já ao se referir à mansão de Francisco Inácio de Carvalho Moreira em Londres, Renato Mendonça, apontou o seguinte:

Em matéria de endereço – coisa que o inglês, sobretudo o londrino, toma imediato como elemento de classificação social – não haveria, portanto, cartão de visita mais apresentável.⁴⁷

Tais expectativas de boa moradia e representação tinham condicionantes na destinação de recursos estatais necessários para atendê-las, como também nos contextos específicos dos territórios em que os agentes estavam acreditados. No entanto, apesar desses imperativos, é lícito considerar que os endereços escolhidos para fixarem suas residências no exterior, na medida em que procuravam atender as expectativas referidas, podem fornecer informações sobre as identidades sociais e culturais a que tais locais correspondiam. E já que a cada local do espaço urbano representa um determinado grupo social, os endereços escolhidos pelos diplomatas podem demonstrar suas identificações também com os grupos que ali habitavam.

Por fim, ao se pesquisar os agentes designados para trabalhar na cidade de Londres, do período entre o processo de Independência até os primeiros anos após a Abdicação, investiga-se a formação de uma legação ordinária do Brasil em um espaço urbano que experimentou o desenvolvimento do capitalismo moderno de modo precursor, o que permitiu a emergência de novos padrões sociais, políticos, culturais, novos modos de vida, de trabalho, de sociabilidades e também novos modos de habitação e de organização do espaço urbano.

1.1. Locais de trabalho e residência

Quando Felisberto Caldeira Brant chegou a Londres, no dia 15 de junho de 1821, hospedou-se no **Brunet's Hotel**, Leicester Square, conforme uma nota do

⁴⁶ “Mas ser funcionário dependia de muita coisa. Dos favores, dos protetores, do parentesco e até da habitação” CANDIDO, Antônio. *Um funcionário da monarquia: ensaio sobre o segundo escalão*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007. p. 17. (2ª edição revista pelo autor).

⁴⁷ MENDONÇA, Renato. *op. cit.* p. 282.

periódico *The British Press*, encontrada pela pesquisa.⁴⁸ Para novembro de 1822, Caldeira Brant aparece residindo no mesmo local, conforme pode ser comprovado por uma carta enviada por ele ao então secretário de Relações Exteriores britânico, George Canning, no dia 9, e por outra, do dia 18 do mesmo mês, enviada ao chefe da missão de Portugal em Londres, Cristóvão Pedro de Moraes Sarmento. As duas cartas representam as poucas peças publicadas no volume do *Arquivo Diplomático da Independência* dedicado à Grã-Bretanha, em que se reproduziu o endereço do remetente.⁴⁹

Embora Caldeira Brant tenha viajado a Paris entre junho e agosto de 1822, os documentos pesquisados indicam que residiu em Londres, no Brunet's Hotel, Leicester Square, ao menos, entre junho de 1821 e novembro de 1822. Cumpre acrescentar que seus dois principais biógrafos, Antônio Augusto de Aguiar e João Pandiá Calógeras⁵⁰, não trataram do lugar em que Caldeira Brant se hospedou em Londres, talvez não por desconhecer-lo, mas por considerar o dado irrelevante.

Portanto, quando Felisberto Caldeira Brant recebeu a comunicação de sua nomeação como agente do Brasil naquela corte, em outubro de 1822, embora já se correspondesse com José Bonifácio desde abril do mesmo ano, o destino da carta remetida pelo Ministério de Negócios Estrangeiros, no Rio, foi possivelmente o Brunet's Hotel. O apartamento de um luxuoso hotel na Leicester Square da época configurou-se como a primeira residência e o primeiro local de trabalho da pessoa designada para as negociações da política de autonomia do Brasil, em Londres, consoante a via diplomática tomada pela corte do Rio.

Cabe mencionar que existe uma carta, datada de 15 de novembro de 1822, assinada por Antônio Carlos de Andrada Ribeiro Machado e que foi publicada no *Morning Chronicle*, no dia seguinte⁵¹, que consta como o endereço do remetente também o Brunet's Hotel, em Leicester Square. O documento reforça a ideia de que o estabelecimento teria sido o primeiro local de trabalho de um agente

⁴⁸ *The British Press*, 16 Jun., 1821.

⁴⁹ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Arquivo Diplomático da Independência*. Rio de Janeiro: MRE/FUNAG, 1972. Vol. I, pp. 200-203 e 221.

⁵⁰ AGUIAR, Antonio Augusto. *A vida do Marquez de Barbacena*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896. CALÓGERAS, João Pandiá. *O Marquez de Barbacena*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1934.

⁵¹ *Morning Chronicle*, 16 Nov., 1822.

oficial do Brasil em Londres, por demonstrar que Antônio Carlos trabalhou com Caldeira Brant no mesmo endereço.

Porém, não foi possível averiguar se Antônio Carlos esteve lá igualmente hospedado, assim como não foi possível identificar se Caldeira Brant permaneceu no mesmo local entre os meses de novembro-dezembro de 1822 e agosto de 1823. Na última data, nas palavras de Caio de Freitas, “sem credenciais, sem instruções detalhadas e mesmo quase sem informações sobre o que se passava no Brasil”⁵², Caldeira Brant deixou Londres e retornou para o Rio de Janeiro.

Na ocasião, os chamados “interesses do Brasil” ficaram a cargo de Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, que, detentor de uma rede poderosa de influência⁵³, vinha colaborando com as atividades de Caldeira Brant. Hipólito da Costa residia, com esposa e filhos, em 7, Lower Phillimore Place, Westminster⁵⁴, local afastado do desenvolvimento tradicional de Londres, no subúrbio a extremo oeste, a aproximadamente cinco quilômetros de distância de Leicester Square. Entretanto, antes de Caldeira Brant chegar ao Brasil, Hipólito faleceu, em 11 de setembro de 1823.

Em decorrência da saída de Caldeira Brant da Inglaterra e do falecimento de Hipólito da Costa, i.e., da ausência de um agente que representasse a corte do Rio na capital inglesa, o diplomata Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, português que aderiu ao processo de Independência e que havia sido nomeado, em agosto de 1822, para Paris, foi transferido para Londres, por ato, no Rio, de 24 de novembro de 1823. Chegou ao novo posto em março de 1824. Em fevereiro daquele ano, Caldeira Brant retornou a Londres, renomeado para tratar, junto com Gameiro Pessoa, das negociações de Independência e, como as viagens do Rio de Janeiro àquela capital demoravam cerca de 50 dias, chegou em abril de 1824.

⁵² FREITAS, Caio de. *George Canning e o Brasil* (influência da diplomacia inglesa na formação brasileira). Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1958. p. 394.

⁵³ Para as relações de Hipólito da Costa em Londres Cf. LUSTOSA, Isabel. *O jornalista que imaginou o Brasil: tempo, vida e pensamento de Hipólito da Costa*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2019.

⁵⁴ RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1958. p. 23

Nesse novo contexto, foi possível identificar um endereço, a **York Street**, local também afastado (tal como a casa de Hipólito, embora no sentido noroeste) do núcleo de desenvolvimento tradicional da Londres da época e dos seus espaços principais de sociabilidade política a exemplo de Westminster, da área financeira da City e comercial e de entretenimento como Leicester Square ou Covent Garden. Todavia, tal endereço aparece em documentos referentes ao mês de maio apenas.

O endereço de York Street aparece em cartas, para destinatários diferentes, e que foram assinadas pelos dois representantes da corte do Rio de Janeiro, por Caldeira Brant e Gameiro Pessoa. Existe carta assinada por ambos e publicada na imprensa periódica de Londres, em que consta como endereço do remetente a York Street.⁵⁵ Existem mais outras duas cartas, publicadas por Gameiro Pessoa, no livro *Exposição fiel sobre a negociação do empréstimo que o Império do Brasil ha contrahido em Londres e sobre as vantagens delle resultantes*⁵⁶, que consta o mesmo local, sendo que uma delas informa o número 45.

Com tão poucas informações, referentes todas ao mês de maio de 1824, não foi possível saber se 45, York Street consistiu no endereço em que estabeleceu-se Caldeira Brant quando deixou o Brunet's Hotel ou quando retornou a Londres ou se no local passou a residir Gameiro Pessoa desde março, ou as duas hipóteses. Os biógrafos de Caldeira Brant não mencionam o fato e sobre Gameiro Pessoa sequer existem biografias aprofundadas. Portanto, ao se somar o período entre novembro-dezembro de 1822 e agosto de 1823, para o qual não se obteve notícia do local de residência de Caldeira Brant e o período entre setembro de 1823 e março de 1824, quando não havia agente brasileiro em Londres, e excetuando o endereço de 45, York Street, não foi possível identificar as casas até o mês de junho de 1825, i.e., durante a maior parte do período de busca pelo reconhecimento da Independência, ocorrida naquela cidade⁵⁷.

⁵⁵ *The New Times*, n. 8042, 8 Mai., 1824, p. 4; *The Edinburgh Adversiter*, 11 Mai., 1824, p. 9.

⁵⁶ ITABAYANA, visconde de [Manoel Rodrigues Gameiro Pessoa]. *Exposição fiel sobre a negociação do empréstimo que o Império do Brasil ha contrahido em Londres e sobre as vantagens delle resultantes*. Londres: Imprensa de J. Ganard, 1827.

⁵⁷ Caldeira Brant retornou ao Brasil em maio de 1825.

Cabe acrescentar que, ao se considerar os jornais e almanaques da época, é possível afirmar que contribuiu para essa lacuna de informações a propósito dos endereços dos agentes do Brasil, o fato de não interessar aos editores dos jornais londrinos publicar nomes e endereços de agentes estrangeiros que não estivessem revestidos de etiqueta legal junto ao governo britânico. Caldeira Brant e Gameiro Pessoa apareciam nas gazetas, apenas quando o assunto eram as negociações para a Independência, i.e., como objeto de notícia sobre a política internacional coeva. Porém, ambos não eram elencados como diplomatas nem chefes de missão e eram tratados por “agentes” ou “comissionados”, porque a ruptura pretendida não havia sido ainda reconhecida de maneira formal pela Grã-Bretanha tampouco sua representação diplomática autônoma.

Cabe ainda observar que, conforme noticiou o *Morning Post* de 24 de julho de 1824, ocorreu uma desinteligência preliminar, no início das negociações, sobre precisamente o local onde ocorreriam as conferências entre os representantes do Brasil e os de Portugal:

It has already been stated that the King of Portugal has consented to appoint a Plenipotentiary to meet those commissioned by his son, the Emperor of Brazil, in order to enter into negotiations for the independence of that country, in London. The Commissioners on the part of Brazil are Gen. Brant and Chevalier de Gameiro, and on that of Portugal, the Marquis de Villa Real, the Portuguese Ambassador at our Court. The Commissioners are understood to have met some days ago, and their respective powers having been exchanged, a question of etiquette arose as to the place in which the conferences were to be held; when, in order to avoid all jealousies which might arise from the circumstance of the house of either party being preferred [sic], an apartment in the Foreign Office was allotted to them, where, we understand, meetings take place nearly every day in the week.⁵⁸

A pretexto de não causar ciúme entre as partes, em face da divergência sobre se as negociações ocorreriam na casa do diplomata de Portugal, José Luís de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos (Vila-Real), localizada em 74, South Audley Street⁵⁹, Mayfair, ou na casa dos agentes do Brasil, possivelmente em 45,

⁵⁸ *Morning Post*. 24 jul. 1824.

⁵⁹ *The Royal Kalendar and the court and city register for England, Scotland, Ireland, and the Colonies for the year of 1824*. London: Printed by William Stockdale, 1824. p. 139.

York Street, o governo britânico logo aprontou-se em oferecer um salão do palácio do Ministério de Negócios Estrangeiros local, em Downing Street, Westminster. Outrossim, reuniões preliminares ocorreram muito possivelmente na residência do embaixador da Áustria, príncipe Esterhazy, que estava ausente de Londres, mas cuja missão estava aos cuidados do secretário, o barão de Neumann. A embaixada austríaca localizava-se em 7, Chandos Street, Westminster⁶⁰.

As negociações da Independência foram concluídas posteriormente, no Rio de Janeiro, com mediação do diplomata britânico Charles Stuart, do que resultou o tratado de amizade e aliança entre João VI e Pedro I, ratificado em 29 de agosto, pelo Brasil, e em 15 de novembro, por Portugal.⁶¹ Mas para o período entre junho de 1825, antes mesmo da conclusão do referido tratado, e janeiro de 1829, existem documentos que comprovam, com alto grau de certeza, a residência de Manoel Rodrigues Gameiro Pessoa, bem como a legação do Brasil, em **Park Crescent, Regent`s Park**.

Existe carta, de junho de 1825, enviada por Gameiro Pessoa, para Andrew Johnstone, com o endereço de Park Crescent e que traz o número 23.⁶² Existe carta do ministro da Colômbia em Londres para ele, de outubro de 1825, endereçada para o mesmo local.⁶³ De junho de 1826, existe uma nota, publicada no periódico *Public Ledger and Daily Advertiser*, com o endereço de Gameiro Pessoa em Park Crescent, Regent`s Park,⁶⁴ bem como existe outra nota, publicada no *London Evening Standard*, em outubro de 1827.⁶⁵ Para janeiro de 1829, existe também uma carta de Gameiro Pessoa para George Hamilton-Gordon (Aberdeen) remetida do mesmo local.⁶⁶ Para o mesmo ano, o endereço aparece também no *British Almanac*, agora com o número 21⁶⁷.

⁶⁰ *Idem*. p. 138.

⁶¹ Para uma abordagem mais recente sobre as negociações diplomáticas da Independência, Cf. SANTOS, Guilherme de Paula Costa. *No caleidoscópio da diplomacia: formação da monarquia constitucional e reconhecimento da Independência e do Império do Brasil, 1822-1827*. Tese (Doutorado). São Paulo: Programa de Pós-graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

⁶² *London Vaccine Institution: reports for the year 1825*. London, 1825; p. 17.

⁶³ *The American annual register; for the years 1825-26*. New York: G & C. Carwill, 1827; p. 145.

⁶⁴ *Public Ledger and Daily Advertiser*, 8 jun., 1826.

⁶⁵ *London Evening Standard*, 13 out., 1827.

⁶⁶ *British and Foreign State Papers. 1828-1829*. London: James Ridway, 1832; p. 351.

⁶⁷ *British Almanac*. London: Stationers' Company, 1829; p. 51.

Somadas à breve menção feita por Luís Gastão d'Escragnole Dória, em 1923, as fontes pesquisadas permitem afirmar que Park Crescent, Regent's Park, foi o endereço da primeira sede diplomática do Brasil em Londres, permanecendo nesse edifício até possivelmente agosto de 1829 e, no bairro, até, ao menos, 1840.

Vale observar que o reconhecimento formal da Independência, por parte de Portugal e da Inglaterra, se não inaugurou, ao menos, ampliou as referências aos endereços dos diplomatas do Brasil na imprensa periódica de Londres, uma vez que foram revestidos de caráter oficial e passaram a configurar na lista do corpo diplomático estrangeiro local.

Em 1828, Gameiro Pessoa exercia a representação diplomática do Brasil em Londres, quando Eustáquio Adolfo de Melo Matos chegou naquela capital, em setembro, nomeado o novo secretário da missão. Quase um ano depois, em agosto de 1829, Melo Matos substituiu o primeiro por definitivo na chefia da legação. Entretanto, o documento mais recuado que foi possível identificar e que contém o endereço de Melo Matos consiste em uma carta remetida a ele pelo cônsul geral do Brasil em Londres, Sabino Ribeiro de Oliveira, de 26 de março de 1832.⁶⁸ A carta traz como destino **3, Brunswick Place, Regent's Park**. O endereço situava-se (e ainda se situa) a cerca de 300 metros do local onde estava a residência de Gameiro Pessoa.

Existe carta de Melo Matos para Henry John Temple (Palmerston), de 9 de abril de 1832, que contém o mesmo endereço⁶⁹. Existem outros dois documentos também com esse endereço: uma carta recebida por Melo Matos, de um tal H. W. Brinnster, de novembro de 1832⁷⁰ e outra, de outubro de 1833, recebida de seu agente secreto em Lisboa. Existem, portanto, documentos que indicam o endereço de Melo Matos entre março de 1832 e outubro de 1833 em 3, Brunswick Place.

⁶⁸ Ofícios da missão diplomática do Brasil em Londres. Arquivo Histórico do Itamaraty. Notação: 217.3.2.

⁶⁹ *State Papers*. [s.n.t], 1833; p.30. Esse documento exclui a possibilidade de se ter mantido a residência de Park Crescent como um escritório da missão.

⁷⁰ Ofícios da missão diplomática do Brasil em Londres. Arquivo Histórico do Itamaraty. Notação: 217.3.2.

Para fevereiro de 1834, existe outra carta do mesmo agente confidencial em Lisboa que consta como destino **36, York Terrace** (diferente de York Street), que, a exemplo dos outros dois últimos locais mencionados, situava-se nos arredores do Regent's Park. Todavia, embora Melo Matos apareça como o destinatário da carta, não se tratou de uma mudança de endereço, mas muito possivelmente do endereço de José de Araújo Ribeiro, que chegou a Londres em fevereiro daquele ano, para substituí-lo à frente da legação⁷¹. Em março de 1834, Melo Matos deixou Londres, removido para Viena⁷².

É necessário acrescentar que, entre outubro de 1828 e agosto de 1829, um amplo séquito de brasileiros e portugueses acompanhou a princesa Maria da Glória, filha de Pedro I do Brasil e futura rainha de Portugal (Maria II), a uma viagem à Inglaterra. Na comitiva, estavam agentes diplomáticos do Brasil, embora designados em missão especial. Eram eles: Caldeira Brant, José Egídio Álvares de Almeida (Santo Amaro) e Francisco de Assis Mascarenhas (Palma), além de secretários, entre os quais o filho de Álvares de Almeida, e adidos.

Manoel Rodrigues Gameiro Pessoa, chefe da missão ordinária em Londres, foi igualmente designado para compor o séquito, motivo por que se afastou da legação, deixando-a a cargo do secretário Melo Matos,⁷³ que assumiu na qualidade de encarregado de negócios interino.

A comitiva, após desembarcar, em outubro de 1828, na cidade portuária de Falmouth, a sudoeste da Inglaterra, prosseguiu para algumas cidades do interior, em direção a Londres. No caminho, o séquito hospedou-se em dois hotéis locais. Segundo o *London Courier and Evening Gazette*, do dia 5 de outubro:

Às três da tarde, depois de participar de um belo jantar [em Falmouth], partiu em carruagem aberta do rei para Truro, acompanhada de seu séquito, em três outras carruagens e quatro e duas poltronas. A comitiva parou no **Pearce's Hotel**, Truro, naquela noite, e no domingo prosseguiu para Exeter, onde chegaram às nove da mesma noite. A 4ª Guarda dos

⁷¹ Este era um logradouro perpendicular principal, no entorno sul do parque, menos de meio quilômetro de distância um endereço do outro. Até outubro de 1834, continua a se corresponder com Araújo Ribeiro por este endereço, quando o agente brasileiro passou a estabelecer-se em 20, Park Crescent, Regent's Park, mesmo logradouro em que residiu Gameiro Pessoa. Porém, em 1836, Manuel Antônio Galvão aparece nas fontes como sediado outra vez em 36, York Terrace, Regent's Park, mesmo endereço em que aparece José Marques Lisboa para 1840.

⁷² *Morning Post*, 24 mar., 1834.

⁷³ *Courier*, 20 jun., 1829; p. 2.

Dragões enviara uma tropa na estrada para se encontrar com sua majestade e formou uma guarda de honra durante toda a noite em frente ao **New London Hotel**.

O referido jornal londrino, que acompanhou o séquito de Maria da Glória, ao longo dos seus primeiros dias na Inglaterra, menciona ainda que:

Na manhã de terça-feira, ela seguiu para Bath, passando por Wellington, Taunton, Bridgewater, Glastonbury e Wells, e chegou a York-house [Bath] pouco depois das seis da tarde. A comitiva real lá permaneceu, aguardando até que seu local de residência fosse fixado. Hampton Court foi oferecido. (...) A rainha chegará à cidade [de Londres] na segunda-feira e tomará sua morada no **Grillon's Hotel**, que foi tomado pelo governo para sua visita.

Depois da passagem pela cidade de Bath, a comitiva foi para Bristol, onde, segundo a imprensa, com certo exagero, foi recebida nas ruas com festa popular. E, no dia seguinte, 6 de outubro, quando chegou à capital da Inglaterra, o séquito hospedou-se no **Grillon's Hotel**, em Albemarle Street, Westminster.

Vinte dias depois, em 26 de outubro de 1828, a comitiva transferiu-se para uma estadia fora da metrópole. Mudou-se para a **quinta de Laleham** (Laleham Villa), no vilarejo homônimo, à época bastante afastada da metrópole. Permaneceu nesse sítio até 26 de agosto de 1829, quando retornou ao Rio.

Ademais, na volta ao Brasil, os membros da comitiva acompanharam a nova imperatriz consorte, Amélia de Leuchtenberg e seu séquito, segunda esposa de Pedro I. Como Gameiro Pessoa, o chefe da missão ordinária em Londres, retornou ao Brasil com a comitiva, deixando, portanto, sua residência em Park Crescent, a legação funcionou no 3, Brunswick Place, local em que residia Melo Matos, até possivelmente fevereiro de 1834.

1.2. Ambiente ao redor e custeio

Em 1821, quando Felisberto Caldeira Brant hospedou-se no Brunet's Hotel, a Leicester Square e seus arredores formavam uma área tradicional da moda comercial de Londres. A construção dos edifícios da praça tal como se

configurava no início do século XIX ocorrera entre os séculos XVII e XVIII, no contexto geral de reconstrução e reconfiguração da cidade, posterior ao Grande Incêndio de 1666. As edificações destinavam-se a atender às expectativas de boa moradia urbana de uma nova nobreza rural enriquecida⁷⁴ no contexto desenvolvimento do capitalismo agrário e de deslocamento do eixo social e cultural da Inglaterra do campo para a cidade⁷⁵. Contudo, no início do XIX, Leicester Square era já área com predomínio do comércio.

A publicação *Johnstone's London Commercial Guide, and Street Directory* para 1821, informa a existência de 54 números de estabelecimentos, como lojas, oficinas e escritórios. Havia lojas de tecidos, em particular, de linho e seda, armazéns de roupas, de móveis, de cortinas, lojas de meias, de espartilhos, de polainas, loja de acessórios para costura e acessórios para as roupas da época, loja de velas, sinetes, “*rapé irlandês*” e “*flores artificiais*”, além de uma confeitaria, um livreiro, alfaiates, sapateiros, um ourives e joalheiro, um cirurgião dentista e um médico e parteiro. No campo do entretenimento, havia os “Banhos a Vapor de Levin”, as “Salas de Exibição de Linwood” e o “Panorama de Robert Barker”⁷⁶.

Ademais, pesquisas recentes apontam ampla presença francesa em Leicester Square e nos seus arredores durante os séculos XVIII e XIX, tanto na condição de proprietários como na de viajantes. O que pode ser demonstrado pela propriedade francesa dos únicos dois hotéis que existiam da praça, o Brunet’s e o Sablonnière Hotel. O primeiro estava situado nos números 24-26 e fora fundado por um emigrado francês de nome Louis Brunet, em 1800; o segundo, que funcionava nos números 29-31, fora fundado por uma emigrada francesa, em 1788.

Outras pesquisas que abordaram franceses residentes em Leicester Square ou viajantes que passaram pela praça, durante a primeira década do século XIX, podem também contribuir com informações importantes sobre o perfil de uma

⁷⁴ No início do século XVIII, dois príncipes herdeiros da monarquia britânica residiram em Leicester Square. George III foi coroado na praça. William Blake e Joshua Reynolds e, antes deles, Isaac Newton, residiram na praça. William Hogart fez dela um desenho importante no ano de 1750.

⁷⁵ WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁷⁶ *Johnstone's London Commercial Guide, and Street Directory*.

parcela do público frequentador do local. Kirsty Carpenter fez breve descrição das pessoas que frequentavam o estúdio do pintor francês emigrado, Henri-Pierre Danloux, à época em que se localizava em Leicester Square: “ (...) a list of elegant or formerly elegant members of French society and clergy (...)”.⁷⁷

Outro exemplo pode ser o da escritora Anne-Louise Germaine Necker Staël-Holstein (Germaine de Staël), proveniente da alta nobreza franco-suíça e que, em 1813, esteve hospedada no Brunet’s Hotel. Angelica Goodden apontou que: “She had chosen to stay at Brunet’s: many of the hotels in the square had French names, and French speaking visitors found their proximity to the not quite English life of Soho reassuring”⁷⁸.

Nos meses próximos ao que Caldeira Brant chegou a Londres, é possível afirmar que o Brunet’s incluía diplomatas europeus entre seus clientes. Conforme o *Morning Post* do dia 16 de julho de 1821, o embaixador da Suécia hospedou-se no estabelecimento, em trânsito, para seu novo posto em Paris.⁷⁹ O mesmo jornal, em 2 de janeiro de 1822, informou sobre a partida do embaixador da Prússia e seu séquito “*para sua nova residência em Mansfield Street, Cavendish Square*”⁸⁰. Ocorreu, portanto, uma identidade de expectativas por boa hospedagem em Londres entre Caldeira Brant, muito antes da sua nomeação, e de embaixadores de importantes potências europeias da época e o Brunet’s Hotel consistiu no local que atendia a tais expectativas.

Por outro lado, cumpre destacar trecho da carta de Caldeira Brant para José Bonifácio, em que consta um relato de interesse sobre sua estadia em Londres, logo após ser incumbido de representar a política diplomática da corte do Rio.

O Ilmo. Sr. Antônio Carlos, que aqui presenciou varias desprezas inevitáveis, como, por exemplo, qualquer visita a um Ministro, 5200 rs.,

⁷⁷ CARPENTER, Kirsty. The novelty of the French émigrés in London in 1790s. In: KELLY, Debra; CONYK, Martin. *A history of the French in London: liberty, equality and opportunity*. London: School of Advanced Study, University of London, Institute of Historical Research, 2013.

⁷⁸ GODDEN, Angelica. *Madame de Stael: a dangerous exile*. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 223.

⁷⁹ *Morning Post*, 16 Jul., 1821.

⁸⁰ *Morning Chronicle*, 2 Jan., 1822.

qualquer jantar a Hypólito José da Costa, 4600 etc. etc., poderá bem informar a V. Exa. sobre as dificuldades de residir em Londres.⁸¹

Em uma pequena nota encontrada por esta pesquisa no periódico londrino *The Champion*, de 21 de setembro de 1821 (Caldeira Brant chegou ao hotel em junho), pode ser lido que:

Libitoz, her late Majesty`s principal cook, has accepted a situation at Brunet`s Hotel (...).⁸²

O emprego de um cozinheiro da realeza no Brunet`s Hotel procurava atender às expectativas dos clientes e hóspedes por alta culinária, reforçando assim a compreensão de que eram os setores mais ricos da sociedade que frequentavam o local quando Caldeira Brant lá esteve hospedado. Ao se recorrer às pesquisas sobre presença francesa na praça, verifica-se que haviam restaurantes que serviam refeições para quem buscasse alimentação com padrões aristocráticos ou a preços moderados⁸³. Valerie Mars mencionou que: “Bourgeois French visitors could find familiar style and service at the French hotels and restaurants around Leicester Square.” Segundo a autora, havia outros lugares na praça que ofereciam refeições a preços mais moderados, a chamada *table d`hôte*, que eram servidas em mesas coletivas.

Porém, em novembro de 1822, em carta para José Bonifácio, Caldeira Brant estabeleceu a seguinte condição para o exercício das funções para o qual tinha sido nomeado:

O Encarregado de Negócios de Portugal tem doze mil cruzados de ordenado, casa para morar, 2 oficiais de secretaria etc. etc. tudo pago pelo Tesouro, e menos do que isso não pode ser.⁸⁴

⁸¹ BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Arquivo Diplomático da Independência*. Brasília: MRE/FUNAG, 1972, vol. I; p. 197.

⁸² *The Champion*, de 21 de setembro de 1821.

⁸³ MARS, Valerie. Experiencing french cookery in nineteenth-century London. In: Debra Kelly, Martyn Cornick. *A history of the French in London*. London: School of Advanced Study, University of London, Institute of Historical Research. (2013), p. 217-240.

⁸⁴ Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Arquivo Diplomático da Independência*, Brasília: MRE/FUNAG, 1972. Vol. I; p. 197.

Os trechos demonstram que, embora as condições financeiras particulares de Caldeira Brant permitissem hospedá-lo em um hotel destinado a alta nobreza europeia, antes mesmo de qualquer nomeação, a aceitação da sua missão não esteve única e exclusivamente condicionada por um sentimento de defesa por autonomia do Brasil⁸⁵. Na mesma ocasião, Caldeira Brant reforçou a ideia para o mesmo destinatário:

(...) não falarei tampouco na impossibilidade de viver em Londres com seis mil cruzados, sem Casa para morar, sem Secretario etc. etc. porque no Serviço da Pátria, e do Príncipe todo sacrifício me é suave, mas não posso deixar de lamentar a minha situação como V. Exa. a verás das seguintes observações.

Nota-se que Caldeira Brant compreende a residência como um aspecto fundamental para o exercício de uma representação diplomática em Londres, o que comprova que existia, por parte dele, uma determinada expectativa de boa moradia e representação.

Por outro lado, esses documentos podem ajudar a compreender também que, no início desse processo de ruptura entre Brasil e Portugal, os custos financeiros da via diplomática não foram mensurados de modo adequado pela corte do Rio de Janeiro. Porque, caso contrário, vale conjecturar que Caldeira Brant exigisse mais do que o necessário ou que suas expectativas superavam as possibilidades das receitas da corte do Rio. Em novembro de 1822, Caldeira Brant preceitua que:

Se o Governo Inglês receber o Encarregado de Negócios, e S. A. R. não quiser, ou não poder dar mais de seis mil cruzados, será conveniente reuni-lhe o Consulado, porque então o ordenado daquele emprego, e os emolumentos deste reunidos em uma só pessoa, poderão chegar [para] passar com regida economia, mas sem necessidade de pedir emprestado.

⁸⁵ Cumpre mencionar que Gilberto Freire observou contradições semelhantes para Pedro I, ao abordar o momento de partida do ex-imperador, após a Abdicação, notando a preocupação financeira com itens de sua propriedade particular. FREIRE, Gilberto. *Inglêses no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbook Editora, 2000; p. 379; [1ª ed. 1948].

Cabe ainda observar sobre Leicester Square que, conquanto o Brunet's Hotel fosse reduto da nobreza europeia, o fato de a praça e seu entorno serem comerciais e nela estarem localizados estabelecimentos para divertimentos públicos (lícito e ilícitos), a exemplo de “salas de exibição” e “panoramas”, que eram modas da época,⁸⁶ mas também de bares, casas de jogos e de prostituição, além do comércio e de outros serviços, o lugar atraía diversas camadas da sociedade, inclusive, as mais baixas, motivo por que havia a chamada *table d'hôte*, por exemplo. Isso significa que aquela região permitia um inevitável encontro e convívio entre as distintas camadas da sociedade, característica diferente do local em que se estabeleceu a primeira legação formal do Brasil.

Diferente de Leicester Square, as edificações do interior e do entorno do Regent's Park, como Park Crescent, para onde se transferiu Gameiro Pessoa em 1825, situavam-se na periferia do crescimento urbano tradicional de Londres. E, assim como o próprio parque, os edifícios foram planejados e construídos logo nos anos anteriores, compondo parte de um plano maior de reconfiguração da cidade, que foi levado adiante durante a regência do príncipe herdeiro, o futuro rei George IV.

O projeto de “melhoramento urbano”, conforme a expressão da época,⁸⁷ realizou uma total modificação das regiões a oeste da City de Londres, sobretudo Marylebone e Westminster. Segundo apontou John Summerson, o plano envolveu a construção ou o remodelamento de edifícios, praças e vias públicas, como Trafalgar Square, da Strand e da Regent's Street, mais próximos de Westminster, e de áreas mais afastadas desses locais, a exemplo do Marylebone Park, ao norte e nordeste, dando, à época, um novo formato ao chamado West End. O plano foi concebido por um conjunto de pessoas, em que se destacou o arquiteto John

⁸⁶ SEVCENKO, Nicolau. Perfis urbanos terríveis em Edgar Allan Poe. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Associação Nacional de História – ANPUH-Brasil, 1985. V. 5; n. 8/9; (set. 1984-abr. 1985) p. 80.

⁸⁷ O trabalho de Thomas Schepard, *Metropolitan Improvements: or, London in the Nineteenth Century*, publicado em 1827, consiste nas fontes visuais de referência para esse processo.

Nash, funcionário da secretaria de Bosques e Florestas, e foi financiado em uma parceria entre o Estado e um conjunto de empreiteiros⁸⁸.

Em 1811, o Marylebone Park passou à propriedade da coroa e o plano de reforma de Londres o reconfigurou totalmente, transformando-o no Regent's Park e nos edifícios do interior desse novo parque e dos seus arredores próximos. Entre as décadas de 1810 e 1820, a antiga área do Marylebone Park tornou-se uma franja pioneira da expansão urbana a norte e noroeste da metrópole e cuja ideia central consistia na criação de uma “cidade jardim”, com um novo parque e, contíguos a ele, conjuntos de casas e edifícios residenciais, entremeados por outros pequenos parques e áreas verdes. No interior do Regent's Park, o plano previa a construção de casas de campo ou quintas (villas) e, nos seus arredores, edifícios elevados, de quatro andares, os terraços, com vista panorâmica para essa moderna configuração espacial que se desenhava.⁸⁹

As residências em forma de terraços e quintas destinavam-se a atender aos anseios por boa habitação de um setor social em ascensão, uma nova e enriquecida burguesia urbana, pequenas-burguesias e classes médias altas de Londres, distante da aglomeração urbana das áreas tradicionais, em ritmo de rápido crescimento. Tal característica suburbana configurou-se, desde o projeto inicial, como o atrativo social das residências ali construídas.

Em específico, Park Crescent foi construída entre os anos de 1812 e 1822.⁹⁰ Constituía-se de dois extensos conjuntos de moradias conjugadas, em formato semicircular, com quatro andares cada residência e com terraço no topo. Os dois extensos edifícios, com vistas panorâmicas da cidade, de um lado, e do parque, de outro, eram separados pelo final da Portland Place. Essa avenida, junto com sua continuação ao sul, a reconstruída Regent's Street, passaram a conectar os moradores da região do Regent's Park com as áreas tradicionais de

⁸⁸ SUMMERSON, John. *Georgian London* 1a ed. 1945]. New Haven and London: edited by Howard Colvin, 2003. Published for the Paul Mellon Centre for Studies in British Art by Yale University Press.

⁸⁹ York Street existia desde o século XVIII nos arredores do Marylebone Park e foi reconfigurada e incorporada à modernização dos arredores do Regent's Park, no estilo arquitetônico conhecido como “regencial”. Entretanto, era um logradouro ainda mais distante dos principais centros de política, finanças e diversão de Londres do que os demais.

⁹⁰ O Regent's Park foi construído entre 1812 e 1828, ou seja, foi inaugurado quando a missão diplomática do Brasil já estava no seu entorno próximo.

Londres.⁹¹ O que foi possível em razão de uma série de outras transformações contemporâneas, a exemplo do avanço nas técnicas de drenagem de regiões pantanosas e afastadas e a construção da Canal do Regente. Segundo Richard Rodger:

Largely as a response to the degenerate city, and assisted by rising prosperity and the emergence of urban public transport – successively horse buses, trams, local railways and in London the Underground – the middle class began to withdraw from congested town centre living from the 1820s.⁹²

Portland Place e Regent's Street formavam o caminho principal desse local, em direção às regiões para divertimentos públicos e para o comércio da moda, por exemplo, em Covent Garden e Leicester Square. Eram também as vias para a área financeira, na City de Londres, e para a região da alta política e da diplomacia, em Westminster, onde estavam situados o palácio de Saint-James, as duas câmaras do Parlamento e o prédio do Ministério de Relações Exteriores, em Downing Street.

Para se formar uma ideia das características externas às residências de Park Crescent, cabe recorrer a uma nota publicada no *Courier*, em 26 de maio de 1826. A nota informava sobre a conclusão de um processo judicial em que eram partes um cocheiro de um coche de aluguel e um cliente, William Poulter, residente em Park Crescent. O último foi quem acionou o primeiro na justiça, relatando ter apanhado o coche de aluguel ao sair do teatro da "Piazza" de Convent Garden, em caminho para sua casa em Park Crescent. O percurso foi feito pela Portland Place e, chegando ao destino, o cocheiro cobrou-lhe um xelim a mais dos dois que já havia recebido, alegando que o endereço estava situado fora da área asfaltada da cidade. Em tais circunstâncias, os cocheiros tinham o direito de cobrar o xelim a mais, embora o juiz tenha decidido em favor de Pouter, argumentando que:

⁹¹ SUMMERSON, John. *Georgian London* 1a ed. 1945]. New Haven and London: edited by Howard Colvin, 2003. Published for the Paul Mellon Centre for Studies in British Art by Yale University Press. p. 197.

⁹² Rodger, Richard. *Housing in Urban Britain, 1780-1914: Class, capitalism and construction*. London: MacMillan, 1989. p. 3

Park-Crescent [era] uma continuação de Portland Place, e como tal, não estava fora do pavimento; o cocheiro, portanto, não tinha direito a demandar o “*back carriage*” [o acréscimo].⁹³

É precisamente o fato de Park Crescent estar localizada no subúrbio o seu atrativo social como moderno padrão de moradia burguesa do período, embora a nota sugira que o local em 1826 não estivesse concluído nos meios básicos do esperado por uma moradia burguesa naquele meio urbano, havendo ainda outro tipo de asfaltamento, mais simples do que o de áreas mais tradicionais da cidade. O que significa que antes mesmo da conclusão completa do local, Gameiro Pessoa foi atraído por essa qualidade de subúrbio “cidade jardim” e mudou-se para lá tão logo foram inaugurados os primeiros terraços conjugados.

Ele estava já residindo em Park Crescent, quando em 30 de janeiro de 1826 foi recebido por George IV em audiência no castelo de Windsor, para entregar ao soberano britânico as cartas credenciais, com que se apresentava na qualidade de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da primeira missão diplomática formal do Brasil naquele território.⁹⁴

Para 8 de junho de 1826, consta em nota do jornal londrino *Public Ledger and Daily Advertiser*, encontrada pela pesquisa, que ocorreu um “grande jantar diplomático”, oferecido por Gameiro Pessoa na legação, no dia anterior⁹⁵. Essa parece ter sido a principal comemoração do reconhecimento formal da Independência do Brasil e da sua missão em Londres, nos círculos diplomáticos daquela capital. Na festa, compareceram os primeiros escalões da secretaria de relações exteriores da Grã-Bretanha e embaixadores de potências europeias importantes.

Estiveram presentes além de George Canning, o subsecretário, Charles Augustus Ellis, o subsecretário permanente, Joseph Planta, o subsecretário aspirante, Ulick John de Burgh, e o mestre de cerimônias da corte, Robert Chester. Compareceram também o embaixador da França, Jules Auguste Armand

⁹³ *Courier*, 26 Mai, 1826.

⁹⁴ *Morning Post*, 1 fev. 1826; Foi a esse evento que se referiu Luís Gastão d’Escragnoille Dória, em A Independência em Windsor. *Op. cit.* p. 19

⁹⁵ *Public Ledger and Daily Advertiser*, 8 jun., 1826.

Marie, o embaixador da Áustria, Paul III Anton, o embaixador dos Países Baixos, Anton Reinhard Falck, o enviado da Baviera, August de Cetto, o enviado da Suécia, barão de Stiernold, o conselheiro da legação da Prússia, barão de Maltzahn, o ministro das Duas Sicílias, conde Ludolf, o ministro da Sardenha, conde St. Martin D'Anglie, Pedro de Souza Holstein (Pamela) e Antônio Teles da Silva Caminha e Menezes (Resende).

Vale notar, em primeiro lugar, que, considerando que o local estava ainda em construção, ao menos, no asfaltamento, mesmo assim permitia receber lordes ingleses, príncipes e diplomatas estrangeiros⁹⁶. Em segundo lugar, é que ao se incluir pessoas não aludidas pela imprensa, como o chamado pessoal de serviço da missão, os indispensáveis serventes, cozinheiros, garçons, bem como os chamados membros da missão, como secretário e adido, conta-se número maior de pessoas. O que pode ser muito superior, uma vez que a nota mencionada faz alusão apenas a homens e não a mulheres. Ademais, segundo o jornal, no dia seguinte, Gameiro Pessoa ofereceu um outro jantar, voltado exclusivamente aos secretários “*de todas as embaixadas e legações em Londres*”⁹⁷, que, quer por protocolo quer por falta de espaço, não pode ocorrer no dia anterior.

Isso significa que o edifício da legação em Park Crescent era de tamanho suficiente para receber tal número de pessoas, sendo maior do que um apartamento de hotel no centro comercial de Londres. Ou seja, ocorreu uma estruturação da legação do Brasil em Londres, a partir de 1825 e que Park Crescent foi o local escolhido para essa finalidade.

Em agosto (talvez residindo em York Street), Caldeira Brant e Gameiro Pessoa contrataram o empréstimo na City de £ 1 mi e, no Rio, nesse mesmo mês, uma portaria da secretaria de Negócios Estrangeiros, do dia 26, determinou que o pagamento dos diplomatas brasileiros no exterior ocorresse por meio da missão de Londres e, em janeiro de 1825, o outro empréstimo foi contraído na City, no

⁹⁶ Existe nota no *Morning Post*, de 15 de junho de 1827, sobre outra festa, não um jantar diplomático mas uma chamada “Festa da Moda” (conforme a expressão do jornal), oferecida pela “senhora Samuel” em sua “elegante residência em Park Crescent”. No *London Evening Standard* do dia 13 de outubro de 1827 consta outro “grande jantar diplomático” oferecido por Gameiro Pessoa no mesmo endereço mencionado, com a presença de número semelhante de convidados da vez anterior e com a presença de Dudley, o substituto de Canning no *Foreign Office*.

⁹⁷ *Public Ledger and Daily Advertiser*, 8 jun., 1826.

valor de £ 2 mi. É lícito observar, portanto, que o processo de estruturação efetiva da missão do Brasil não apenas em Londres, mas em outros territórios, conforme as expectativas já aludidas, consistiu em parte importante da causa da contratação dos empréstimos por parte do governo brasileiro, para o qual Caldeira Brant recebeu instruções ao deixar o Rio de Janeiro no início de 1824⁹⁸.

Se por um lado ocorreu uma estruturação efetiva da missão ordinária em um moderno meio urbano burguês, é possível observar padrões e valores aristocráticos nos lugares em que esteve a missão especial que acompanhou Maria da Glória entre 1828 e 1829. Um texto publicado no periódico *London Courier and Evening Gazette*, em 5 de outubro de 1828, pode ajudar a fornecer uma ideia da pompa aristocrática do desembarque em Falmouth, cidade portuária no litoral sudoeste da Inglaterra, da princesa Maria da Glória, filha de Pedro I:

A jovem Rainha de Portugal desembarcou em Falmouth no sábado, a partir da barcaça pertencente à fragata *Imperatriz*, sob saudações dos fortes e navios, estes últimos com pálios tripulados e escoltado por mais de cem barcos, decorados com bandeiras, flores e guirlandas. (...) Um lance de escadas foi erguido no Cais da Cidade, coberto com tecido escarlate, pelo qual ela pousou e, ao subir os degraus, foi recebida por lorde Clinton e *sir* William Freemantle, pelo governador Fenwick, pela nobreza e funcionários brasileiros e portugueses, pelo cônsul brasileiro, etc. [sic] por quem ela foi escoltada até a carruagem privada do rei, cerca de duzentos metros à frente, através de uma fila da guarda de honra [polícia honorária], com rosetas em seus peitorais, armados com lanças e precedidos por uma centena de respeitáveis menininhas da sua própria idade, vestidas de branco, com guirlandas em volta de suas cabeças, que espalhavam flores enquanto seguia em frente para a plataforma erguida para este propósito. Ao entrar na carruagem, foi levada para a residência da sra. Elizabeth Fox, em Arwenack (...).⁹⁹

O Grillon`s Hotel, onde primeiro se instalou a comitiva em Londres, no ano de 1814 hospedara Luís XVIII no exílio, ocasionado pelo retorno de Napoleão de Elba. O que significa que, ao abrigar o referido soberano, prócere

⁹⁸ Vale retomar que, em abril de 1823, a secretaria de Estado determinou a contratação de empréstimo em Londres, por meio do que determinou o pagamento dos funcionários no exterior. Essa foi a primeira iniciativa de maior estruturação das novas missões do Brasil no exterior, mas foi interrompida, em face da política interna do país, sobretudo com a saída de José Bonifácio da chefia do ministério.

⁹⁹ *London Courier and Evening Gazette*, 5 out., 1828.

da Restauração, o local destinava-se à estadia da mais alta camada social e da realeza. O local era muito próximo ao palácio de Saint James.

Já sobre a quinta, vila ou mansão de Laleham, o segundo endereço em que se fixou a comitiva, em um texto publicado em *Mirror: literature, amusement and instruction*, de 16 de maio de 1829, é possível encontrar uma descrição da luxuosa e bucólica casa de campo, com amplíssimo terreno e bastante distante, a sudoeste da metrópole. O semanário conservador trata exclusivamente da estadia de Maria da Glória e seu séquito, que, nas palavras de Otávio Tarquínio de Sousa, ocorreu “entre damas fastidiosas e diplomatas mal sucedidos”¹⁰⁰:

(...) a beautiful villa at Laleham, a village in Middlesex, eighteen and a half miles south west of London, (...) Laleham is delightfully situate on the banks of the Thames, between Shepperton and Staines, and is famed for the entertainment it affords to the lovers of angling. The river narrows considerably here; and about the shallows, or gulls, the water is beautifully transparent. The above temporary royal residence is built in an elegant villa style; and the grounds have been very tastefully laid out under the immediate direction of the present proprietor, the Earl of Lucan. They comprise 40 acres, with some very fine elm timber.¹⁰¹

Além dos espaços, por fim, merecem consideração algumas informações sobre os recursos destinados pela corte do Rio de Janeiro aos ordenados e aluguéis desses espaços, sem a pretensão de um esforço exaustivo.

Como foi mencionado, por um lado, Caldeira Brant não esteve disposto a dispendar recursos particulares para exercer a missão de representação diplomática da corte do Rio em Londres e, por outro, a elite dirigente da corte não considerou, a princípio, os meios básicos dessa atividade adequadamente, a se confiar nas cartas de Caldeira Brant. Reclamava ele que se um novo agente nomeado viesse a receber “*seis mil cruzados*” (talvez como recebia) deveriam lhe somar a atividade consular, de modo a não ter que pedir dinheiro emprestado,

¹⁰⁰ SOUSA, Otávio Tarquínio de. *A vida de Pedro I*. Volume II. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1954. p. 760.

¹⁰¹ *Mirror*, 16 Mai., 1829; p. 1.

conforme sua compreensão, já que a atividade consular, que não era à época atividade da carreira diplomática, recebia emolumentos.¹⁰²

Por ora não foi possível identificar a quantia que recebia Gameiro Pessoa durante todo o período em que esteve à frente da missão. Todavia, é possível supor que não tenha passado pelas relativas dificuldades por que passou Caldeira Brant. Muito possivelmente o aluguel da residência de Gameiro Pessoa em Park Crescent passou a ser custeado pela corte do Rio e ele recebia o suficiente para manter padrões de moradia compatíveis com os setores sociais que residiam no local, uma vez que a estruturação da legação exigiu custos como a manutenção de coche, cocheiro, cavalo (porque a casa era suburbana) e funcionários domésticos (porque não era um apartamento de hotel).

Já a hospedagem dos membros do séquito particular de Maria da Glória no Grillon's Hotel, segundo apontou a imprensa londrina da época, foi custeada pela coroa britânica, ao passo que a dos agentes da missão especial ficou a cargo do governo brasileiro.

Para 1830, foi possível identificar que Eustáquio Adolfo de Melo Matos, na condição de encarregado de negócios interino da missão ordinária recebia 4\$000U. A título de comparação, José Egídio Álvares de Almeida, nomeado, em abril de 1830, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário para missão especial em Londres e Paris, recebia 20\$000U. Entretanto, ele não estava exercendo funções ordinárias e, por essa razão, o relatório da secretaria ao Parlamento informava que em tais despesas “*não [estavam] compreendidas as despesas da Legação*”.

Meses antes da abdicação de Pedro I, em um ofício de Melo Matos para a secretaria, de 18 de fevereiro de 1831, é possível encontrar que:

Resta-me dizer a V. Exa. que fico ciente das reduções efetuadas nas despesas de varias Legações e Consulados Imperiais (...)

¹⁰² Luís Gastão d'Escragnoille Dória fez menção lateral a “duzentos mil reis de ordenado mensal” que recebia Caldeira Brant em 1823.

Após a queda de Pedro I, Melo Matos, agora como encarregado de negócios efetivo, passou a receber 10\$000U. Todavia, em 1832, foi elevado à categoria de ministro plenipotenciário e enviado extraordinário, o que não acarretou em um aumento no que recebia.

1.3. Uma sede para a missão diplomática do Brasil em Londres

Como se demonstrou, entre 1822 e 1825, uma sede para a missão do Brasil em Londres foi estruturada pelos agentes lá designados, em especial por Gameiro Pessoa. A estruturação da casa da legação representou a fixação duradoura desse local de trabalho em um determinado bairro de Londres. Comparada aos locais de residência dos agentes de potências europeias e comparada ao lugar em que se hospedara Caldeira Brant, locais situados na área de desenvolvimento tradicional da moradia da aristocracia no espaço urbano de Londres, o lugar em que foi estabelecida a missão do Brasil correspondia às expectativas de moradia de uma moderna burguesia local. Esse aburguesamento da habitação e, respectivamente, dos modos de vida, de Gameiro Pessoa e seus sucessores, foi a expressão concreta das expectativas de boa moradia e representação do país por parte desses agentes.

Escragnole Dória equivocou-se, portanto, ao interpretar que, enquanto Gameiro Pessoa “ainda ouvia os ecos do Congresso de Viena”, Caldeira Brant “trabalhara, na Bahia, em projeto de Constituição”, dando a entender que o segundo compartilhasse de uma visão mais moderna de mundo do que o primeiro. As fontes pesquisadas negam tal compreensão, ao menos, no que se refere aos locais de estadia de ambos em Londres, a cargo de incumbências oficiais.¹⁰³

É difícil conjecturar que tenha havido ordem expressa do Rio de Janeiro que determinasse em qual local em Londres fosse instalada a legação. Por essa razão, distinguindo-se da escolha da moradia de Caldeira Brant em um hotel do centro da moda comercial de Londres e distinguindo-se da estadia da missão

¹⁰³ Embora o próprio autor, contraditoriamente, diga que “Seriam dois ‘déraciné’, mas o desraigar de Brant em solo inglês soltava mais terra brasileira o do que Gameiro Pessoa”.

diplomática especial de 1828-29, ambas com viés mais aristocrático, Gameiro Pessoa, por conta própria, instalou a legação, entre 1824 e 1825, em uma moderna região da cidade, voltada a atender a um padrão de vida e de moradia destinado a uma nova burguesia. E se isso ocorreu foi porque ele identificou-se com esse novo modo de vida. Melo Matos permaneceu na mesma região da cidade, a 300 metros da casa de Gameiro Pessoa.

Na história do desenvolvimento urbano de Londres das primeiras décadas do século XIX, um importante característico desse processo de aburguesamento de regiões da cidade foi que tais lugares tinham um maior distanciamento da área de crescimento tradicional. Em outras palavras, a maior segregação social no espaço urbano de Londres representou um dos aspectos predominantes do processo por que passou a história da habitação burguesa naquela capital nas primeiras décadas do século XIX, expressão também de uma maior estruturação da própria sociedade em classes sociais distintas. Segundo apontou Richard Rodger:

“Propelled by an aversion to contamination, moral and physical, the middle classes increasingly quit downtown residence and approached suburban life with an air of optimism and relief, reinforced by their deliberate efforts to separate home and work. (...) As a result, a clearly defined segregation of residential areas, based on income differentials, geographically polarised urban society by the middle of the nineteenth century”¹⁰⁴

A tal processo não ficou alheia a diplomacia do Brasil lá residente.

¹⁰⁴ RODGER, Richard. *Op. cit.* p. 3.

Capítulo 2: Os membros da missão diplomática do Brasil em Londres (1829-1834)

Este capítulo busca responder a questão sobre quais aspectos das vidas de Eustáquio Adolfo de Melo Matos, Miguel Maria Lisboa e José Joaquim Timóteo de Araújo podem contribuir, e em que medida, a uma maior compreensão da história da diplomacia brasileira, nas primeiras décadas do século XIX. Entre janeiro de 1829 e fevereiro de 1834, eles compuseram a missão diplomática do Brasil em Londres, à época, a principal do país.

No capítulo anterior, demonstrou-se que, em 1825, uma sede diplomática do Brasil em Londres havia sido criada, onde, entre 1826 e 1829, funcionou a primeira missão ordinária, formalmente reconhecida pela Inglaterra, e que tinha à frente Manoel Rodrigues Gameiro Pessoa. Esse deixou a Inglaterra, em agosto de 1829, de modo definitivo, encarregando a chefia da missão a Eustáquio Adolfo de Melo Matos, que, cerca de um ano antes, em 1828, fora enviado para substituí-lo. Com Melo Matos, chegaram na missão Augusto de Paiva e Miguel Maria Lisboa, como adidos logo em 1828. Dois anos depois, em 1830, José Joaquim Timóteo de Araújo foi igualmente nomeado adido para Londres. Esses quatro agentes formam a segunda configuração da missão diplomática na Inglaterra, até o início de 1834.

Sem a pretensão de configurar-se como uma biografia histórica¹⁰⁵, mas com o objetivo de trazer elementos para uma maior compreensão da história da diplomacia e dos diplomatas brasileiros, na primeira parte do capítulo, a pesquisa voltou-se para registros públicos e pessoais da trajetória de Eustáquio Adolfo de Melo Matos, que foi o chefe da missão e a pessoa que assinava a quase totalidade dos documentos gerados pela legação no período. Na segunda parte do capítulo, foram apresentadas informações sobre as trajetórias dos funcionários subalternos, precisamente, de Miguel Maria Lisboa, que trabalhou,

¹⁰⁵ Para uma discussão atual sobre o tema da biografia, Cf. SCHMIDT, Benito Bisso. História e biografia. CARDOSO, Ciro Flamarion ; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2012. p. 187-207.

primeiro, na qualidade de adido e, em seguida, como secretário, e de José Joaquim Timóteo de Araújo, oficial de carreira da Secretaria de Estado e que serviu como adido em Londres. Sobre Augusto de Paiva, o outro adido, não foram encontrados documentos ou dados que justificassem incluí-lo no capítulo.

Ademais, foi necessário trazer dados a respeito dos familiares dos agentes, porque acredita-se que a proveniência familiar dos agentes diplomáticos possa fornecer informações de interesse ao estudo, uma vez que permitem melhor se compreender a proveniência social deles. Acredita-se que o maior contingente de ingressantes na moderna diplomacia brasileira das primeiras décadas do século XIX, ou mesmo que por ela tenham passado na qualidade de representantes no exterior, provinha da diminuta classe dominante luso-brasileira, bem como do alto funcionalismo de Estado a ela associado, na corte ou nas províncias.

Na terceira parte do capítulo, trazendo informações complementares aos registros e informações apresentados, com o objetivo de interpretá-los, buscou-se apontar alguns aspectos externos da vida dos agentes, que podem contribuir não apenas para o estudo da história da diplomacia no Brasil, mas para o estudo da composição da missão em Londres, como se mencionou, a principal à época.

Como não foram identificados trabalhos biográficos aprofundados sobre os agentes mencionados, foi necessário recorrer à pesquisa em fontes que se estendem de documentos públicos e cartas privadas a imprensa periódica coeva, nacional e estrangeira, e outras pesquisas já realizadas que eventualmente tenham trazido informações sobre eles.

Para Eustáquio Adolfo de Melo Matos, a baliza cronológica perfaz do seu nascimento na cidade de Salvador, procurando destacar sua proveniência familiar, aos anos em que foi o chefe da missão do Brasil em Londres, abordando também, nesse ínterim, sua carreira militar, os estudos na Universidade de Coimbra e a missão em Hamburgo, a serviço do Ministério de Negócios Estrangeiros.

Precisamente a propósito do período em que Melo Matos esteve em missão em Hamburgo existe a apresentação do diplomata e historiador Mario de Vasconcellos, ao quarto volume do *Arquivo Diplomático da Independência*¹⁰⁶, publicado em 1923. Também existe a pesquisa mais recente de Adelir Weber, sobre o comércio entre Portugal, Brasil e Hamburgo¹⁰⁷, que traz informações de interesse. Já sobre as circunstâncias da sua trajetória posterior à missão do Brasil em Londres, a exemplo da missão diplomática em Viena logo depois, o período em que foi deputado federal pela Bahia, a missão nas chamadas Duas Sicílias e a carreira no Exército, inexistem pesquisas e tais circunstâncias também não foram abordadas nesse capítulo.

Para Miguel Maria Lisboa, procurou-se destacar sobretudo aspectos da sua proveniência social e familiar, uma vez que o período em que ele esteve a serviço da missão em Londres, à exceção do intervalo de estudos em Edimburgo e de outra licença, consiste no início da sua carreira na diplomacia brasileira. À exceção do trabalho de Carlos Tasso Saxe-Coburgo e Bragança, esse período inicial da carreira diplomática de Miguel Maria Lisboa não foi de interesse aos pesquisadores. Já os períodos posteriores, quando ele se tornou não só importante diplomata do Império em missões na América do Sul e nos Estados Unidos, mas também barão do regime monárquico, existem mais pesquisas, com destaque aos importantes trabalhos recentes de Alain El Youssef¹⁰⁸.

Sobre José Joaquim Timóteo de Araújo e Augusto de Paiva existem ainda menos registros do que a respeito de Melo Matos e Miguel Maria Lisboa para o período. Os nomes dos primeiros podem ser localizados em alguns documentos do Ministério de Negócios Estrangeiros, a exemplo de relatórios ou ofícios, e na imprensa periódica da época eventualmente, em razão da edição de documentos

¹⁰⁶ BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Arquivo Diplomático da Independência*. Brasília: MRE/FUNAG, 1972. Vol. IV.

¹⁰⁷ WEBER, Adelir. *Relações comerciais e acumulação mercantil: Portugal, Hamburgo e Brasil entre a Colônia e a Nação*. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo: 2008.

¹⁰⁸ Para as mais recentes, cf. Youssef, Alain El. Miguel Maria Lisboa: escravidão, geopolítica global e economia imperial durante a Guerra Civil norte-americana (1860-1871). In.: *Cadernos do CHDD*. Ano 15, N. 29, segundo semestre 2016. p. 29-50; e, Youssef, Alain El. *O Império do Brasil na segunda era da abolição, 1861-1880*. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

públicos ou do arrolamento de saída e entrada nos portos nacionais. São escassos os registros, entretanto.

Na sua obra de referência sobre a história administrativa do Ministério de Relações Exteriores, Flávio Mendes de Oliveira Castro fez alusão bastante lateral a José Joaquim Timóteo de Araújo, quando elencou os oficiais de Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros à época da separação com a pasta da Guerra, em 1822. Mas nem José Joaquim Timóteo de Araújo nem Augusto de Paiva constam nos instrumentos de pesquisa mais importantes sobre a história da diplomacia brasileira no século XIX, como a obra de Raul Adalberto Campos ou o dicionário de Argeu de Segadas Machado Guimarães, ao passo que Melo Matos e Miguel Maria Lisboa, sim.

Tanto José Joaquim Timóteo de Araújo como Augusto de Paiva, ainda que tenham participado de missões relevantes do Brasil no exterior à época, como a missão de Londres, não ocuparam a atenção dos pesquisadores. Isso ocorreu porque prevalece entre os historiadores a produção de biografias de diplomatas que foram chefes de missões importantes ou que foram ministros, ao passo que ambos foram funcionários do segundo escalão e não ocuparam cargos de chefia. Ademais, o enfoque dos autores recaiu sempre sobre a história política, a história das relações interestatais e, mais recentemente, sobre a história econômica e intelectual, mas não sobre uma história social, que poderia incluir uma história do trabalho dos diplomatas, trazendo assim para primeiro plano agentes do chamado segundo escalão.

Tais circunstâncias, portanto, justificam a apresentação de dados sobre os demais membros da missão, porque cumpre enfatizar a participação de agentes do segundo escalão na história da diplomacia, porque se acredita, além disso, como hipótese, que eles tenham participado de modo muito relevante do trabalho, não apenas na Secretaria de Estado no Rio, mas nas legações no exterior, aspecto, em geral, não reconhecido pelos pesquisadores e que também será tema do Capítulo 3.

2.1. Eustáquio Adolfo de Melo Matos

Eustáquio Adolfo de Melo Matos nasceu no ano de 1795, em Salvador, na então capitania da Bahia. Identificou-se que ele era filho de Francisca Maria da Conceição de Carvalho e Melo e de Eusébio Nunes de Paiva e Matos¹⁰⁹, tendo o mesmo casal quatro outros filhos. Um deles é Cassiano Espiridião de Melo Matos, que colaborou na elaboração da Constituição de 1824 e foi membro do Supremo Tribunal Federal. Os demais são Eliseu Elias, Ivo Prisco e José Gustavo, que tiveram suas vidas pessoais e profissionais transcorridas na província da Bahia, não tendo eles ocupado aparentemente cargos na corte do Rio ou no exterior.

Sobre Francisca Maria da Conceição de Carvalho e Melo, o que foi possível identificar diante da escassez de fontes é que era filha de Antônia Maria de Mello, natural de Santo Amaro, na Bahia, e do militar Eusébio José de Carvalho, natural do Porto, em Portugal. Ela era irmã de Luís José de Carvalho e Melo (visconde de Cachoeira)¹¹⁰. Mas não foi possível identificar a data ou as circunstâncias do seu casamento.

Sobre Eusébio Nunes de Paiva e Matos, pai de Eustáquio, e sobre os irmãos, um dos registros mais recuados que se encontrou chama-se *Termo de Vereação a que se procedeo pelo Edital de tres do corrente para se lavrar a acta da Independencia do Brasil e Aclamação do Imperador constitucional e seu Perpetuo Defensor na pessoa do Magnanino Principe o Senhor D. Pedro*

¹⁰⁹ UNIVERSIDADE DE COIMBRA. *Relação e indice alphabetico dos estudantes matriculados na Universidade de Coimbra no Anno Lectivo de... para...; suas naturalidades, filiações e moradas. (Para os anos entre 1813 e 1820)*. O documento da Universidade trazia apenas o nome do pai dos estudantes.

¹¹⁰ Existe uma divergência a respeito do seu nome entre pesquisadores, porque, quando Cesar Augusto Ornellas Ramos investigou os arquivos pessoais da família de Luís José de Carvalho e Melo, apontou existir apenas uma irmã, cujo nome era Francisca Maria da Conceição de Carvalho e Melo. Já Augusto Vitorino Alves Sacramento Blake, no verbete a respeito de Cassiano Espiridião de Melo Matos, informou ser ele filho de Maria Madalena de Matos. As hipóteses são as seguintes: ou Ornellas Ramos não identificou o número correto de irmãos de Luís José de Carvalho e Melo, ou Sacramento Blake equivocou-se com o nome correto da mãe de Cassiano ou esse último tinha mãe diferente da de Eustáquio ou ainda o nome correto era Francisca Maria Madalena da Conceição de Carvalho e Melo. RAMOS, César Augusto Ornellas. O Visconde e o Intendente: reflexões acerca da trajetória memorialística e representação de classe (Rio de Janeiro, 1772-1889). In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, n. 31., 1999. p.128.

de Alcantra¹¹¹. No dia 2 de julho de 1823, ocorreu a evacuação das tropas portuguesas da Bahia, o que representa o marco da Independência da província. No dia seguinte, a Câmara determinou que “*Cidadãos, clero, nobreza e povo*” comparecessem naquele local no dia 16 do mesmo mês para votar e lavrar o documento referido. Nele constam assinaturas de muitas pessoas da província, entre as quais, Eusébio Nunes de Paiva Matos e Elizeu Elias de Melo Matos.

Alguns meses depois, um ofício de 22 de outubro de 1823, expedido pelo então governo provisório da província, ao ministro da Fazenda, na corte do Rio, refere-se à:

(...) pretensão de Euzébio Nunes de Paiva ao lugar de Administrador da Mesa da Estiva ou da Alfândega, ou por falta destes, o de Escrivão da Mesa da Estiva.¹¹²

É certo que o pai de Eustáquio, Eusébio Nunes de Paiva, ocupou o cargo de feitor da Mesa de Estiva da alfândega da Bahia, porque existe um decreto da sua aposentadoria em 1830. Entretanto, não foi possível identificar por quanto tempo permaneceu trabalhando na alfândega de Salvador, se foi logo depois da Independência (como pretendia o ofício) ou se posteriormente a ela. Ademais, o pesquisador César Augusto Ornellas Ramos, ao estudar os arquivos pessoais da família de Luís José de Carvalho e Melo, tio materno do Eustáquio, trouxe uma informação de alta relevância para a pesquisa, pois aponta que Francisca Maria da Conceição de Carvalho e Melo fora casada com um “*abastado negociante da praça de Salvador*”.¹¹³

Em uma outra peça da mesma série de ofícios e expedida na mesma data

¹¹¹. BAHIA. DEPARTAMENTO DE CULTURA DA SMEC. *Documentos da Municipalidade de Salvador relacionados com a Independência do Brasil 1821-1823. Contribuição da Prefeitura Municipal para as festas do Sesquicentenário*. Salvador: Departamento de Cultura da SMEC, 1972. p. 103-122. Também aparece um Antônio Nunes de Paiva e Matos e um Domingos Nunes de Paiva, que, embora não tenham sido encontradas mais documentos, pela semelhança entre os sobrenomes é possível supor que fossem irmãos ou parentes de Eusébio.

¹¹² *Coleção Independência do Brasil na Bahia*: descrição dos documentos custodiados pelo Arquivo Público da Bahia. Salvador: Fundação Pedro Calmon, Arquivo Público da Bahia, 2011. p. 424.

¹¹³ RAMOS, César Augusto Ornellas. O Visconde e o Intendente: reflexões acerca da trajetória memorialística e representação de classe (Rio de Janeiro, 1772-1889). In: *Anais do Museu Histórico Nacional*, n. 31, 1999, p.121-134.

que a anterior, encontra-se também sobre “*a pretensão de Elizeo Elias de Mello Mattos ao emprego de Guarda Mor da Alfândega desta Cidade*”¹¹⁴. Já em um outro ofício, esse expedido pelo governo da Bahia, para o então governador de Armas da província, no dia 6 de março de 1824, encontra-se uma solicitação de “*baixa de José Gustavo de Mello e Mattos e de Ivo Prisco de Mello e Mattos*”¹¹⁵, o que indica que ambos teriam servido ao Exército, talvez durante a guerra de Independência. Afora isso, encontra-se na imprensa periódica de Salvador que o mesmo Ivo Prisco ocupou o cargo de escriturário da alfândega da cidade, ao menos, entre 1836 e 1844, e que José Gustavo ocupou o de escrivão do Juízo de Feitos da Fazenda Pública da Bahia.

Conquanto não tenham sido encontrados documentos, além dos já citados, que comprovem a hipótese por definitivo, com base nos sobrenomes idênticos, bem como nos prenomes compostos, supõe-se que Eliseu Elias, José Gustavo e Ivo Prisco fossem filhos de Francisca Maria da Conceição de Carvalho e Melo e Eusébio Nunes de Paiva e Matos e, portanto, irmãos de Cassiano Espiridião e Eustáquio Adolfo. Outrossim, o pai, Eusébio, e outros dois irmãos, Eliseu Elias e Ivo Prisco, vincularam-se profissionalmente, ao menos depois da Independência, à alfândega de Salvador, fato muito relevante para se compreender o meio social e econômico da família Melo Matos.

Outra informação de interesse que se localizou é que, em 22 de fevereiro de 1808, i.e., quatro dias antes da partida da corte portuguesa de Salvador para o Rio, Eustáquio, então com treze anos de idade, ingressou no Exército português como cadete. Seis anos depois, em 1814, aos dezenove anos, já obteve a patente de alferes.

Embora para a cidade de Salvador, não tenha sido possível identificar o endereço de residência da família Melo Matos, em 1816, aos vinte e um anos, Eustáquio ingressou na Universidade de Coimbra, motivo por que se transferiu para Portugal. Os registros da universidade informam as primeiras matrículas em 14 e 15 de outubro daquele ano, respectivamente, para os cursos de Filosofia e Matemática. Vale acrescentar que o ingresso de Eustáquio Adolfo

¹¹⁴ Idem. p. 423

¹¹⁵ Idem. p. 889.

ocorreu dois anos depois do ingresso do irmão Cassiano Espiridião, que ocorreu no curso de Ciências Jurídicas.

Conforme os mesmos registros de matrícula da universidade, na cidade de Coimbra, ambos residiram na Rua dos Grilos, ora no número 165, ora “*defronte*” dele.¹¹⁶ À época, a referida rua partia do largo da antiga Sé, formando com a Rua da Trindade as duas principais vias de acesso ao paço da universidade. Nesse mesmo endereço, estão registradas igualmente as moradias dos estudantes Tito Alexandre Cardoso de Melo, José Paulo de Figueroa Nabuco de Araújo, José Pereira Lopes Silva de Carvalho, José Nascentes Pinto e Américo Cabral de Melo. Talvez nesses endereços funcionassem espécies de pensões ou repúblicas estudantis.

Em Coimbra, a carreira militar de Eustáquio prosseguiu, porque, em 24 de outubro de 1817, aos vinte e dois anos, foi promovido a tenente. Em 26 de abril de 1820, Eustáquio Adolfo formou-se no curso de Matemática, embora não tenha sido possível identificar a data precisa em que retornou ao Brasil, se foi de imediato ou posteriormente. É certo ainda que, em 22 de fevereiro de 1821, foi promovido a capitão do Corpo de Engenharia do Exército.

Um documento de 1824 informa que Eustáquio Adolfo residiu no Rio de Janeiro, na condição de membro da Junta Diretora da Academia Real Militar. Seu nome aparece em um documento a respeito do material didático da referida instituição. Já o *Almanak do Rio de Janeiro* para o mesmo ano faz alusão a ele também como lente de física da Imperial Academia Militar, que naquele ano havia mudado de nome. Ademais, o mesmo almanaque informa que Eustáquio residia na Rua da Vala (atual Rua Uruguaiana).

Contudo, Melo Matos não ocupou o cargo de diretor ou lente da Academia Militar depois de 1824. Isso porque uma portaria do Ministério da Guerra, do dia 15 de dezembro de 1824, determinou que oficiais do Exército fossem estudar em escolas militares na Europa e, entre eles, encontrava-se Melo Matos. Tal portaria

¹¹⁶ UNIVERSIDADE DE COIMBRA. *Relação e indice alphabetico dos estudantes matriculados na Universidade de Coimbra no Anno Lectivo de... para...; suas naturalidades, filiações e moradas.* 1813 e 1820.

foi confirmada pelo decreto imperial, de 29 de janeiro de 1825, cujo texto trazia o seguinte conteúdo:

Attendendo a não ser bastante a força numerica, e disciplina ordinaria para levarem os Exercitos áquelle gráo de perfeição a que desejo elevar o deste Imperio, e não havendo por ora nelle todas as escolas, tanto theoricas, como praticas, que são necessarias para que os Officiaes adquiram luzes sufficientes com que um dia, levando os soldados á victoria, consigam por ella a defeza do Imperio, e a sua propria gloria (...).

Poucos meses depois que partiu¹¹⁷ do Rio, de Veneza, recebeu a notícia de que a corte lhe providenciara um outro destino. Depois da publicação do citado decreto imperial, uma portaria do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de março de 1825, Ministério então sob chefia do tio Carvalho e Mello,¹¹⁸ nomeou-o como agente diplomático para o ducado de Mecklemburgo. Da Itália, Eustáquio Adolfo de Melo Matos respondeu, em 14 de julho de 1825¹¹⁹, positivamente à instrução da secretaria que lhe nomeava para Mecklemburgo e seguiu para seu posto.

De Veneza, partiu para Paris, chegando nessa capital em agosto de 1825. Aguardando as condições necessárias e instruções do governo para prosseguir para Macklemburgo, Eustáquio fez ainda uma rápida “viagem científica” para Genebra e retornou, em seguida, a Paris. Porém, em 13 de setembro, escreveu um ofício ao Rio, agora de Bruxelas, informando que o diplomata do Brasil em Viena, Antônio Teles da Silva (Resende), comunicara-lhe que o Grão-Duque de Macklemburgo não o receberia na condição de agente diplomático, antes que o

¹¹⁷ A pesquisadora Renata Santos apontou que Eustáquio Adolfo foi destinado a estudar em três escolas militares da França, ao passo que Mario de Vasconcellos indicava apenas que estava em comissão de estudos na Europa “havia bastante tempo”. Não obstante à divergência de informação e ao equívoco de Mario de Vasconcellos sobre o tempo que Eustáquio estava na Europa, tais estudos não ocorreram ou, ao menos, não na França. SANTOS, Renata. Um projeto para o Brasil: o papel dos militares durante o Primeiro Reinado. In: *Anais do XIII Simpósio Nacional de História – ANPUH*. Londrina: ANPUH, 2006. p. 2-3.

¹¹⁸ Mario de Vasconcellos equivoca-se, no *Arquivo Diplomático da Independência*, porque desconhece que Melo Matos era sobrinho de Carvalho e Mello, dizendo ainda que era genro dele, por duas vezes. Equivoca-se novamente, portanto, porque Melo Matos casou, de fato, com a filha do visconde de Cachoeira, mas em 1834, oito anos após o falecimento do tio.

¹¹⁹ BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Arquivo Diplomático da Independência*. Brasília: MRE/FUNAG, 1971. Vol. IV.

reconhecimento formal da Independência do Brasil fosse feito por parte daquele território.

Por essa razão, Eustáquio partiu para Hamburgo, para aguardar instruções e para coadjuvar Georg Anton von Schaeffer nos trabalhos que prestava à secretaria de Negócios Estrangeiros naquele porto, a princípio igualmente sem caráter oficial reconhecido. Eustáquio permaneceu em Hamburgo até agosto-setembro de 1827, quando retornou ao Brasil¹²⁰.

Durante o período em que ele esteve naquele território como agente da corte do Rio, foram iniciadas tratativas para um acordo de comércio e navegação entre Brasil e Hamburgo. Segundo Adelir Weber, o agente diplomático hamburguês chegou ao Rio em junho de 1827, com a finalidade de assinar o acordo¹²¹. Ademais, conforme nota do *Diário do Rio de Janeiro*, Eustáquio desembarcou no Rio em 4 de agosto de 1827, após 52 dias de viagem, de Falmouth à baía de Guanabara¹²².

Nomeado pelo tio materno Luís José de Carvalho e Melo, a função de agente diplomático que exerceu em Hamburgo consistiu na sua primeira nomeação para uma missão do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Cabe acrescentar que, enquanto Eustáquio Adolfo estava trabalhando nos Estados Germânicos, Carvalho e Melo faleceu, no Rio, no dia 6 de junho de 1826.¹²³

Menos de um ano após retornar de Hamburgo, Eustáquio foi nomeado, em 28 de julho de 1828, para a primeira missão rigorosamente diplomática, tornou-

¹²⁰ Em uma nota encontrada por esta pesquisa no periódico londrino *London Courier and Evening Gazette*, de 2 de dezembro de 1825, especulou-se que um sobrinho do ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, a quem denominaram, de modo equivocado, "M. C. A. de Carvalho e Mello e Mattos", destinava-se à missão do Brasil em Viena, na Áustria, outro equívoco cometido pelo periódico. *London Courier and Evening Gazette*, 2 dez. 1825.

¹²¹ WEBER, Adelir. *op. cit.* p. 278-279

¹²² *Diário do Rio de Janeiro*, 4 de agosto de 1827. p. 4. Do pacote *Red Polle*, desembarcou também "um alemão", segundo o jornal. Na ausência de fontes que comprovem a vinda do agente diplomático hamburguês em junho, conforme é informado pela pesquisa mencionada, é possível supor que esse alemão fosse o tal agente hamburguês e que ele estivesse vindo junto com Eustáquio, para o Rio, e que a data de junho mencionada seja a de partida de ambos, não a de chegada.

¹²³ Depois do Tratado de Independência (1825), Luís José, no dia 4 de outubro, deixou o ministério dos Negócios Estrangeiros e foi sendo substituído interinamente por Francisco Vilela Barbosa e, em 21 de novembro do mesmo ano, em caráter definitivo, por José Egídio Álvares de Almeida, a quem o já referido Antônio Luiz Pereira da Cunha, por sua vez, substituirá no início de 1826.

se o secretário da legação do Brasil em Londres, a mais importante missão do país à época e então chefiada pelo diplomata Manoel Rodrigues Gameiro Pessoa. É possível que tenha sido designado já com o objetivo de substituir o último, que regressaria ao Rio de Janeiro no ano seguinte. Melo Matos retornou à Europa, portanto, chegando à cidade portuária inglesa de Falmouth no dia 18 de setembro de 1828.¹²⁴ Na viagem, estava acompanhado do novo adido da missão, Augusto de Paiva.

Cabe acrescentar que, seis dias depois, no dia 24 de setembro de 1828, a princesa Maria da Glória, futura rainha Maria II de Portugal, e um amplo séquito de brasileiros e portugueses (homens e mulheres) desembarcaram em Falmouth, conforme foi abordado no Capítulo 1. A comitiva configurava-se também como uma missão diplomática especial, em que estava acreditado, por exemplo, Felisberto Caldeira Brant, e tinha como objetivo tratar de negociações militares e diplomáticas a respeito da chamada “questão portuguesa”, i.e., a disputa em torno do trono português, envolvendo os partidários de Miguel I e de Maria da Glória. Entre a chegada dessa missão especial e o mês de agosto de 1829, Manoel Rodrigues Gameiro Pessoa, chefe da missão ordinária em Londres, afastou-se para compor a comitiva. À vista disso, Eustáquio assumiu pela primeira vez a chefia da missão, na qualidade de encarregado de negócios interino¹²⁵.

Já em 30 de agosto de 1829, a missão especial deixou a Inglaterra e com ela Gameiro Pessoa regressou também ao Brasil. Assim, Melo Matos permaneceu na condição de chefe da missão, ainda na qualidade de encarregado de negócios. Na legação, por essa altura havia também os adidos Augusto de Paiva e Miguel Maria Lisboa, que à época dividia o trabalho da missão com os estudos na Universidade de Edimburgo, na Escócia. Logo depois, em 1830, o experiente oficial de carreira da Secretaria de Estado, José Joaquim Timóteo de Araújo, foi designado adido de primeira classe para a missão, passando a colaborar com o trabalho de Eustáquio.

¹²⁴ *Morning Adviser*, 23 set. 1828, p. 3.

¹²⁵ *Morning Adviser*, 21 jul. 1829.

Cumprir notar que, poucos meses depois, em junho de 1830 faleceu o rei britânico George IV e, conforme ocorre nessas ocasiões, o novo rei teria que receber novas cartas credenciais do corpo diplomático acreditado junto a seu território, destinadas agora a ele. Isso ocorreu em 21 de julho, quando William IV e o secretário de Estado de Relações Exteriores, George Hamilton Gordon (Aberdeen), receberam as cartas credenciais do corpo diplomático acreditado em Londres, no palácio de Saint James. Entre os diplomatas presentes encontrava-se Melo Matos, como encarregado de negócios do Brasil¹²⁶. É a primeira solenidade importante da qual ele participou à testa da missão.

É possível que no período a legação e residência de Eustáquio em Londres estivesse localizada já em 3, Brunswick Place, Regent's Park. Como foi discutido no Capítulo 1, a legação do Brasil encontrava-se situada no entorno do Regent's Park desde, ao menos, 1825, quando nesse recém-construído bairro instalou-a Gameiro Pessoa, identificado com um estilo de vida e de moradia de uma moderna burguesia londrina. Foi nesse espaço rico, suburbano e residencial da Londres da época que Eustáquio e os demais membros da missão trabalharam até o início de 1834 e de onde foram elaborados e expedidos os documentos da missão. Da região não procuraram remover a legação brasileira, possivelmente porque permaneceram identificados com os modos de vida, de trabalho e de habitação dos grupos sociais lá residentes.

Em um período de muitas transformações políticas não apenas na Europa, mas também na América, em 7 de abril de 1831, Pedro I do Brasil abdicou ao trono e foi obrigado a deixar o país às pressas. A notícia da queda do imperador chegou a Londres entre 9 e 10 de junho, ao passo que a comunicação oficial chegou à legação no dia 11. No pacote seguinte, cerca de quinze dias depois, chegou a notícia que, dois dias após a Abdicação de Pedro I, a regência provisória que foi formada no Rio havia nomeado Antônio Carlos Ribeiro de Andrada para substituir Melo Matos na chefia da missão diplomática em Londres. Entretanto, sem que se tenha podido conhecer o motivo, a nomeação ficou sem efeito e Melo Matos permaneceu no posto.

¹²⁶ *London Standard*, 22 jul. 1830 p. 3.

Permanecendo, portanto, no posto, no início do ano de 1832, Eustáquio foi elevado à categoria de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário, ainda que seu ordenado tenha permanecido o mesmo, como foi informado no capítulo anterior.

No ano seguinte, um ofício da missão, assinado por Eustáquio e expedido em 3 de novembro de 1833, solicitou o beneplácito da Regência para ele poder se casar com a prima, Carlota Cecília de Carvalho e Melo, filha de Ana Vidal Carneiro da Costa e de Luís José de Carvalho e Melo, à época já falecido. O matrimônio possivelmente ocorreu depois do ano de 1834, no Rio, por procuração, porque é certo que Eustáquio só retornou ao Brasil após 1836, ou depois desse último ano.¹²⁷ O ofício trazia o seguinte texto:

Achando-me justo [sic] para casar com D. Carlota Cecilia Carneiro de Carvalho e Mello, minha prima, e filha legitima do falecido Visconde de Cachoeira, Luiz Jozé de Carvalho e Mello; e cumprindo-me, em virtude [do] meu actual emprego, sollicitar para aquelle fim o [be]neplacito de Sua Magestade O Imperador, vou rogar a *Vossa Excellência* o especial favor de levar esta minha supplica á presença da Regencia em Nome do Mesmo Augusto Senhor, e de communicar-me o seu resultado.¹²⁸

Chefiando a principal missão diplomática do Brasil, Eustáquio permaneceu em Londres até o início de março de 1834. Por ato, do Rio, de 2 de dezembro de 1833, ele foi transferido para a chefia da missão diplomática do Brasil em Viena. Recebeu a notícia com surpresa e praticamente com a chegada do seu substituto, José de Araújo Ribeiro.

¹²⁷ Por fim, cabe mencionar que o pesquisador Ornelas Ramos indicou, de modo equivocado, sem prejuízo da sua pesquisa, que o casamento entre Carlota Cecília e Eustáquio ocorreu no ano de 1829 e que nesse mesmo ano nasceu o primeiro filho do casal. RAMOS. op. cit. p. 129.

¹²⁸ É possível afirmar, com bastante grau de certeza, que o texto do ofício diz "justo".

2.2. Miguel Maria Lisboa e José Joaquim Timóteo de Araújo

Miguel Maria Lisboa nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 22 de maio de 1809, e era filho de Maria Eufrásia de Lima Marques Lisboa e José Antônio Lisboa¹²⁹. Outros filhos do mesmo casal eram Maria Eufrásia, Francisco, Pedro, João Maria, Maria Barbosa, José Maria.

A mãe, Maria Eufrásia de Lima Marques Lisboa, pelo que se averiguou, era filha de Francisco Marques Lisboa e de Eufrásia Joaquina de Azevedo Lima. Era irmã de Joaquim Marques Lisboa (marquês de Tamandaré), militar da Marinha, e de José Marques Lisboa, diplomata e oficial de carreira do Ministério de Negócios Estrangeiros. Nasceu no Rio Grande do Sul, tal como os irmãos, e não foi possível identificar a data ou as circunstâncias do seu casamento com José Antônio Lisboa.

José Antônio Lisboa era filho de um capitão do Exército, de mesmo nome, e de Bárbara da Conceição de Jesus Oliveira Rosa, ambos naturais de Lisboa, mas ele nasceu no Rio, em 1777. Seus estudos primários foram realizados, em Lisboa, no Real Colégio dos Nobres, tendo posteriormente cursado Filosofia e Matemática na Universidade de Coimbra. Provinha, portanto, já de família que à época possuía recursos financeiros suficientes para que a sua instrução tivesse ocorrido nas principais instituições da elite luso-brasileira. Ademais, em 1802, fez “viagem científica” por Paris e Londres¹³⁰.

Após os estudos, José Antônio Lisboa retornou a Lisboa, onde se tornou professor de matemática. Mas, conforme apontou Augusto Vitorino Sacramento Blake, em Portugal, foi perseguido pela Inquisição, por possuir livros considerados “não ortodoxos” (na expressão do biógrafo), motivo por que retornou ao Brasil. Já no Rio, em 1809, mesmo ano em que Miguel nasceu, José

¹²⁹ BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1900, vol. VI, p. 284-285; BRAGANÇA, Carlos de Tasso Saxe-Coburgo. O Barão de Japurá. Missões no exterior e a convenção matrimonial da princesa Leopoldina. In.: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 255, 1962, p. 89-115.

¹³⁰ BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *op. cit.*, vol. IV, p. 296-297.

Antônio Lisboa foi nomeado regente (espécie de diretor) e professor de matemática da Aula de Comércio, então recém-criada no Rio.¹³¹

Posteriormente, José Antônio ocupou diversos cargos de muita importância na administração da corte do Rio de Janeiro. Além de regente e professor da Aula do Comércio, foi deputado (espécie de diretor-presidente) da Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Participou de comissões no Banco do Brasil, do que decorreu a publicação *Reflexões sobre o Banco do Brazil* (1821; 32 p.). Em 1822, escreveu *Estatística do Brazil*¹³². Ao longo da sua carreira profissional, José Antônio Lisboa dedicou-se aos temas da economia, das finanças, do comércio, do câmbio e meio circulante e atuou sempre na área técnica da burocracia econômica do Brasil, entre os anos 1810 e 1830.

Com base no arquivo pessoal de Miguel Maria Lisboa, Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança publicou um artigo na *Revista do IHGB*, em que apontou o seguinte:

Seus estudos secundários [os de Miguel], no Rio de Janeiro, foram muito bem dirigidos, por Professores de valor e renome na época, como um Fidelis Paradella, Santa Euphrasia Peres e Vahia, que entre outras coisas, o familizaram com o Latim, Filosofia e Retórica.¹³³

O referido autor se refere ao período das primeiras letras até os dezesseis anos de Miguel Maria. No ano seguinte, 1826, ele foi estudar na Universidade de Edimburgo, na Escócia, onde posteriormente obteve o título de *artium magister*.

No mês de dezembro de 1828, Miguel Maria Lisboa passou a trabalhar na condição de adido de segunda classe à missão do Brasil em Londres, que foi sua primeira ocupação profissional. O referido Carlos Tasso publicou, aliás, em uma nota ao artigo, o decreto de nomeação de Miguel àquela posição:

Sua Magestade O Imperador, Atendendo ao que por parte de V. S. Lhe foi representado, Houve por bem pelo decreto da inclusa cópia Nomea-lo Adido à Legação Brasileira em Londres, sem vencimento de ordenador,

¹³¹ *Idem*.

¹³² *Idem*.

¹³³ BRAGANÇA, Carlos de Tasso Saxe-Coburgo. *Op. cit.*, p. 89

Permitindo que o chefe da referida Legação dispense á V. S. do exercício respectivo, durante o curso lectivo das aulas da Universidade de Edimburgo, onde actualmente se acha.¹³⁴

A elevação de Miguel Maria Lisboa a adido de primeira classe é possível que tenha ocorrido por volta de novembro de 1829. Para essa ocasião, o mesmo pesquisador expôs o seguinte:

Como [Miguel] estava residindo em Edimburgo, foi, portanto, obrigado a fixar residência na Capital Inglesa, dirigindo-se à Faculdade apenas em época de exames.¹³⁵

Tais nomeações, é necessário mencionar, contaram possivelmente com a participação ou o apoio do tio materno, o diplomata José Marques Lisboa¹³⁶, oficial da Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros desde a Independência, colega, por exemplo, de José Joaquim Timóteo de Araújo e Bento da Silva Lisboa.

Ao observar o anúncio das titulações, publicados pela Universidade de Edimburgo, para o biênio 1830-31, no periódico *The Scotsman*, de 23 de abril de 1831, encontrado por esta pesquisa, Miguel Maria Lisboa era o único estudante brasileiro elencado, do que é possível concluir que fossem muito poucos, ou apenas ele, os estudantes brasileiros à época naquela universidade. Não encontram-se também estudantes portugueses. Consoante a notícia da universidade, Miguel ganhou um prêmio na disciplina “*Ensaio inglês*”¹³⁷. Afora isso, conforme indicou Carlos Tasso:

Em Edimburgo teve como Professores algumas sumidades da época, como Wilson, Christopher North do Blackwood’s Magazin, Leslia,

¹³⁴ *Idem.* p. 101, Nota 4.

¹³⁵ *Idem.* p. 89.

¹³⁶ Joaquim Marques Lisboa, nascido em 1807, dois anos antes de Miguel Maria, casou com a sobrinha, a filha mais velha de Maria Eufrásia e José Antônio, de mesmo nome da mãe, Maria Eufrásia de Lima. Portanto, era tio e cunhado de Miguel Maria Lisboa, que tinha apenas dois anos a menos que ele.

¹³⁷ Em 1843, Miguel Maria Lisboa, à guisa de literato do romantismo brasileiro, escreveu o livro *Romances históricos*.

Brown, Gahram, Jameson Pillam e Dunbar. Durante os 4 anos do curso recebeu vários prêmicos por dissertações que escreveu.¹³⁸

Estava, portanto, como adido em Londres e recém-formado na Universidade de Edimburgo, quando, a notícia da Abdicação chegou a Londres em junho de 1831. Pouco depois, uma licença foi concedida pela corte para que Miguel Maria Lisboa regressasse “à companhia de seu Pai”, o que não foi possível conhecer a razão tampouco se teve efeito. Também não foi possível identificar em que data precisa do ano de 1831 Miguel Maria Lisboa tornou-se o secretário da missão, nem em quais endereços residiu tanto em Edimburgo como em Londres. Nessa última cidade, permaneceu até 1836, regressando ao Brasil, aos vinte e sete anos.

O que foi possível conhecer sobre José Joaquim Timóteo de Araújo é que foi um oficial da Secretaria de Estado desde, ao menos, o ano de 1814. Portanto, atuou primeiro na diplomacia portuguesa para, em seguida, aderir à Independência do Brasil e compor a nova diplomacia brasileira.

Existe um documento, assinado por Pedro de Sousa Holstein (Palmela), de janeiro de 1815¹³⁹, indicando que Timóteo de Araújo servia a ele na condição de correio diplomático para as instruções do Ministério de Negócios Estrangeiros, para a participação de Portugal no Congresso da Paz Geral de Viena. Vale destacar a importância do evento que Timóteo de Araújo pode participar no início da sua carreira, mesmo que na condição de adido ou correio diplomático. O Congresso de Viena representa um marco fundador das novas relações entre os Estados ao longo do século XIX e das suas diplomacias. Outrossim, cumpre aludir que na mesma missão em Viena estava também nomeado como adido Manoel Rodrigues Gameiro Pessoa, posteriormente o primeiro diplomata brasileiro oficial em Londres.

¹³⁸ BRAGANÇA, Carlos de Tasso Saxe-Coburgo. *Op. cit.*, p.101. Nota. 3.

¹³⁹ Documento publicado em CASTRO, José Ferreira Borges de Castro, na *Collecção dos tratados, convenções, contratos e actos publicos, celebrados entre a coroa de portugal e as mais potencias desde 1640 ate ao presente*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856.

Flavio Mendes de Oliveira Castro, ao discutir a separação das secretarias de Estado da Guerra e de Negócios Estrangeiros em 1822, apontou o quadro de primeiros funcionários da última pasta e no breve arrolamento que fez consta José Joaquim Timóteo de Araújo, conforme foi dito acima. Na secretaria de Negócios Estrangeiros, ao longo do processo de Independência a partir de 1822, Timóteo de Araújo trabalhou, portanto, com, Simeão Estelita Gomes da Fonseca, Isidoro da Costa e Oliveira Júnior e Luiz Moutinho Lima Álvares e Silva, os outros oficiais além dele, além dos ministro de Estado, e Reginaldo Claro Ribeiro e Antônio de Araújo Carvalho Perdigão, os “ajudantes de porteiro”¹⁴⁰.

Cabe, por fim, acrescentar que, em 1822, segundo consta no *Diário do Rio de Janeiro*, José Joaquim Timóteo de Araújo residiu, no Rio de Janeiro, na Rua Catumbi, n. 60. Em 1827, aparece residindo nesse endereço, conforme atesta o *Almanack do Rio de Janeiro*, mas no número 297. Possivelmente residia no local até sua partida para a missão do Brasil em Londres, em 1830.

2.3. Influências externas, formação e iniciação profissional

Durante a primeira década da vida de Eustáquio Adolfo de Melo Matos, a então capitania da Bahia passou por um período de desenvolvimento econômico, sobretudo entre os anos de 1791 e 1807 (Eustáquio nasceu em 1795). Isso ocorreu, conforme explicou Stuart Schwarz, por causa da ampliação da demanda por produtos agrícolas da Bahia, no mercado Europeu, em face da diminuição de oferta de produtos congêneres provenientes do Caribe, provocada pela Revolução de São Domingos¹⁴¹.

Ocorreu, portanto, um período de prosperidade para os proprietários locais, a exemplo dos senhores de engenho, fazendeiros e comerciantes, permitindo assim a ascensão de um novo setor enriquecido e um ainda maior enriquecimento das camadas já abastadas. Considerando que o pai de Eustáquio,

¹⁴⁰ CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira Castro, *História da organização do Ministério de Relações Exteriores*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1984; p. 25.

¹⁴¹ SCHWARTZ, Stuart. *Sugar plantations in the formation of Brazilian society*. Bahia, 1550-1835. London: Cambridge University Press, 1985

conforme notou Ornella Ramos, era um rico negociante de Salvador, e, como se demonstrou, ao menos, depois da Independência, exercendo cargos relevantes na alfândega de Salvador, bem como a mãe dele provinha das camadas mais altas da sociedade, a família Melo Matos não ficou alheia a essa prosperidade.

Em 1808, com treze anos de idade, possivelmente entusiasmado pelo fato inusitado de ter a presença de uma família real europeia em Salvador, Melo Matos ingressou no Exército português. Conforme apontou F. W. Morton, a renda obtida pelo serviço militar era considerada baixa pelas elites da época, até mesmo para patentes mais altas, e, segundo o autor, o objetivo das famílias endinheiradas da Bahia de enviarem seus filhos, muito jovens, para o ingresso na carreira militar era a expectativa de que viessem a desfrutar de prestígio social não proveniente exclusivamente da riqueza familiar.

Em uma sociedade autoritária, desigual e hierarquizada, essa expectativa por prestígio social advinha, segundo o autor, da possibilidade desses jovens poderem portar armas, andarem a cavalo sem restrições impostas pela lei e virem a obter eventualmente algum título de nobreza em face de feitos militares.¹⁴² Consoante ainda observou F. W. Morton, a entrada precoce no Exército (o que não foi exclusividade de Eustáquio, que ingressou aos treze anos) e o fato de alguém tornar-se alferes antes dos vinte anos (Eustáquio tornou-se alferes aos dezenove) são importantes indicadores de que a família desfrutava de considerável riqueza.

Para se formar uma ideia da visão de mundo dessas minorias dominantes na Bahia à época dos primeiros anos de vida de Melo Matos, a respeito da política interna, vale observar um fenômeno apontado por Stuart Schwarz. O aumento da demanda externa por produtos da Bahia ampliou a necessidade de trabalho escravo africano e de mestiços livres pobres e esse crescimento populacional gerou um receio maior, por parte das minorias brancas locais, da conflagração de conflitos sociais graves, a exemplo da revolução de São

¹⁴² MORTON, F. W. O. The military and Society in Bahia, 1800-1821. In: *Journal of Latin American Studies*. Cambridge, UK/New York: Cambridge University Press, 1975. vol. 7, n. 2 (Nov., 1975); p. 249.

Domingos¹⁴³. O núcleo familiar dos Melo Matos pertencia aos estratos mais altos da sociedade baiana e possivelmente também não ficou alheio a esse imaginário.

À vista disso, identificou-se na pesquisa características semelhantes desse tipo de temor, no período em que Melo Matos, em Londres, informava ao Rio de Janeiro sobre a política interna tanto da Grã-Bretanha como da Europa. O anúncio ou o receio de “revoluções” ou de “movimentos populares” no período constam em parte significativa dos ofícios políticos da missão do Brasil em Londres, por ele assinados (Cf. Capítulo 4).

A prosperidade da família permitiu que, em 1816, Eustáquio ingressasse no centro de formação das elites luso-brasileiras da época. No período em que esteve na Universidade de Coimbra, núcleo em torno do qual girava a vida na cidade, conforme bem observou Ofélia Milheiro Caldas Paiva Monteiro. O local passava por uma profunda crise, segundo a autora, em razão das mudanças que haviam marcado os primeiros anos daquele século na Europa, em particular, as guerras napoleônicas na Península Ibérica.¹⁴⁴ O término da guerra em Portugal não colocou fim às disputas políticas e ideológicas. Segundo a pesquisadora, em Coimbra, estudantes de orientação política liberal opunham-se à tradição mais conservadora dos lentes, o que gerou uma série de conflitos locais.¹⁴⁵

Nesse contexto, Eustáquio teve como colegas contemporâneos seus (em anos e cursos, às vezes, distintos), pessoas que teriam projeção de destaque na política e na burocracia administrativa do Brasil, sobretudo entre os anos 1820 e 1840. Além de muitos desses colegas serem também oriundos de ricas famílias da capitania da Bahia, parte deles viria a trabalhar no Ministério dos Negócios Estrangeiros no Rio de Janeiro e em missões no exterior, a exemplo de Londres. Foram seus contemporâneos três regentes do Império: José da

¹⁴³ SCHWARTZ, Stuart. *Sugar plantations in the formation of Brazilian society*. Bahia, 1550-1835. London: Cambridge University Press, 1985: p. 425.

¹⁴⁴ Entre 1809 e 1811, os cursos da universidade foram interrompidos para o alistamento dos estudantes no combate militar às tropas francesas. Formou-se então o chamado Corpo Acadêmico Militar e, entre 1810 e 1814, a cidade de Coimbra foi ocupada pelo Exército francês. Nesse último ano, Cassiano Espiridião chegou na cidade e, em 1816, foi a vez do irmão, então com vinte e um.

¹⁴⁵ MONTEIRO, Ofélia Milheiro Caldas Paiva. *A formação de Almeida Garrett: experiência e criação*. Coimbra: Centro de Estudos Românticos, 1971.

Costa Carvalho, João Bráulio Muniz, Pedro de Araújo Lima. Eustáquio e José da Costa Carvalho, aliás, mantiveram interessante correspondência, quando o primeiro era regente e o segundo, chefe da missão em Londres. Algumas dessas cartas sobreviveram até a atualidade.¹⁴⁶

Os demais colegas brasileiros que foram contemporâneos de Eustáquio em Coimbra foram Manuel Alves Branco, Manoel Antônio Galvão, Francisco Gomes Brandão Montezuma,¹⁴⁷ Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Caetano Maria Lopes Gama, e Miguel Calmon du Pin e Almeida, Nicolau da Silva Lisboa, Ernesto Ferreira França e Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque.

É importante destacar que, tal como Melo Matos, Manoel Antônio Galvão chefiou a missão diplomática do Brasil em Londres, nos anos 1830. Francisco Gomes Brandão Montezuma também ocupou o posto em 1840. Já Nicolau da Silva Lisboa era filho do anglófilo José da Silva Lisboa e, portanto, irmão de Bento da Silva Lisboa, o oficial-maior da Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros, entre 1828 e 1848, e o responsável pelo serviço da seção que no órgão se ocupava com as relações entre Brasil e Inglaterra (ou seja, o chefe de Eustáquio, abaixo do ministro, quando da missão em Londres).

Entre os contemporâneos portugueses, estavam Antônio Paulino Limpo de Abreu (que, embora nascido em Portugal, tornou-se agente da história do Brasil), o conhecido romancista e diplomata João Batista da Silva Leitão de Almeida Garrett, José Maria de Sousa Coutinho e Filipe Maria de Sousa Holstein. Almeida Garrett também foi diplomata e trabalhou na missão de Portugal em Londres. José Maria de Sousa Coutinho, que ingressou no mesmo ano e curso que Eustáquio, era filho do também anglófilo Rodrigo de Sousa Coutinho (Linhares), que, entre outros cargos que ocupou, foi ministro de Portugal em Londres. Já Filipe Maria de Sousa Holstein era filho de Pedro de Sousa Holstein (Palmela), que foi importante ministro português em Londres, em várias ocasiões.

¹⁴⁶ Dez delas encontram-se depositadas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

¹⁴⁷ Que depois de 1823 passou a chamar Francisco Jê Acaiaba de Montezuma.

Pelos endereços contidos nos registros da Universidade de Coimbra, identificou-se que Antônio Paulino Limpo de Abreu, por exemplo, morava na Couraça de Lisboa, rua paralela à rua em que residia Eustáquio. Já Bernardo Pereira de Vasconcelos e Miguel Calmon du Pin e Almeida residiam na Rua do Norte e Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, na Rua de S. Pedro, logradouros muito próximos à residência de Eustáquio. Conforme observou Ofélia Milheiro Caldas Paiva Monteiro, biógrafa de Almeida Garrett:

... nas ruas íngremes da velha urbe, que pouco se estendia além da acrópole coroada pelos Paços das Escolas, cruzavam-se mestres, estudantes, e uma população pouco densa que, na sua maior parte, deles e para eles vivia.¹⁴⁸

Cabe acrescentar que, à época, na pequena cidade de Coimbra, centro da formação da elite luso-brasileira, os irmãos Melo Matos, Miguel Calmon du Pin e Almeida, Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja, Nicolau da Silva Lisboa, Francisco Gomes Brandão Montezuma, Manoel Alves Branco, entre outros, formavam uma espécie de comunidade de jovens estudantes oriundos de ricas famílias da Bahia e que viriam depois a ocupar cargos na administração central do Brasil, após a Independência.

Ademais, parte desse contingente de estudantes tinha suas expectativas de divertimento atendidas pelos grupos estudantis de teatro, portadores de novas ideias liberais e considerados, à época, na cidade, como grupos “subversivos”. Esses grupos de teatro, que contavam com a presença do jovem estudante Almeida Garrett,¹⁴⁹ estavam situados na Rua dos Coutinhos, extensão da Rua dos Grilos, logradouro em que Eustáquio morava, separadas apenas pela antiga Sé.

Também do largo central da Sé, saía a Rua do Cabido, onde se situava a sede da sociedade secreta intitulada Keporatica, nome grego para “Jardineiros”

¹⁴⁸ MONTEIRO, Ofélia Milheiro Caldas Paiva. *op. cit.*, p. 110.

¹⁴⁹ MONTEIRO, Ofélia Milheiro Caldas Paiva. *A formação de Almeida Garrett: experiência e criação*. Coimbra: Centro de Estudos Românticos, 1971.

e cujas cores que a representavam eram o verde e o amarelo.¹⁵⁰ A sociedade foi fundada no ano de 1820 (ano em que Eustáquio formou-se) e teve como membros Manoel Alves Branco e Francisco Gomes Brandão Montezuma. Não foi possível identificar se os irmãos Melo Matos participaram dessa ou de outra sociedade, clube ou maçonaria da época.

Essas informações contribuem seguramente para uma maior compreensão da composição da segunda missão do Brasil em Londres, na medida em que indicam que Eustáquio compartilhava de vínculos políticos e sociais relevantes adquiridos também durante os anos na Universidade de Coimbra.

Quando retornou ao Rio, Melo Matos trabalhou primeiro como lente da Academia Militar e posteriormente pertenceu à junta diretora da instituição. Segundo apontou Jehovah Motta, entre 1810, ano da fundação da Academia Militar no Brasil, até o início da década de 1830, a instituição passou por muitas dificuldades para estabelecer-se como local de ensino militar nacional autônomo. Isso em razão, entre outros fatores, da dificuldade em recrutar-se lentes que fossem capazes e experientes para a tarefa e pela incapacidade de se produzir materiais didáticos próprios para a instrução dos alunos.¹⁵¹

Conforme Jehovah Motta, os professores eram frequentemente substituídos e havia a dificuldade em encontrar, por exemplo, um lente de física, necessidade expressa pela Junta Diretora, em 1817, motivo por que se procedeu a uma busca entre egressos da Universidade de Coimbra.¹⁵² Acrescenta-se, portanto, que, no início dos anos 1820, formado em Matemática em Coimbra, Eustáquio foi o militar escolhido para lecionar física na academia militar.

Em 1823, foram levadas adiante iniciativas de reforma do estatuto e do ensino da academia militar e, nesse ano, Eustáquio aparece como um dos membros da junta diretora. Decorreu possivelmente dessa função, bem como da

¹⁵⁰ SISSON, S. A. *Galeria de Brasileiros Ilustres*. Brasília: Senado Federal; v. 2, p. 38. [1ª. ed. 1858-1861].

¹⁵¹ MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944*. Rio de Janeiro: Editora Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1976.

¹⁵² Idem.

necessidade de qualificar-se os quadros de direção, a designação de Eustáquio para estudar em instituições militares na Europa, o que facilitou possivelmente sua nomeação para um posto diplomático naquele continente, já estando por lá.

No entanto, os estudos não se concretizaram efetivamente, já que em janeiro de 1825, uma portaria o designou para Hamburgo, na condição de agente diplomático, em que se destaca a participação do tio Luís José de Carvalho e Melo, o ministro de Negócios Estrangeiros no período. Além disso, a nomeação de um militar, designado para estudos na Europa, demonstra uma dificuldade da secretaria de Negócios Estrangeiros, semelhante a da Academia Militar, em encontrar pessoas capazes de exercer as funções necessárias.

O tio Luís José de Carvalho e Melo nasceu em Salvador, em 1764¹⁵³ e, em 1800, casou-se com Ana Vidal Carneiro da Costa, filha de Ana Francisca Rosa Maciel da Costa e Brás Carneiro Leão, um dos proprietários de terras e escravos mais ricos da colônia na sua época. Desse matrimônio, nasceu Cecília Carneiro de Carvalho e Melo,¹⁵⁴ em 1804, o primeiro filho do casal, prima e futura esposa de Eustáquio.

Mesmo antes da transferência da corte portuguesa para o Brasil, Luís José de Carvalho e Melo ocupou altos cargos na administração no Rio e, em 1808, tornou-se, como seu sogro, fidalgo da Casa Real. Ocupando altos cargos no Brasil¹⁵⁵, Luís José aderiu à ruptura com Portugal em 1822, elegendo-se depois disso deputado à Assembleia Constituinte de 1823, pela Bahia e tornando-se o vice-presidente da assembleia. Em setembro do mesmo ano, não reconhecida formalmente ainda a Independência do Brasil, Luís José foi nomeado ministro de Negócios Estrangeiros, permanecendo no cargo até outubro de 1825. Ele foi, portanto, uma das autoridades que, da parte do Brasil, assinou o tratado de Independência.

¹⁵³ Entre 1780 e 1786, estudou em Coimbra, onde teve por contemporâneo seu José Bonifácio de Andrada e Silva, que ingressou dois anos depois. Quando Luís José concluiu os estudos em Coimbra, ocupou cargos no poder judiciário em Portugal até 1794, quando retornou ao Brasil, sendo nomeado desembargador da Relação do Rio de Janeiro.

¹⁵⁴ BLAKE, *op. cit.*, V. 5, p. 425- 426; RAMOS, *op. cit.* p. 121-134.

¹⁵⁵ Em 1813, Luiz José foi nomeado juiz ouvidor da alfândega da Corte. Conforme aponta Sacramento Blake, Luís José foi também o primeiro corregedor do crime da Corte e Casa de Suplicação, censor régio e deputado da Mesa da Consciência e Ordens.

Cabe aludir que, uma vez desfeita a Assembleia Constituinte de 1823, o sobrinho Cassiano Espiridião de Melo Matos, colaborou, tal como Carvalho e Melo, na redação da Constituição de 1824.¹⁵⁶

Ora, em uma sociedade desigual, com relações de classe, compadrio e parentesco que permeavam todas as esferas da diminuta elite luso-brasileira da época, Luís José de Carvalho e Melo possivelmente exerceu forte influência no início das carreiras profissionais de Cassiano e Eustáquio, que vieram a adquirir postos de relevo no Império.

Como foi aludido, durante o período em que esteve a serviço da Academia Militar, no Rio, Eustáquio residiu na Rua da Vala, uma das principais vias da cidade e perpendicular à Rua do Ouvidor, que era o logradouro em que morava o tio Luís José de Carvalho e Melo, então ministro dos Negócios Estrangeiros, sua esposa, Ana Vidal e seus filhos, entre os quais, Carlota Cecília. Considerando, portanto, que Eustáquio não havia residido na cidade até então, foi no período entre 1821 e 1825 que se estabeleceu a primeira relação entre ele e Carlota, que se concretizou em casamento quando Eustáquio estava na Europa em 1834.

No mesmo período, a viajante inglesa Maria Graham esteve em companhia da família Carvalho e Melo, tanto no sobrado na Rua do Ouvidor, como na casa de campo da família em Botafogo¹⁵⁷. No seu diário, registrou impressões elogiosas a respeito da família Carvalho e Melo e, em particular, a respeito de Carlota Cecília, a quem tratou por “*minha jovem amiga*”. Desse documento é possível extrair que o ambiente social era o da mais alta camada da sociedade carioca da época:

I spent the day with Miss Hayne, and accompanied her in the evening to compliment Dona Ana, the wife of Senhor Luis Jose de Carvalho e Mello, on her birth-day. The family were at their country-house at

¹⁵⁶ Ademais, como jurista, elaborou os primeiros estatutos para as duas primeiras faculdades de direito do Brasil, a de São Paulo e a de Olinda. Cf. BLAKE, v. 5, p. 425-426; RAMOS, p. 121-134.

¹⁵⁷ Conforme o estudo de Carlos Augusto Ornellas Ramos, Luís José de Carvalho e Mello possuía também terras em Ilhéus, na Bahia, em Sabará e Curvelo, em Minas Gerais; propriedade rurais em Itaboraí e Cantagalo, no Rio de Janeiro, e a fazenda do Rio Dourado, em Barra de São João, no Rio de Janeiro, herança do sogro, com grande número de escravos. Além do sobrado na rua do Ouvidor e da casa de campo em Botafogo. Ramos, 1999: p. 132.

Botafogo; and a most excellent house it is, very handsomely built and richly furnished. The walls are decorated with French papers in compartments, with gold mouldings, and every thing corresponds. But the best decoration, was this night, the presence of a number of the handsomest women I have seen in Brazil, most of them, or cousins, or nieces of the lady of the house, whose mother, the Baronesa de Campos, may boast of one of the finest families in the world. The daughter of the house, Dona Carlota, is distinguished here by talent and cultivation beyond her fellows. She speaks and writes French well, and has made no small progress in English. She knows the literature of her own country, draws correctly, sings with taste, and dances gracefully. Several of her cousins and aunts speak French fluently; so that I had the pleasure of conversing freely with them, and received a good deal of information on subjects that only women attend to. Soon after all the company was assembled, the ladies sitting all together in a formal circle, the gentlemen walking about generally in other rooms, the ceremony of tea-drinking commenced, and was conducted pretty much as in England; the servants handling round tea, coffee, and cakes, on broad silver salvers (...).¹⁵⁸

Como demonstrou-se no capítulo anterior, a via diplomática da corte do Rio necessitou estabelecer representantes diplomáticos do Brasil em importantes capitais da Europa, como Londres e outros territórios, que não os de Portugal, fixando nesses pontos sedes diplomáticas que, depois do reconhecimento formal, constituíram-se como as primeiras legações do país no exterior.

Conforme explicou Adelir Weber, como, depois de 1814, avolumou-se o comércio direto entre os portos do Brasil e Hamburgo, tornou-se importante para os dirigentes da corte do Rio de Janeiro, ao longo do processo de Independência, estabelecer um posto de representação oficial naquele porto. Em 1825, portanto, Melo Matos foi designado para construir essa missão brasileira em Hamburgo, na condição de agente diplomático e em colaboração (ou na vigilância, como disse Mario de Vasconcellos) de Schaeffer, que não era bem quisto pelas autoridades locais.

Vale indicar que, antes de Melo Matos partir para Hamburgo, de Paris, correspondeu-se com a legação em Londres, porque, conforme explica em ofício à Secretaria de Estado, endereçado ao ministro Carvalho e Melo:

¹⁵⁸ GRAHAM, Maria. *Journal of a voyage to Brazil, and residence there during part of the years 1821, 1822, 1823*. London: 1824; p. 224.

Não me permitindo as minhas circunstancias prescindir da ajuda de custo, que se costuma dar aos empregados diplomaticos, não só para transportes, como para os primeiros e indispensaveis arranjos de caza nos lugares onde vão residir, escrevi ao Concelheiro [sic] Manoel Roiz¹⁵⁹ Gameiro Pessoa logo que cheguei á Paris, pedindo-lhe que me proporcionasse a quantia que fosse de tarifa, ou lhe parecesse re razão para os mencionados fins, o que elle recusou fazer fundado em não ter ordens positivas a semelhante respeito, offerecendo-me todavia, e simplesmente, o pagamento adiantado dos dous primeiros quartos do meu ordenado. Isto dêo lugar a uma pequena correspondência entre mim e o dito Concelheiro Gameiro, a qual, por causa dos intervallos, um tanto longo dos Correios tem retardado até hoje á minha partida. Mas finalmente tenho a honra de participar á V Exa. que vou sem perda de tempo marchar para o meu destino. Digne-se porem V. Exa. tomar em consideração o que deixo exposto, e dar ás providências necessárias não só sobre o que respeita á referida ajuda de custo, para que continua á ser-me pago o soldo da minha Patente conforme o que se tem praticado sempre em casos identicos.¹⁶⁰

Mas se, por um lado, Mario de Vasconcellos especulou no sentido de que “o principal objeto da sua nomeação fôra esse, verificar *de visu* a procedencia das constantes reclamações que o governo estava a receber por demandas do outro [Schaeffer].”, por outro lado, a relevante pesquisa de Adelir Weber pode ajudar a elucidar mais razões para a nomeação de Eustáquio.

Essa pesquisadora informou que o maior volume de exportações do Brasil para Hamburgo era precisamente de produtos oriundos da Bahia e dois terços das caixas de açúcar saídas do porto de Salvador, em 1826, destinaram-se aquele porto europeu.¹⁶¹ Em 27 de fevereiro de 1826, Eustáquio Adolfo escreveu à secretaria, no Rio de Janeiro, nos seguintes termos:

[tenho] podido observar que o maior comércio hamburguês se dá com o Brasil e os negociantes hamburgueses parecem tranquilos em relação a esse comércio (...).¹⁶²

¹⁵⁹ Transcrição equivocada do documento, que não identificou que era a abreviatura de “Rodrigues”.

¹⁶⁰ BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Arquivo Diplomático da Independência*. Brasília: MRE/FUNAG, 1972. Vol. IV, p. 337-338.

¹⁶¹ WEBER, Adelir. *op. cit.*, p. 288.

¹⁶² Idem, p. 228.

No entanto, sem prejuízo do excelente trabalho, Adelir Weber deixou de observar (tal como havia deixado Mario de Vasconcellos), que o pai de Eustáquio Adolfo era um rico negociante e um alto funcionário da alfândega de Salvador no período e Carvalho e Mello, seu tio, era o ministro dos Negócios Estrangeiros.

A experiência talvez bem-sucedida em Hamburgo possivelmente contribuiu para que, meses depois de retornar ao Rio de Janeiro, Eustáquio tenha sido nomeado, já sem a influência pessoal de Carvalho e Melo (que faleceu em 1826), para ser o secretário da mais importante missão diplomática do Brasil no exterior, a missão em Londres. Pode ter contribuído, a exemplo de Hamburgo, o grande volume de exportações da alfândega de Salvador também para a Inglaterra.

Já Miguel Maria Lisboa, quando foi nomeado adido em Londres, no ano de 1828, foi para colaborar com a nova formação da legação, com a futura saída de Manoel Rodrigues Gameiro Pessoa. A função de adido de segunda classe à missão no exterior à época destinava-se a receber filhos de ricas famílias luso-brasileiras, não raro, sem remuneração pública alguma (como foi o caso de Miguel entre 1828 e 1829), de modo que pudessem estudar e, ao mesmo tempo, trabalhar na legação, com o objetivo de ingressarem na diplomacia.

Além da já mencionada influência também do seu tio materno, José Marques Lisboa, diplomata, outrossim, em 1830, seu pai, José Antônio Lisboa tornou-se presidente do Tesouro Público da corte do Rio e foi nomeado para uma comissão em Londres. Ele foi membro brasileiro da comissão mista entre Brasil e Inglaterra a qual tratava de sanar os prejuízos com as presas inglesas da guerra do Rio da Prata. Quando retornou ao Rio, tornou-se o ministro interino da Fazenda entre outubro a dezembro. Nessa ocasião, tornou-se também membro do Conselho de Estado. Mas, apesar disso, segundo Carlos Tasso apontou, Miguel Maria Lisboa, em 1829, com certo exagero, como adido de segunda classe, queixava-se do fato de residir em Londres e *“da vida cara, do câmbio*

*desfavorável e do pêso que isto representou para o seu bôlso de jovem estudante”.*¹⁶³

Não foi possível verificar, porém, quando que, em 1831, Miguel tornou-se o secretário da missão. No Rio de Janeiro, logo depois da Abdicação, José Antônio Lisboa foi um dos membros fundadores e o primeiro primeiro-secretário da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional, organização muito influente na política brasileira durante os primeiros anos da Regência. Isso pode explicar a referida nomeação novamente em termos de vínculos familiares e econômicos, pois José Antônio era agente relevante na área fazendária do Brasil e Londres a capital do principal exportador e importador de produtos do país. Pouco depois, em 1832, José Antônio foi designado pelo Parlamento, por exemplo, como uma das pessoas incumbidas de redigir um novo e moderno Código Comercial para o Império.

Ademais, em relação à formação universitária de Miguel Maria Lisboa, vale mencionar, que, para além das possibilidades financeiras da sua família, o mais relevante é que se formou em ambiente intelectual distinto da maioria dos filhos da elite luso-brasileira, que estudavam, em geral, na Universidade de Coimbra¹⁶⁴. Isso permitiu certamente que tivesse contato com estrangeiros de várias regiões da Europa precocemente e possivelmente tivesse entrado em contato com visões de mundo bem mais heterogêneas do que os estudantes brasileiros em Coimbra, que restringiam-se a portugueses e brasileiros. O vínculo e a dimensão da formação universitária de Miguel Maria Lisboa com sua carreira diplomática (e sobretudo com os textos que escreveu posteriormente) configura-se como objeto de interesse aos historiadores.

Em 1830, José Joaquim Timóteo de Araújo foi nomeado adido à missão. Os chefes na Secretaria de Estado, no Rio, nomearam, portanto, um experiente oficial de carreira da secretaria para ocupar categoria inferior a de um militar de fora da diplomacia e, sobretudo, a partir de 1831, a de um jovem ingressante na carreira. Isso significa que Timóteo de Araújo, em razão da experiência

¹⁶³ BRAGANÇA, Carlos de Tasso Saxe-Coburgo. *Op. cit.*, p. 89.

¹⁶⁴ A exemplo de Eustáquio Adolfo de Melo Matos.

administrativa na diplomacia, cumpria possivelmente tarefas importantes na condição de funcionário do chamado segundo escalão.

Vale conjecturar, inclusive, se Timóteo de Araújo, de fato, não era o agente de maior confiança, em Londres, da chancelaria brasileira. Isso porque era oficial de carreira da secretaria desde, ao menos, 1814 e, portanto, colega de trabalho, desde antes da Independência, de Bento da Silva Lisboa, que desde o ano de 1828 era o oficial-maior da secretaria e responsável pela seção que cuidava das relações entre Brasil e Inglaterra.

Em segundo lugar, o fato ajuda a demonstrar a importância das influências externas (econômicas, sociais e familiares) na composição dos cargos de primeiro escalão nas missões no exterior, influências que Timóteo de Araújo não possuísse talvez em grau suficiente, se comparado a Melo Matos e Miguel Maria Lisboa. Por outro lado, vale mencionar um anúncio de jornal, publicado por ele no *Diário do Rio de Janeiro*, em 17 de junho de 1822:

Fugiu, nos princípios de Maio, um preto, por nome Domingos, de Nação Calabar, Pintor, estatura ordinária, gordo, cara larga, olhos grandes e mortais, alguns sinais de bexigas, com calça e camisa de algodão de Minas, jaqueta de riscado velha, porém consta que tem mudado para calça e camisa de brim novo; quem o trouxer terá boas alvissaras; em Catumbi, na casa de José Joaquim Timóteo de Araújo.¹⁶⁵

O que esse anúncio demonstra é que, a despeito da sua posição subalterna no âmbito do Ministério de Negócios Estrangeiros, na realidade social brasileira da época, Timóteo de Araújo inseria-se em uma situação de bem caracterizado privilégio.

¹⁶⁵ *Diário do Rio de Janeiro*, 17 de junho de 1822.

Capítulo 3: A prática diplomática, o trabalho e os ofícios

Este capítulo procura desenvolver uma reflexão, ainda que não exaustiva, sobre o funcionamento das missões diplomáticas do Brasil durante o século XIX, tomando por referência o *Regimento das legações do Brasil* (1834) e a composição da legação em Londres entre os anos de 1829 e 1834. O objetivo é contribuir para uma compreensão mais abrangente a respeito das missões diplomáticas do Brasil ao longo das primeiras décadas do Brasil independente, bem como a respeito do emprego, como fonte histórica, dos ofícios produzidos pelos diplomatas brasileiros no exterior nesse período. Busca-se apresentar os principais instrumentos de trabalho de uma legação, a divisão de tarefas entre os funcionários e a elaboração prática dos ofícios, indicando, como hipótese, a possibilidade de uma espécie de “coautoria” entre chefes e funcionários subalternos na elaboração dos ofícios da missão.

Cumprе introduzir que, para o Ministério de Negócios Estrangeiros do Brasil, ao longo do século XIX, entre o período que se estende do processo de Independência até a década de 1870, as comunicações oficiais entre a Secretaria de Estado, no Rio, e suas legações em outros países tinham como veículo três tipos exclusivos de documentos. Quando a chancelaria tinha por objetivo comunicar-se com todas as suas missões no exterior, em conjunto, eram elaboradas as chamadas *circulares*. Quando o objetivo era comunicar-se com apenas uma de suas missões então eram elaboradas as chamadas *instruções*, que, no âmbito da diplomacia, são também conhecidas por *despachos*. Entretanto, quando a comunicação ocorria no sentido inverso, i.e., de uma missão do país no estrangeiro, para a Secretaria de Estado, os diplomatas elaboravam *ofícios*.¹⁶⁶ A partir da década de 1870, os telegramas passaram a dividir com os despachos e os ofícios a comunicação interna do Ministério de Negócios Estrangeiros do Brasil.

¹⁶⁶ Cabe observar que uma parcela menor dos ofícios é gerada pela necessidade de comunicação com agentes privados, seja por parte da secretaria seja por parte da legação.

Portanto, no âmbito da diplomacia, a produção dos ofícios está vinculada à estrita e imediata necessidade funcional de comunicação, sobretudo de subordinados no exterior com superiores na capital, de modo a permitir aos primeiros darem conta aos segundos da execução das tarefas para as quais foram incumbidos. Isso significa que esses documentos não eram elaborados com o objetivo de levar à posteridade ideias subjetivas de diplomatas no exterior, como publicações de livros de viagem, ensaios, memórias ou outras impressões pessoais. Os ofícios de diplomacia, como os ofícios em geral, são documentos gerados exclusivamente pela burocracia estatal, com a única finalidade de comunicação entre subordinados e superiores¹⁶⁷.

Desde a nomeação dos primeiros agentes oficiais da corte do Rio de Janeiro para sua representação diplomática em Londres, Paris, Washington e Buenos Aires, a partir de 1822, e da subsequente formação das missões diplomáticas ordinárias do Brasil nesses e em outros territórios, o trabalho cotidiano dos agentes diplomáticos brasileiros resultou na produção de uma significativa extensão de ofícios. Esse material configura-se até a atualidade como de alto interesse aos pesquisadores e uma reflexão a respeito do seus empregos como fonte torna-se indispensável.

No entanto, ao observar-se os trabalhos realizados no Brasil, nas áreas da história diplomática, história da política externa e história das relações internacionais, em que diplomatas brasileiros do século XIX figuram como agentes históricos, não foram identificadas discussões a propósito da elaboração intelectual e prática dos documentos produzidos pelas missões, tampouco a respeito do funcionamento das legações do Brasil no período. Apesar disso, o emprego de ofícios da diplomacia brasileira como fonte é cada vez mais recorrente entre os pesquisadores¹⁶⁸.

Ao longo de todo o século XX e, mais recentemente, nas primeiras décadas do século XXI, verifica-se, porém, que o emprego mais recorrente de

¹⁶⁷ Cf. BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise tipológica e análise diplomática de documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. p. 76.

¹⁶⁸ Conforme é possível verificar, por exemplo, nos volumes recentes do periódico *Cadernos de CHDD*. Nos anos mais recentes, o periódico vêm publicando ofícios de missões diplomáticas do Brasil no exterior, edições essas acompanhadas de estudos a respeito dos conteúdos dos documentos. Cf. os números 34 (ano 18, 1º semestre de 2019); 33 (ano 17, 2º semestre de 2018) e 32 (ano 17, 1º semestre de 2018).

ofícios de missões diplomáticas brasileiras ocorre em razão apenas do teor de determinadas peças. Ademais, enfatiza-se sempre os indivíduos que as assinam, sem que se leve em conta o processo de gênese desses documentos no cotidiano das missões, onde também atuam, em geral, distintos agentes.

Em primeiro lugar, o capítulo procura apontar os instrumentos de trabalho da legação e as principais funções internas dos membros (chefes, secretários e adidos), com base no *Regimento das Legações do Brasil* (1834). Isso porque o documento representa a primeira regulamentação moderna da atividade de diplomatas brasileiros no exterior. Em seguida, o capítulo procura abordar especificidades da missão diplomática do Brasil em Londres no quadro de legações do país no período, destacando, a partir da sua configuração entre 1829 e 1834 (fundamentalmente composta por Eustáquio Adolfo de Melo Matos, Miguel Maria Lisboa e José Joaquim Timóteo de Araújo), o papel de cada um dos membros no serviço cotidiano e na elaboração dos documentos.

Como hipótese, o capítulo indica que o processo entre a concepção intelectual de documentos de uma missão diplomática, em especial, dos ofícios, e a sua produção material no serviço cotidiano permitem identificar um trabalho conjunto e colaborativo, bem como uma espécie de “coautoria” entre os chefes e os subordinados na elaboração dos documentos, ainda que não se aplique o conceito de autoria a documentos públicos¹⁶⁹. Por consequência, acredita-se que seja possível estender aos funcionários do segundo escalão uma parcela dos conteúdos históricos que se pode interpretar dos documentos elaborados pela missão, mesmo que assinados apenas pelo superior hierárquico.

¹⁶⁹ As ciências documentárias designam por heterógrafo o documento “que procede intelectualmente do autor, mas sem ter sido escrito por ele”. Cf. CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2012, p. 42. 3ª edição.

3.1. O *Regimento das legações do Brasil* (1834): aspectos importantes

Após o processo de Independência, o *Regimento das Legações*¹⁷⁰, aprovado em 15 de maio de 1834, foi o primeiro documento a regulamentar a atividade de diplomatas do Brasil no exterior. No regimento, é possível identificar os instrumentos de trabalho e as diferentes tarefas dos diplomatas brasileiros, nas primeiras décadas de constituição de uma diplomacia autônoma em relação a Portugal¹⁷¹, porque ele sistematizou regras que vinham sendo seguidas desde os anos 1820 e vigorou pelas décadas posteriores à sua aprovação.

No documento, é possível identificar, para cada missão brasileira no estrangeiro, a exigência obrigatória de 10 livros de registros do seu serviço e das suas comunicações. Os livros de registro correspondiam a 10 assuntos diferentes, sendo que 8 deles serviam para as ocorrências ostensivas, ao passo que 2 para as ocorrências com grau de acesso reservado ou secreto.¹⁷² Conforme a tabela anexa ao regimento, os assuntos dos livros de registro eram os seguintes:

1. *CORTE*: para o registro dos ofícios dirigidos pela missão no exterior para a Secretaria de Estado, no Rio de Janeiro;
2. *DIVERSOS*: para o registro das comunicações da missão com autoridades e particulares, de dentro e fora do Império;
3. *SECRETOS*: para o registro das comunicações secretas, na maior parte das vezes, feita com a Secretaria de Estado;
4. *SECRETO B*: para o registro das comunicações “*secretíssimas*”, i.e., ultrassecretas, como também para o registro que o chefe fazia dos demais funcionários da legação;
5. *LEGAÇÕES*: para o registro das comunicações da missão com as demais legações do Brasil no exterior;
6. *CONSULARES*: para o registro das comunicações com os consulados e vice-consulados brasileiros;

¹⁷⁰ IMPÉRIO DO BRASIL. *Regimento das legações de Sua Magestade O Imperador do Brasil*. Bruxelas: [s.n.], 1834.

¹⁷¹ Recentemente, Rubens Ricupero classificou o processo iniciado em 1822 como a “fundação da instituição diplomática brasileira”. Cf. RICUPERO, Rubens. *A Diplomacia na Construção do Brasil. 1750-2016*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017. p. 118.

¹⁷² Cf. IMPÉRIO DO BRASIL. *Regimento das legações. Título I: Do estabelecimento das Legações Imperiaes. Capítulo I: Da organização, e polícia da legação, e do seu arquivo*. Artigo 1 [sem página], bem como Anexo 1 do mesmo regimento [sem página].

7. *NOTAS*: para o registro das notas trocadas com o governo do território acreditante;
8. *TERMOS E DECLARAÇÕES*: para o registro desses tipos de documentos;
9. *PASSAPORTES*: para o registro de passaportes e vistos que eram emitidos pela missão;
10. *INVENTÁRIO E CONTAS*: para o registro da contabilidade da missão e de bens adquiridos.¹⁷³

Os livros e documentos anexos, a exemplo dos originais das notas recebidas de governo estrangeiros, conjunto denominado no regimento como “arquivo” da missão, assim como o mobiliário e os materiais de escritório necessários, a exemplo de mesas, cadeiras, tinta, pena e papel, consistiam nos principais instrumentos de trabalho interno dos funcionários, no dia-a-dia das legações do Brasil no estrangeiro.

Cada um dos livros de registro expressam atividades ordinárias de que a missão à época era incumbida. Tais atividades consistiam em corresponder-se com as demais missões e consulados do país no estrangeiro, quando necessário, e corresponder-se com autoridades e particulares, nacionais e estrangeiros. A emissão de passaportes e vistos de entrada no Império era outra atividade permanente da legação, além do registro das notas trocadas com o Estado acreditante, do registro da contabilidade e de bens e de eventuais termos e declarações que tenha emitido.

Observa-se que uma das principais tarefas ordinárias consistia precisamente em preencher os livros de registro com transcrições de documentos, tabelas e informações. Ademais, outra atividade principal consistia na comunicação regular com a Secretaria no Rio, por meio dos ofícios (e que eram objeto de registro no livro *Corte*), dando conta do trabalho ordinário, bem como das atividades específicas, como conferências com autoridades locais, cujas

¹⁷³ *Idem*. Em nota, o regimento aponta ainda a existência de um livro específico para a legação em Londres, para o registro da comunicação da missão com os comissionados do Tesouro Público da corte do Rio naquela capital.

instruções também específicas eram enviadas para as missões pela chancelaria, conforme foi visto.

As distintas tarefas de cada um dos membros dentro dessas atividades cotidianas podem também ser encontradas no regimento, indicadas em capítulos dedicados a cada um deles, com exceção das tarefas dos chefes, que percorrem todo o documento. Aqui, vale reproduzir os principais itens do capítulo intitulado *Comunicações*,¹⁷⁴ que descreve o que competia ao chefe de missão transmitir ordinariamente à chancelaria no Rio, que não a respeito do trabalho ordinário da legação:

Procurará inteirar cabalmente o Governo do estado actual das relações politicas entre aquella Nação, e as outras Potencias, e dará tambem circunstanciada conta do que colligir a respeito da natureza, e andamento das pertenções destas. (Artigo 51)

Dará parte da conclusão de quaesquer, Tratados Convenções, ou ajustes, fazendo uma resenha das suas causas, e consequencias. (Artigo 52)

Jamais deverá ommittir na sua correspondencia ordinaria a participação das novidades conceituadas, que houver, sobre a conservação do socego interno, e externo do paiz, mencionando os preparativos, e armamentos, que indicarem alguma ruptura , e outros quaesquer movimentos, que causem a sensação no publico (Artigo 53)

Communicará as Leis, e Regulamentos promulgados; as discussões importantes, á que derem logar nos Parlamantos ou Camaras Legislativas, e as difficuldades praticas, que entorpecerem a sua literal execução (Artigo 54)

Participará as invenções de qualquer natureza; os progressos das Sciencias, e Artes; as medidas adoptadas para promovêl-as, e premial-as, bem como os meios por que se poderião extender os seus beneficios aos Subditos do Imperio (Artigo 55)

Não só dará noticia do estado da saúde publica, como tambem communicará os Regulamentos preventivos, que se adoptarem em caso de contagio ou de peste (Artigo 56)

Transmittirá Copias das Notas, que passar, e receber sobre negocios de maior entidade, e bem assim os Protocolos das Conferencias, que à respeito dos mesmos tiver (Artigo 57)

¹⁷⁴ Foram omitidos aqui os artigos que remetiam especificamente a atividades de entrada e saída do posto.

Remetterá os principaes, e mais bem conceituados periodicos, que se publicarem, tanto à favor do Governo, como da Opposição, e nelles fará discretamente inserir a refutação dos ataques, que se possão dirigir ao Gabinete Imperial (Artigo 59)

Do objecto dos principaes Artigos, que precedem, formalisará todos os semestres um circunstanciado relatorio, que illustrará com as suas observações sobre os acontecimentos mais notaveis, de que fizer menção (Artigo 60)¹⁷⁵

Nota-se que essas incumbências desdobram-se necessariamente em atividades de ordem intelectual, tal como a obtenção de informação sobre os temas que o chefe da missão precisava transmitir à chancelaria, e em atividades de ordem precisamente manual, a partir da produção de rascunhos e notas sobre as informações recolhidas, para que, transformadas em ofícios, fossem transmitidas ao Rio. Funções de ordem prática, como as conferências com autoridades locais, atividade recorrente de um chefe, fora da sede, como foi mencionado, eram objeto de instruções específicas do governo.

No entanto, o uso do imperativo pelo regimento pode, a princípio, parecer que ao chefe da missão cumpria executar essas tarefas sozinho, sem o auxílio dos demais funcionários.

Segundo o regimento, ao secretário cabia o cuidado com o conjunto dos livros de registro e a reunião e a encadernação das instruções e circulares que a missão recebia da secretaria no Rio. Competia a ele a segurança e o asseio da sede, para o que contava com o trabalho de funcionários como porteiro e ajudantes, o que lhe exigia também cuidar da organização dos expedientes deles e do registro semestral das suas condutas, em livro reservado. Outrossim, cabia ao secretário o “*trabalho de segredo e o seu registo, que exclusivamente lhe pertence*”, o que significa que ele era o responsável pela criptografia dos documentos com teor secreto ou reservado.

À medida que o chefe da missão exigisse, competia ao secretário a elaboração de relatórios, memórias, informações e mapas que pudessem vir a

¹⁷⁵ Cf. IMPÉRIO DO BRASIL. *Regimento das legações*. Título III – *Dos Chefes das Legações* Capítulo II – *Das Comunicações* [sem página].

subsidiar o trabalho da missão ou o governo brasileiro.¹⁷⁶ O regimento dispõe ainda da exigência de um outro dever funcional que se apresenta como sendo de alta relevância para comprovar a hipótese traçada no início:

Lembrar á estes [aos chefes] tudo quanto lhe parecer conveniente, e util, e representar-lhe mesmo, com o respeito, que lhes devem sempre tributar, sobre aquellas decisões, que julgar menos acertadas, e alias cumprirá, insistindo o Ministro.¹⁷⁷

O artigo permite identificar que, para além de atividades práticas no cotidiano da missão, consistia em um dever funcional dos secretários a colaboração intelectual com seu superior. Portanto, é lícito conjecturar que a colaboração se expresse também no conteúdo dos documentos que a missão do Brasil produzia, embora os secretários não os assinassem em sua maioria.

Aos adidos, competia internamente “*a escrituração e registo [sic] da Legação*”, bem como a transcrição de cópias e segundas vias. Eram sobretudo os adidos quem preenchiam os livros de registro acima mencionados, com exceção talvez dos registros reservados, e eram eles quem também escreviam as versões definitivas da maior parcela dos documentos ostensivos. Além disso, incumbia-lhes “*classificar os jornaes e mais impressos para a Côrte*”¹⁷⁸, tarefa muito importante, uma vez que os jornais locais eram fontes de informação recorrentemente mencionadas nos ofícios enviados ao Rio.

Fora da sede da legação, competia ainda aos adidos levar recados a ministros de Estado do país acreditante e para as outras legações estrangeiras, por exemplo, bem como servir como correio diplomático entre a missão brasileira e a chancelaria no Rio ou com outras missões brasileiras.

Já a propósito dos ofícios, o tipo de documento mais produzido no cotidiano da legação, por representar sobretudo a comunicação com o Rio de Janeiro, o regimento trazia apenas o seguinte conteúdo:

¹⁷⁶ Cf. IMPÉRIO DO BRASIL. *Regimento das legações*. Título IV: Dos Empregados da Legação. *Capítulo I: Do Secretário* [sem página].

¹⁷⁷ *Idem*.

¹⁷⁸ Cf. IMPÉRIO DO BRASIL. *Regimento das legações*. Título IV: Dos Empregados da Legação. *Capítulo II: Do Addidos* [sem página].

Os Officios relativos a objectos do Serviço Imperial devem ser separados dos que versarem sobre negocios particulares, ou tratarem de acontecimentos politicos; e todos, escriptos em papel fino, e cobertos debaixo da mesma capa, afim de se não agravar a Fazenda Publica com a despeza, que occasionão os respectivos portes. A sua numeração se renovará no primeiro do anno, e no verso da ultima pagina formalisar-se-há o Indice claro, e succinto dos assumptos, que fizerem o objecto de cada Officio.¹⁷⁹

Observa-se que se preceitua a separação de temas, o tipo de papel e a cobertura, a numeração e o índice dos ofícios, mas não se indica nada a respeito da sua elaboração intelectual e prática, no contexto do trabalho cotidiano da missão.

A respeito da elaboração de documentos no âmbito da diplomacia do século XIX, por não ter sido localizada pesquisa congênere para a diplomacia brasileira no período, vale recorrer à relevante publicação sobre a história do Ministério de Negócios Estrangeiros britânico, intitulada *FCO Records*. No segundo volume da série, *Policy, Practice and Posterity, 1782-1993*, encontra-se que:

From its establishment as a separate ministry in 1782 until the beginning of the 20th century, the Foreign Office was indeed ‘a department of scribes’ and the familiar picture, from Dickensian illustrations, of clerks standing at tall desks and writing with quill pens, held good until well into the 19th century. Despatches were frequently dictated by the Secretary of State to an attendant clerk, who made a file copy in a large leather-bound register before sealing and addressing the original for transmission abroad.¹⁸⁰

Se no decorrer do século XIX o referido Ministério operava do modo aludido e os despachos eram “*frequentemente*” ditados pelos superiores aos oficiais, é possível conjecturar que outros documentos fossem escritos, de próprio punho, pelos chefes ou pelos oficiais e isso com base em rascunhos, minutas,

¹⁷⁹ Cf. IMPÉRIO DO BRASIL. *Regimento das legações. Título II: Disposições geraes. Capítulo IV: Da correspondência* [sem página].

¹⁸⁰ Historical Branch, LRD. *FCO Records. Vol. II. Policy, Practice and Posterity, 1782-1993*. N. 4, aug. 1992. (History Notes). p. 1.

anotações e instruções, escritas ou verbais. Conquanto possa haver variações dessa prática para a diplomacia brasileira, no Rio ou no exterior ao longo do século XIX, os procedimentos não deviam ser muito distintos dos britânicos.

Ora, uma vez que, como se observou, o regulamento aponta que o trabalho de escrituração ficava a cargo dos adidos, isso significa que ficavam encarregados por todo o trabalho prático de escrever, de próprio punho, as versões definitivas dos documentos da missão, segundas vias, cópias e o registro nos livros, com exceção dos documentos reservados, que eram escritos, de próprio punho, pelo secretário ou eventualmente pelo chefe. No entanto, como os agentes subalternos não eram formalmente os responsáveis pelos documentos ou seus “autores”, cabendo a eles a escrituração, é possível afirmar que eles o faziam a partir de uma determinada fonte, escrita ou verbal.

Tal como o acesso a documentos secretos e reservados por parte do secretário, a escrituração das versões finais das peças, a partir de outras fontes, escritas ou verbais, indica que ocorria um necessário trabalho conjunto e colaborativo entre os membros da missão, o que aponta também no sentido de que havia colaboração intelectual, como admite, aliás, o próprio regimento para os cargos de secretários. Soma-se a isso o trato com os jornais locais, por exemplo, a cargo dos adidos, o que igualmente demonstra a existência necessária de um esforço coletivo, pois esse material era fonte de informação necessária a respeito dos temas que o chefe precisava encaminhar ao Rio.

Ademais, no quesito do trabalho colaborativo, uma característica dos ofícios que merece destaque é que, com frequência, eles carregam documentos anexos, a exemplo de cópias de notas trocadas com o governo do território acreditante, reclamações de particulares, jornais ou recortes deles e publicações impressas, tabelas comerciais e consulares, bem como os registros semestrais e anuais das atividades cotidianas, entre outras peças e informações.

Os anexos podiam ser documentos originais ou cópias. Quando as cópias eram transmitidas à Secretaria de Estado, eram transcritas pelo secretário ou pelos adidos, a depender, em tese, do teor. Nessas situações, o trabalho era assinado pelos agentes, indicando “*Está conforme*” no final das cópias. Essas são

as vezes em que a assinatura de funcionários subalternos aparece no trabalho da legação, embora tal trabalho exceda enormemente a isso, fato que, em geral, os pesquisadores não levaram em consideração.

3.2. Especificidades da missão diplomática do Brasil em Londres

O *Regimento das Legações do Brasil*¹⁸¹, assinado pelo então ministro Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, pode ser considerado um marco pioneiro na história da diplomacia brasileira, por representar a primeira regulamentação moderna da atividade no país. Acrescenta-se a isso que, ao longo das primeiras décadas do século XIX, a atividade diplomática fora do Brasil (sobretudo na Europa) passava por um processo de transformação profunda e perdia paulatinamente suas características palacianas e aristocráticas do Antigo Regime, tornando-se cada vez mais um ramo do chamado serviço público. Conforme foi mencionado na Introdução, esse processo coincide com o de formação do Estado-nacional brasileiro e da formação de sua diplomacia autônoma em relação a Portugal.

Segundo observou Flávio Mendes de Oliveira Castro, o regimento representou “uma consolidação bastante completa, pois sistematizou instruções esparsas, algumas vindas desde o tempo de Aracati”.¹⁸² A expressão “desde o tempo de Aracati” significa que os elaboradores do regimento, à medida que procuravam definir funções, deveres e direitos dos diplomatas brasileiros no exterior em 1834, recorreram à experiência da chancelaria desde o período em que João Carlos Augusto de Oyenhausen (Aracati) havia sido ministro de Negócios Estrangeiros, o que ocorreu entre novembro de 1827 e dezembro de 1829. Foi nesse período que as primeiras iniciativas de organização mais moderna da diplomacia brasileira foram levadas adiante, após o processo de obtenção do reconhecimento formal da Independência pelas principais potências.

¹⁸¹ IMPÉRIO DO BRASIL. *Regimento das legações de Sua Magestade O Imperador do Brasil*. Bruxelas: [s.n.], 1834.

¹⁸² CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *Dois séculos de História da organização do Itamaraty (1808-2008)*. Brasília: FUNAG, 2008. [1ª. ed. 1983]. p. 61.

Entre outras mudanças ocorridas durante o período de Oyenhausen à frente do Ministério, para melhor organizar o trabalho da secretaria no Rio de Janeiro, foi criado um fluxograma para os ofícios vindos das missões no exterior e dividiu-se a secretaria em seis seções distintas para recepcioná-los. Cada uma dessas seções, que tratava de um assunto específico ou conjunto de assuntos específicos (como passaportes, contabilidade ou país ou conjunto de países, por exemplo) tinha como seu responsável um oficial de carreira da secretaria.

Portanto, conquanto os ofícios fossem gerados por uma mesma missão do Brasil no exterior, eles podiam destinar-se para seções distintas no interior do Ministério.¹⁸³ Após a recepção e uma primeira leitura dos ofícios, os conteúdos considerados mais importantes eram dirigidos ao oficial-maior, que, em seguida, os transmitia ao ministro. Se nas legações do Brasil no exterior havia um necessário trabalho conjunto entre os diplomatas, o mesmo ocorria na chancelaria no Rio com os oficiais.

Nesse período, uma das seções do Ministério brasileiro passou a dedicar-se com exclusividade às relações entre o Brasil e precisamente a Inglaterra. Era a primeira-seção do órgão e ficava a cargo do oficial-maior (atual secretário-geral). Outrossim, foi durante a gestão de Oyenhausen que Bento da Silva Lisboa¹⁸⁴ tornou-se o oficial-maior, cargo que ocupou até 1848.

Filho de José da Silva Lisboa (Cairu), um dos responsáveis pela abertura dos portos, Bento da Silva Lisboa foi com o pai de Salvador ao Rio de Janeiro em 1808 e passou a trabalhar na Secretaria de Estado desde antes da Independência. Depois de 1828, já na posição de oficial-maior, dedicou-se sempre (embora não exclusivamente) às relações entre o Brasil e a Inglaterra. Era ele quem, de fato, recepcionava os ofícios e demais documentos expedidos pela legação do país em Londres, ainda que as peças fossem dirigidas formalmente ao ministro da ocasião.

¹⁸³ CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *op. cit.* p. 41-53 ; SOARES, Álvaro Teixeira. *op. cit.* p. 30-31.

¹⁸⁴ Bento da Silva Lisboa (barão de Cairú) é figura importantíssima no Ministério de Negócios Estrangeiros do Brasil, entre 1828 e 1848, porque era o responsável pela secretaria, o oficial-maior, espécie de vice-ministro ou atual secretário-geral. Tal como o pai, José da Silva Lisboa (visconde de Cairu), foi um anglófilo e tradutor de Adam Smith para o português.

Embora Flávio Mendes de Oliveira Castro tenha constatado que sua obra foi a primeira a publicar sobre o regimento¹⁸⁵, cabe acrescentar que, entre os elaboradores do documento, esteve muito possivelmente Bento da Silva Lisboa, fato que o autor não menciona, conferindo destaque apenas à participação do ministro Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho. Isso ajuda a demonstrar a preferência que os pesquisadores deram às pessoas que assinam os documentos, sem levar em consideração o trabalho dos agentes do segundo escalão.

Ademais, frente à importância da Inglaterra nas relações econômicas e políticas do Brasil (e para as demais potências da época) e frente às menções que o regimento fazia à missão brasileira em Londres, se não é possível considerá-la categoricamente como sendo um modelo para o documento, ao menos, consiste em uma referência muito significativa para o regime das demais legações. Por essa razão, não foi permitido aos elaboradores negligenciarem o funcionamento da missão em Londres precisamente na sua segunda configuração, i.e., entre 1829 e 1834.

Durante esse período, conforme foi visto no Capítulo 1, a legação do Brasil em Londres funcionava em 3, Brunswick Place, no entorno do Regent's Park, à época, um novo e moderno bairro residencial burguês no subúrbio da metrópole. Lá, trabalharam Eustáquio Adolfo de Melo Matos, na condição de chefe da missão, o jovem Miguel Maria Lisboa, como adido e secretário, e o veterano oficial da chancelaria, José Joaquim Timóteo de Araújo, na qualidade de adido. Outro adido foi Augusto de Paiva, sobre quem não foi possível obter informação biográfica, conforme foi mencionado no Capítulo 2.

Portanto, conforme as instruções do regimento, além das atividades de Melo Matos enquanto chefe da missão, cabia à Timóteo de Araújo a escrituração geral da legação, a transcrição de documentos e informações nos livros de registros, as cópias de documentos anexos, segundas-vias e a catalogação dos jornais locais. A Miguel Maria Lisboa cabia a organização da sede e dos funcionários domésticos, o cuidado do arquivo e o registro dos documentos com

¹⁸⁵ CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *op. cit.*, p. 56 e 61.

conteúdos secretos ou reservados, assim como lhe competia a elaboração de tabelas, relatórios e mapas, conforme fosse necessário e a pedido de Melo Matos.

Mas existem ainda especificidades da missão diplomática do Brasil em Londres que o *Regimento das Legações* não contemplou, visto que é direcionado à totalidade das missões brasileiras no exterior, tendo aquela missão apenas como exemplo significativo. Em primeiro lugar, cabe notar que a legação em Londres servia como uma central de comunicação no período, entre a chancelaria no Rio e as demais legações do país na Europa e, até mesmo, nas Américas.

Na maior parte das vezes, os ofícios expedidos ao Rio pelas outras legações do Brasil no exterior eram transmitidos pela mala diplomática de Londres. Isso porque o desenvolvimento da história da Inglaterra, com o advento da Revolução Industrial e do capitalismo, permitiu o advento de uma moderna navegação que, aliada ao alto volume de comércio exterior daquele reino, fez com que para os portos ingleses partissem e chegassem embarcações de diversos pontos do globo. Por tais razões, estabeleceram-se frotas comerciais de transporte transatlântico, os chamados paquetes, que levavam e traziam não apenas pessoas, mas a correspondência entre a Inglaterra e o Brasil e entre a Inglaterra e demais potências.

É exemplificador nessa direção um trecho que é bastante recorrente nos ofícios da missão em Londres e que atesta a situação de centralidade dessa legação perante as demais, no quesito comunicação interna, bem como comprova a presença de peças documentais e, até mesmo, de objetos anexos aos ofícios:

Com o presente officio tenho a honra de passar as mãos de V. Exa. a correspondencia das outras Legações e Consulados Imperiais, as costumadas gasetas inglezas e francezas e algumas dozes de puz vaccinico para essa e outras Provincias do Imperio¹⁸⁶

¹⁸⁶ Ofício de Eustáquio Adolfo de Melo Matos para Francisco Carneiro de Campos, de 16 de novembro de 1831. Arquivo Histórico do Itamaraty. Apud: BIAGGI, Marcus Vinicius Correia. *Sobre diplomacia e território (1831-1834)*: edição de documentos do Arquivo Histórico do Itamaraty. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014. p. 18-19.

No sentido inverso, circulares e instruções da chancelaria brasileira para as suas legações no exterior não eram remetidas diretamente a elas. Eram transmitidas à missão em Londres, que, em seguida, encaminhava as peças (originais ou cópias) ao destino final. Um exemplo significativo desse processo inverso pode ser encontrado na resposta que a legação deu à secretaria no Rio de Janeiro, quando, em 1831, recebeu a instrução que informava sobre a Abdicação de Pedro I. O documento, de 22 de junho, informava à chancelaria o seguinte conteúdo:

No citado despacho ordenou-me V. Exa. que eu [Melo Matos] comunicasse o seu conteúdo a todas as Legações brasileiras na Europa e na América. E como fosse da última necessidade executar aquela ordem sem a menor demora, e não coubesse no tempo enviar às ditas Legações copias fieis do Despacho em questão, dirigi-lhes imediatamente a circular também inclusa por copia, contendo a substancia do mesmo Despacho.¹⁸⁷

Quando o documento expressa “*que eu comunicasse*” é certo que não fosse Melo Matos quem copiava esses documentos e sim Timóteo de Araújo, Augusto de Paiva ou Miguel Maria Lisboa, o que demonstra que havia uma colaboração desses agentes não só no trabalho da própria missão, como com demais legações brasileiras na Europa e na América, em uma rede, que envolvia não só os chefes, mas os agentes subalternos.

No caso dos ofícios, conquanto todos tragam a assinatura de Eustáquio Adolfo de Melo Matos, para o início dos anos 1830, é possível identificar que quem, de próprio punho, redigia as versões finais era José Joaquim Timóteo de Araújo. Isso porque a caligrafia é precisamente a mesma para o período posterior ao da saída de Melo Matos da missão e é possível identificá-la como sendo de José Joaquim Timóteo de Araújo, ainda que a escrituração das peças secretas e reservadas ficassem a cargo de Miguel Maria Lisboa, no período em que esteve trabalhando como secretário.

O caso de Timóteo de Araújo é emblemático, porque, embora ele fosse oficial de carreira experiente da Secretaria de Estado desde 1814, no período em

¹⁸⁷ Ofício de Eustáquio Adolfo de Melo Matos para Francisco Carneiro de Campos, de 22 de junho de 1831. Arquivo Histórico do Itamaraty. Apud: BIAGGI, Marcus Vinicius Correia, *Idem*. 2014. p. 4-5.

que trabalhou em Londres na condição de adido de primeira-classe, assinava apenas documentos anexos. Porém, o maior número de documentos eram escritos, de próprio punho, por ele. Ainda que sejam documentos públicos e que não se aplique o conceito de autoria a eles, tal como o exige para documentos privados, é possível considerá-los também como registros de José Joaquim Timóteo de Araújo. Nesse processo de elaboração dos documentos e, em especial, dos ofícios, admite-se, portanto, a possibilidade de ter havido não só troca de informação, mas colaboração intelectual entre todos os membros da legação.

Como se procurou discutir no capítulo, o funcionamento e o modo de trabalho de uma missão diplomática, ao longo das primeiras décadas após a Independência, consiste em um trabalho necessariamente colaborativo, envolvendo os instrumentos de trabalho e as distintas tarefas dentro da legação. Isso significa que os ofícios podem ser considerados como documentos elaborados por mais de um agente.

Por essa razão, o emprego dos ofícios como fonte para historiadores e outros pesquisadores pode contribuir para o conhecimento mais aprofundado também a respeito dos demais membros da legação, porque eles participaram da sua elaboração, e não apenas das pessoas que assinam os documentos.

Acredita-se que uma observação mais detida sobre o aparecimento dessas séries documentais no cotidiano das missões diplomáticas do Brasil no século XIX permitiria aos pesquisadores compreender o trabalho dos diplomatas de modo mais abrangente, assim como compreender a participação dos funcionários subalternos na elaboração dos documentos, não atribuindo-os apenas a agentes designados como chefes. Acredita-se que os secretários e os adidos cumpriram papel importante na elaboração dos ofícios.

Capítulo 4 Os ofícios políticos da missão do Brasil em Londres e o Ato de Reforma na Grã-Bretanha (1831-1832)

No primeiro capítulo, demonstrou-se o desenvolvimento das sedes físicas da missão diplomática do Brasil em Londres. No segundo, apresentou-se as trajetórias dos agentes que a compuseram entre 1829 e 1834, fundamentalmente Eustáquio Adolfo de Melo Matos, Miguel Maria Lisboa e José Joaquim Timóteo de Araújo. No capítulo anterior, demonstrou-se como ocorria o trabalho cotidiano das legações do Brasil no período, os instrumentos de trabalho e as tarefas de cada um dos seus membros. Neste capítulo, busca-se investigar uma parcela dos documentos elaborados precisamente por essa conformação da missão do Brasil em Londres, procurando identificar, nas opiniões transmitidas ao Rio por meio dos ofícios políticos, os vínculos e as identidades culturais e sociais dos agentes brasileiros naquele contexto estrangeiro.

Para essa tarefa de identificar os vínculos dos agentes brasileiros, entre os muitos temas que aparecem nos ofícios que a missão de Londres expediu ao Rio no período, em especial, nos ofícios políticos, foi escolhido o chamado Ato de Reforma parlamentar britânico (1832), importante marco político na história da Grã-Bretanha,¹⁸⁸ como o caso específico a ser estudado. Em seguida, foram identificados os ofícios que continham informação a respeito.

Como se viu no capítulo anterior, no âmbito das missões diplomáticas do Brasil, os ofícios consistiam no veículo exclusivo de comunicação oficial entre os diplomatas do país no exterior e a Secretaria de Estado no Rio, até os anos 1870. Esses documentos abordam temas diversos, conforme as incumbências ordinárias e extraordinárias que os diplomatas tinham e para o qual recebiam instruções. Isso significa que a criação dos ofícios no contexto da missão está vinculada à estrita e imediata funcionalidade de comunicação entre os agentes no exterior e os superiores no Rio, dando conta do cumprimento das tarefas.

¹⁸⁸ BRASIL. MINISTÉRIO DA RELAÇÕES EXTERIORES. Arquivo Histórico do Itamaraty. Notações: 216.1.12 e 216.1.13;

Na missão do Brasil em Londres, para o início dos anos 1830, os escritórios abordavam assuntos distintos, a exemplo de conferências com autoridades locais e estrangeiras, comissões mistas de que participava o Brasil, emissão de vistos e passaportes, entre outros assuntos. Havia ainda os escritórios políticos que eram os informes sobre a política das demais potências e as relações entre elas e que não incluíam temas sobre o Brasil.

Circunscrito exclusivamente aos escritórios políticos, a pesquisa identificou, de modo exaustivo, aquelas peças que informavam à chancelaria no Rio sobre o primeiro Ato de Reforma, um importante marco da história política e social da Grã-Bretanha no século XIX. A identificação resultou na baliza cronológica de fevereiro de 1831 a junho de 1832, que reflete aproximadamente o período de tramitação do projeto de lei de reforma, no Parlamento britânico. Os informes abrangem de debates parlamentares a respeito do ato até manifestações culturais e tensões sociais nas ruas relacionadas a ele.

Acredita-se que, tal como o local físico em que se situava a missão à época (Cf. Capítulo 1), os escritórios políticos lá elaborados, à medida que se pretendem opinativos e que refletem debates e tensões sociais locais, permitem identificar vínculos culturais e sociais dos agentes brasileiros com grupos e visões de mundo dos países em que estavam acreditados.

No caso dos diplomatas acreditados para Londres, é possível identificar esses vínculos em um espaço urbano em que o capitalismo desenvolveu-se de modo precursor, o que permitiu tanto uma maior diversificação social quanto a emergência de novos padrões sociais, políticos, culturais, de novos modos de vida, de trabalho e habitação e novas formas de participação política, por exemplo.

Ademais, conforme também se destacou no capítulo anterior, os escritórios eram concebidos por Eustáquio Adolfo de Melo Matos, que os assinava, mas o trabalho de elaboração definitiva era realizado em um trabalho conjunto com os demais membros da missão, sobretudo, com José Joaquim Timóteo de Araújo e com Miguel Maria Lisboa. Eram eles que escreviam as versões finais de todos os documentos, seja por meio de fontes escritas seja verbais, contribuindo com seus conteúdos. Além disso, a cargo dos adidos da legação ficava a catalogação dos

jornais locais, que eram, em grande medida, as fontes de informação escritas utilizadas nos informes políticos.¹⁸⁹ Afora o fato de os demais membros terem vivenciado fenômenos e acontecimentos comuns também a Melo Matos, é lícito também estender a eles parte dos vínculos culturais e sociais que se pode interpretar dos documentos.

O capítulo foi dividido cronologicamente e a primeira parte dele estende-se dos primeiros informes sobre o Ato de Reforma, encontrados nos ofícios, i.e., desde fevereiro de 1831, passando pela introdução e pela primeira discussão do projeto de lei no Parlamento britânico, até o encerramento do Parlamento, no mês de outubro. A segunda parte do capítulo estende-se da reabertura do Parlamento, em dezembro de 1831, até junho de 1832, quando o Ato de Reforma foi aprovado.

Procurou-se apontar os modernos fenômenos sociais que esses agentes vivenciaram naquele contexto e relataram ao Rio, mesmo que lateralmente, destacando a narrativa enviesada dos membros da legação acerca das tensões sociais em torno do reforma. O viés expressa os vínculos culturais e sociais entre eles e grupos sociais específicos da sociedade londrina, a saber, uma moderna burguesia liberal urbana.

Cumprе introduzir que nos círculos intelectuais e políticos da Inglaterra, o debate a respeito da necessidade de uma ampla reforma política naquele reino ocorria, ao menos com mais intensidade, desde as últimas décadas do século XVIII, sobretudo após o impacto global da Revolução Francesa. No entanto, entre 1783 e 1830, com uma única exceção no início do século XIX, todos os primeiros-ministros britânicos pertenceram aos chamados *tories*, agrupamento político representante dos setores mais aristocráticos e conservadores do reino, ligados fundamentalmente à renda do latifúndio. Os *tories* eram contrários a uma reforma que ampliasse a participação política de novas e amplas camadas sociais em formação na Inglaterra no período, em razão do seu desenvolvimento precursor do capitalismo.¹⁹⁰

¹⁸⁹ A relação entre a imprensa periódica local e a elaboração dos ofícios políticos é importante objeto de estudo, porém, não foi possível abordá-lo nesta pesquisa.

¹⁹⁰ Para uma síntese da história do Ato de Reforma parlamentar inglês Cf. PLOWRIGHT, John. *The Routledge Dictionary of Modern British History*. London and New York: Routledge, 2006;

Em 1830, porém, faleceu o então rei George IV, que governou primeiro como regente, entre os anos de 1811 a 1820 e, como rei, desse último ano até seu falecimento. Ascendeu ao trono na ocasião William IV. Nesse mesmo ano, Arthur Wellesley (Wellington), *tory*, renunciou ao cargo de primeiro-ministro, em decorrência da forte oposição conservadora sobre a “questão irlandesa”.

Novas eleições foram abertas e uma ampla coalizão oposicionista foi formada e que era composta por: *whigs*, o principal agrupamento de oposição liberal e que representavam os setores burgueses industriais modernos em ascensão, a pequena-burguesia e uma alta classe média; *tories* que também se opunham à administração, os chamados *ultratories*; e *radicals*, representantes da pequena-burguesia radical e de trabalhadores qualificados, de tradição jacobina local. A nova eleição resultou na vitória da coalizão, hegemônica pelos *whigs*, elegendo, em novembro de 1830, Charles Grey como primeiro-ministro.

A vitória eleitoral de uma coalizão liderada por *whigs*, na política interna do país, pode ser interpretada como uma concessão das classes dirigentes tradicionais a uma maior participação política de novas camadas altas e médias da sociedade, visando evitar um processo revolucionário, a exemplo do que ocorrera na França, em julho daquele mesmo ano, resultando na deposição de Carlos X. Essa concessão das classes dominantes britânicas materializou-se em um projeto de lei de reforma parlamentar que foi apresentada ao Parlamento em março de 1831 e aprovado em junho de 1832.

O projeto visava uma ampla reforma política na Grã-Bretanha e que ficou conhecido como primeiro Ato de Reforma. O ato previa uma redistribuição dos assentos na Câmara dos Comuns, extinguindo-se representantes de zonas com um número de votantes menor do que outras zonas mais populosas e ampliando o número de representantes das últimas. Previa ainda ampliar o privilégio do voto a camadas ainda maiores da sociedade. O gabinete *whig*, entre os anos de 1830 e 1834, representou, pois, uma conquista por maior participação no poder político,

SMITH, Michael S. Parliamentary Reform and the Electorate. In.: WILLIAMS, Chris. *A companion to nineteenth-century Britain*. Oxford: Baclwell Publishing, 2004; STEWART, Robert. *Party & Politics, 1830-1852*. New York: Macmillian, 1989. FRASER, Derek. The agitation for Parliamentary Reform. In.: WARD, J. T. *Popular movements, c. 1830-1850*. New York: Macmillian, 1970; RUDÉ, George. English rural and urban disturbances on the Eve of the First Reform Bill, 1830-1831. In.: *Past & Present*, n. 37, jul 1967.

por parte de uma nova e moderna burguesia industrial, bem como por uma pequena-burguesia e novas classes médias urbanas locais.

4.1. Informes sobre o Ato de Reforma (fevereiro-novembro, 1831)

Nos ofícios da missão em Londres em que o tema da reforma na Grã-Bretanha aparece pelas primeiras vezes, o projeto de lei que a levaria adiante não havia ainda sido apresentado à Câmara dos Comuns pela recém-eleita administração *whig*. No primeiro informe da legação, de 2 de fevereiro de 1831, encontra-se o seguinte conteúdo:

Amanhan deve reunir-se o Parlamento Britannico, e nesta Sessão espera-se que tenham lugar importantissimos debates sobre a politica interna do Payz. A grande medida da reforma parlamentar é a mais notavel de quantas se diz tem de ser apresentadas pelo Ministerio logo depois da discussão do orçamento. A opposição ha de ser formidavel, e o bom ou máu sucesso das primeiras companhas ministeriaes dissipará bem depressa as duvidas que existem quanto á permanencia da actual administração, alias composta dos elementos um pouco heterogeneos.

Cabe notar que, no ofício da legação do Brasil do dia 2 de fevereiro, na compreensão dos diplomatas, a proposta de reforma suscitava dúvidas sobre a permanência da nova administração. Ademais, o texto destacava os “*elementos um pouco heterogêneos*” para referir-se à coalizão do governo e menciona uma “*forte opposição*”, em que predominavam os conservadores *tories*, que perderam a eleição e por décadas estiveram à frente da administração.

Esses elementos são os primeiros reflexos das tensões políticas em torno da reforma, expressos nos informes dos diplomatas do Brasil em Londres. No ofício seguinte em que o tema aparece, de 18 de fevereiro, as incertezas acerca da permanência do governo *whig* prosseguiram, conforme atesta o texto abaixo:

O Parlamento britannico reunio-se no dia 3 deste mez, e o Ministerio annunciou logo para o 1º de março, a grande medida sobre reforma parlamentar, que tem de decidir da sua existencia official, se antes elle não for obrigado a retirar-se.

Tal como era previsto, nos primeiros dias de março daquele ano, com a abertura do Parlamento, o projeto de lei foi apresentado à Câmara dos Comuns pelo deputado *whig* John Russell. Na ocasião, consta o seguinte no informe da legação do Brasil ao Rio de Janeiro:

Hontem foi proposta na Casa dos Communs a grande medida da reforma parlamentar. Houve logo mui renhido debate, e a questão ficou adiada para esta noite. A opposição é consideravel, e por ora não se pode dizer si o Ministerio triunfará. No caso contrario é de reear algum movimento popular.

Em primeiro lugar, é lícito questionar se Eustáquio Adolfo de Melo Matos ou algum outro membro da missão presenciaram a referida sessão do Parlamento britânico ou se recolheram informações por outros meios, a exemplo da imprensa periódica. Os informes anteriores não suscitam a mesma dúvida, em razão do tipo de informação veiculada, que poderia muito bem ser encontrada nos jornais locais. Porém, a expressão “*houve logo mui renhido debate*” permite a indagação sobre a presença dos diplomatas do Brasil nas sessões do Parlamento, porque tais sessões eram, na maioria das vezes, abertas ao público¹⁹¹. Caso contrário, os diplomatas do Brasil obtiveram as informações pelos jornais ou, em menor grau, por conversas verbais com outras pessoas, o que não era incomum.

Em segundo lugar, enquanto os informes iniciais introduzem as primeiras inquietudes políticas no âmbito do Parlamento, essa última peça apresenta uma tensão fora dele. Esse objeto se configura como de alta importância para a pesquisa: o temor da eclosão de um “*movimento popular*” nas ruas de Londres, caso a reforma não fosse aprovada. Esse apontamento dos membros da missão do Brasil sugere que, se era de se reear o referido movimento é porque não concordavam com isso, observando-o, portanto, sempre a partir desse ponto de vista. Por outro lado, em face da dimensão que esse temor da eclosão de um

¹⁹¹ Isso pode ser comprovado, por exemplo, pela visita de Alexis de Toqueville a seções do Parlamento na Inglaterra, em 1833. TOQUEVILLE, Alexis. *Viagens à Inglaterra e à Irlanda*. São Paulo: Editora Imaginário, 2000.

movimento popular havia adquirido na ocasião, não foi permitido aos diplomatas do Brasil negligenciarem o fenômeno na comunicação ao Rio,

O informe seguinte em que a reforma aparece, de 16 de março de 1831, é mais extenso que os anteriores e tem a pretensão de analisar o assunto de maneira mais detalhada. Após introduzir fatos recentes da tramitação do projeto no Parlamento, a peça desenvolve uma espécie de caracterização da sociedade britânica, apontando razões para a reforma, pressupondo-a já como uma medida necessária, ou seja, apoiando-a.

No informe, é possível identificar uma abordagem enviesada daquela sociedade, elaborada a partir da visão de mundo dos apoiadores da reforma, ou seja, a partir predominantemente do ponto de vista da coalizão hegemônica pelos *whigs*, não dos tradicionais *tories* tampouco dos *radicals*. Soma-se a isso, como se viu no Capítulo 1, o local em que os informes eram elaborados, o 3, Brunswick Place, Regent`s Park, um novo e moderno bairro da burguesia liberal londrina. O informe de 16 de março de 1831 inicia do seguinte modo:

Depois da partida do ultimo paquete, a politica domestica deste Payz quasi que se reduzio á discussão da conveniencia ou inconveniencia da reforma parlamentar proposta pelo Ministerio. A competente moção foi renhidamente debatida durante sete dias, e afinal apoiada. Passou-se logo a primeira leitura do respectivo Projecto de Lei, e ficou a segunda [leitura] para 21 deste mez. A opinião publica tem se declarado a favor da reforma por maneira tal, que o triunfo dos Ministros parece infallivel.

Nessa espécie de introdução feita pelos agentes brasileiros, observa-se a introdução de uma outra expressão das tensões sociais em curso: a chamada “opinião pública”. No cenário traçado pelos informes dos diplomatas, composto pelo intenso debate entre o Ministério reformador e oposição no Parlamento e por ameaças de movimentos populares nas ruas, a dita opinião pública aparece como uma espécie de fiadora de um possível triunfo do Ministério na aprovação do projeto.

Vale acrescentar que a “opinião pública” consistia em um característico moderno da sociedade, representada pela ampliação da imprensa periódica nas

primeiras décadas do século XIX, mas identificada com as camadas médias, leitoras e informadas, em aparecimento, na medida da maior urbanização, maior estratificação social e desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra. O informe prossegue:

Não se pode com effeito imaginar cousas tam monstruosa como a presente constituição da segunda Casa do Parlamento Britannico [a Câmara dos Comuns]. Nos 658 membros que a compoem, entram 300 pessoalmente nomeados por Lords, 171 por Communeiros e 16 pelo Governo, o que faz com que a totalidade dos ditos membros contenha apenas 171 que se possam chamar eleitos polo povo, mas que realmente o não são, attento o notorio systema de corrupção que prevalece nas eleições, onde cada voto é comprado a peso de oiro ás vezes por mais de um candidato.

Acrece [sic] a isto que 89 membros da Casa dos Communs recebem collectivamente do Governo o melhor de £180,000 annuaes em pensoens e ordenados, sahindo esta enorme somma das pesadas contribuiçoens que opprimem as classes agricultoras e manufactureiras. Assim não admira que o Parlamento perdesse a confiança da Nação, a qual julga-o incapaz de effectuar na administração da justiça, e nas leis civis e ecclesiasticas do Payz as modificaçoens que ellas requerem, e de pugnar por uma rasoavel economia nas honerosas despesas do Estado, providencias estas a cuja falta, com rasão ou sem ella, são attribuidas as desordens e a miseria da Irlanda, e dos Condados do Norte e Oeste da Inglaterra. Daqui nasceo grito geral pela reforma do Parlamento; daqui a necessidade em que se vio o actual Gabinete de emprehender essa difficultosissima tarefa.

E comquanto as alteraçoens intentadas pola Governo não satisfaçam completamente a publica expectação, ellas tendem comtudo a emendar os defeitos mais salientes da Representação Nacional. Esses defeitos são as nomeaçoens individuaes, e por corporaçoens; a despesa e renalidade das eleições, a desproporção existente entre o numero de certos deputados e os das seus constituentes [;] a votação de eleitores não residentes; a circumstancia de não mandarem deputados ao Parlamento muitas cidades ricas e populosas, ao mesmo tempo que gosam desse privilegio alguns lugarejos miseraveis e quasi desertos; e finalmente o numero exorbitante dos membros da Casa dos Communs.

Nota-se, em primeiro lugar, que a forma como os diplomatas brasileiros expressam a configuração do Parlamento britânico à época (“*monstruosa*”) não permite dúvidas a respeito do ponto de vista que veiculavam à secretaria no Rio sobre o tema. A despeito da verossimilhança ou não com a realidade inglesa da

época, e caso se circunscreva esse indício à narrativa interna dos informes, é possível afirmar que os membros da missão brasileira defendiam a necessidade de aprovação de uma reforma na Grã-Bretanha, na comunicação ao Rio., embora houvesse setores conservadores que não admitiam reformas dessa natureza.

A dita monstruosidade consistia para eles no fato de apenas uma parcela menor dos representantes da Câmara dos Comuns serem, nas palavras da peça, “*eleitos pelo povo*”. Com efeito, destacaram o “*notorio sistema de corrupção*”, que impedia a escolha dos candidatos. Ou seja, se por um lado representaram a participação do povo por meio de um “movimento” como fenômeno negativo, representam-na de modo positivo quando ocorre por meio do sufrágio, embora, segundo esse ponto de vista, a corrupção não permitisse exercê-lo livremente.

Observa-se ainda que quando o ofício faz alusão às “classes agricultoras” e “classes manufatureiras” refere-se não aos trabalhadores, mas a proprietários agrícolas e industriais. Sobre essas classes recaíam altos impostos do Estado, que se destinavam, conforme o texto, para o pagamento de pensões e ordenados de membros da Câmara dos Comuns.

Além disso, o documento apresenta que o Parlamento não teve até aquela ocasião a capacidade de executar reformas tampouco “*pugnar por uma rasoável economia nas honerosas despesas do Estado*”, do que decorreu que perdesse “*a confiança da nação*”, bem como “*com razão ou sem ella, são atribuídas as desordens e miséria na Irlanda e nos condados do Norte e Oeste da Inglaterra*”.

É possível verificar, portanto, que, no texto, configura-se um argumento que, por um lado, em conotação positiva, apresenta a ideia de “povo” oposta à ideia de “corrupção”, ao passo que as ideias de “classes” e de “nação” aparecem em oposição ao Parlamento britânico. Já a ideia de uma “reforma” é apresentada em oposição a “desordens”, “miséria” e “impostos”. Por outro lado, aparece a oposição entre “povo” e “Parlamento”, representada negativamente e expressa no temor do movimento popular, em caso de não aprovação da reforma. Em suma, o argumento em defesa da necessidade da reforma, elaborado pelos diplomatas do Brasil em Londres, vem acompanhada de imagens contrapostas tais que permitem

vinculá-lo a uma visão de mundo tipicamente liberal, *whig*, de disputa entre os indivíduos, a sociedade e o Estado.

Outrossim, o ofício identificou também a desproporção entre zoneamento eleitoral e representação parlamentar, cuja correção consistia, de fato, em um dos principais itens do projeto. Ao destacar que “*ciudades ricas e populosas*” eram prejudicadas em benefício de “*lugarejos miseráveis e quase desertos*”, o texto do ofício apontava para o fato de existirem jurisdições eleitorais então pouco povoados, mas que detinham um número de representantes maior do que outras mais populosas.

Esse fenômeno ocorreu em razão do intenso processo de êxodo rural e de urbanização por que passou a Inglaterra, sobretudo a partir das primeiras décadas do século XIX. A distribuição da população inglesa pelo território foi alterada radicalmente, criando assim uma desproporção na representação dos lugares no Parlamento. Outrossim, cidades cada vez mais populosas eram as mesmas em que se desenvolvia uma indústria capitalista e, por consequência, desenvolvia-se toda uma diversificação e estratificação social, cujas camadas altas e médias passavam a exigir uma maior participação no poder político, de que a reforma era uma consequência.

Cabe notar também que o informe menciona ainda “a *necessidade em que se viu o actual Gabinete*”, dando a entender que a proposição de uma reforma pela atual administração decorreu mais de uma contingência do que de uma vontade do novo governo, contingência essa que viria de fora da metrópole, da Irlanda, bem como dos chamados condados do Norte, onde estavam as principais e crescentes cidades industriais. O informe sobre o tema ao Rio de Janeiro terminou da seguinte maneira:

Não cabendo nos limites de um officio particularisar os detalhes do Plano Ministerial, que aliás V. Exa. verá por extenso no *Courier* de hontem, e no *Times* de hoje; limitar-me-hei a dizer que polo dito Plano fica reduzido o numero total dos membros da Camara electiva, a 596, em vez de 658, que eram [antes] que o privilegio eleitoral estende-se a 560.000 individuos mais; que os eleitores não residentes perderão os seus votos; e que as eleicoens se farão livres da influencia de nenhuma classe ou pessoa e n`um ou dous dias em todo o Reino Unido. Si isto for avante é certa a proxima

dissolução do Parlamento. No caso contrario parece igualmente inevitavel a mesma dissolução, e até receio que haja violentas commoções populares.

Nesse trecho final, observa-se uma alusão a outro ponto importante do projeto: a extensão do privilégio do voto a mais de meio milhão de pessoas. A ampliação do eleitorado, conforme foi mencionado, representou um processo de concessão das classes dirigentes tradicionais da Grã-Bretanha no sentido de uma maior incorporação de novos setores sociais (altas e médias burguesias, pequena-burguesia e classes médias urbanas) para a representação política. Tal abrangência teve como intuito primordial garantir que um processo, a exemplo dos processos revolucionários franceses recentes, não viessem a ocorrer na Grã-Bretanha, em função sobretudo da associação das classes médias mais radicais às camadas mais baixas da população.

E outra vez o texto do ofício da legação do Brasil reforça a ideia de eleições “*livres da influencia de nenhuma classe ou pessoa*”, i.e., eleição sem corrupção por parte dessas mesmas classes ou pessoas, embora aqui a ideia de “classe” não apareça com os adjetivos de manufatureiras ou agricultoras, que carregam um sentido positivo na narrativa dos diplomatas, de maneira distinta, portanto, do que se pretendia expressar nesse ponto. A ideia de classe aqui aparece como oposta à livre escolha individual no sufrágio. Atribui-se ao povo a prerrogativa de escolher deputados pelo voto, mas sem “*violentas comoções*”, reforçando a concepção negativa dessa possibilidade.

Acrescenta-se que os membros da missão finalizaram o informe fazendo menção aos periódicos *Times* e *Courier*, do que é possível supor que tenham sido as duas fontes principais a propósito do assunto, além da indispensável percepção obtida por eles no convívio, público e privado, seja com ingleses ou com outros estrangeiros, ou mesmo do acompanhamento, em pessoa, de sessões do Parlamento e outros eventos públicos. No entanto, é certo que a leitura da imprensa periódica local consistia em dever funcional cotidiano dos membros da missão e os informes ao Rio expressam esse fato de modo muito evidente, pois os periódicos são mencionados com frequência, a título de atestarem ideias e acontecimentos.

No ofício político seguinte em que o tema aparece, datado de 6 de abril de 1831, o texto apresenta um outro agente importante nas tensões em curso: o novo rei William IV. Seu apoio à reforma representava, de fato, uma novidade, uma vez que todos os monarcas anteriores foram anti-liberais, anti-*whigs* e contrários a uma ampla reforma parlamentar. Porém, se conforme os diplomatas expuseram ao Rio, o gabinete encontrou-se diante da necessidade de levar à frente uma reforma, em virtude das pressões externas, é lícito supor que o monarca viu-se ainda mais obrigado a manifestar-se nessa direção. O texto é como o que se segue:

No dia 21 de março ultimo teve com effeito lugar a segunda leitura do Bill da Reforma Parlamentar, e procedendo-se á votação houve a favor do Ministerio a maioria de um só voto.

Isto, que em tempos ordinarios seria considerado como a mais solemne derrota ministerial, passou então por muito assinalado triunfo, e agora parece quasi certo que os Ministros levárão avante aquella importante medida, a favor da qual tem-se hoje declarado muitas desses mesmos membros da Casa dos Communs que votaram contra a segunda leitura. El Rei é um dos mais affincados reformadores, e tanto, que despedio do serviço da Sua Casa varios deputados que se mostraram desaffectedos á medida em questão.

As tensões no Parlamento continuam a aparecer nos ofícios seguintes, a exemplo do ofício do de 20 de abril de 1831, em que a comunicação dizia poder o Ministério alterar o projeto original, o que favoreceria a oposição *tory*, já que não seria possível evitar sua aprovação, em razão do temor das ruas:

O Ministerio declarou a pouco estar resolvido a fazer algumas alteraçoes no seu plano primitivo, e mostrando assim que o dito plano ha [de se dar] imperfeitamente concebido e meditado, elle mesmo deo contra si poderosas armas aos antireformadores, como ja se vio nas ultimas sessoens da Casa dos Communs. Apesar disso porem cré-se que esta medida vital será levada a salvo pelo meio das immensas difficuldades que [ainda] a [ameaçam] na Camara baixa, e que tem de ser talvez maiores na Casa dos Lords.

No informe seguinte, contudo, de 04 de maio, é possível identificar uma forma de participação política e de expressão cultural de alta importância para a

pesquisa, em razão da sua modernidade. No documento, fez-se referência à chamada “iluminação geral” de Londres, ocorrida na noite de 27 de abril, ou seja, a cerca de uma semana antes da data do informe ao Rio.

Cumprir introduzir que, no dia 22 de abril, com o objetivo de demonstrar sua vontade em dar seguimento à tramitação favorável da reforma, o rei William IV dissolveu o Parlamento e convocou novas eleições. No sistema monárquico britânico, a dissolução do Parlamento e a subsequente convocação de eleições representava um instrumento de verificação, junto aos cidadãos, de determinada política do Ministério, sobretudo as de grande polêmica. Caso os eleitores não estivessem de acordo com a política em curso, elegeriam, em tese, os opositores da então administração, alterando os planos do governo e, por outro lado, caso ainda concordassem, elegeriam os mesmos representantes, mantendo a administração e a sua política. No informe de 4 de maio, encontra-se o seguinte:

Depois que tive a honra de dirigir a V. Exa. o meu officio n. 49 e no decurso dos debates sobre a Bill da Reforma Parlamentar, foi o Ministerio Britannico duas vezes batido na Casa dos Communs, onde se decedio contra a redução por elle intentada no numero dos membros da referida Casa, e a favor do adiamento dos mesmos debates, quando o Governo mais se oppunha a semelhante adiamento. O resultado de tam importantes decisioens nao podia deixar de ser, ou a prompta dissolucao do Parlamento, ou a resignacao dos Ministros, e consequentemente a queda do Bill e uma infallivel revolução. A primeira destas duas alternativas foi preferida á outra.

Segundo o texto, estavam colocadas duas alternativas: uma dissolução do Parlamento, o que significaria a reconfiguração de deputados na Câmara baixa, podendo ou não fortalecer os reformadores, a depender do resultado eleitoral; ou a queda do gabinete, o que significaria, segundo a percepção dos diplomatas do Brasil, a eclosão não mais de comoções violentas ou movimentos populares, mas sim de uma “*infallível revolução*”, o que demonstra um aprofundamento das tensões sociais externas ao Parlamento, imediatamente captadas pelos diplomatas.

Nota-se que o argumento dos diplomatas brasileiros caminha na direção de apresentar as dificuldades que a tramitação do projeto vinha sofrendo no âmbito parlamentar, em razão da forte oposição *tory*, ao passo que:

O espirito publico assim de Londres como do resto do Reino é decididamente a favor da reforma e a popularidade de El Rei cresceu de ponto depois da dissolução do Parlamento. Para solemnizar este facto houve aqui uma iluminação geral no dia 27 (...).

Cabe introduzir que a “iluminação” ou “iluminação geral” consistia em iluminar diferentes pontos de um determinado espaço, criando assim um efeito de aclaramento em conjunto. Esse fenômeno é favorecido quando existe certa proximidade entre os diversos pontos alumeados e, por tal razão, foi uma forma de manifestação cultural típica do meio urbano, no período anterior ao uso ostensivo da eletricidade na iluminação pública e privada.

A iluminação podia ser feita em lugares específicos da cidade, a exemplo de um porto, um teatro ou uma praça ou podia ser pretensamente mais “geral”, i.e., a iluminação e decoração de fachadas e janelas das residências todas, de edifícios comerciais, prédios e espaços públicos, árvores, coches e até mesmo de pessoas e animais. Com as luminárias, era comum que fossem afixadas nas fachadas e janelas dos imóveis, placas, faixas estandartes, símbolos ou letreiros.

Cabe acrescentar que lâmpadas e candeeiros tinham como combustível o azeite de peixe nessa época, por exemplo, que, se cotidianamente deviam emitir um forte odor, quando acessas em um conjunto muito amplo de lugares e pontos no espaço urbano, o cheiro intensificava-se ainda mais.

A realização desse tipo de evento podia ter como motivo a comemoração de datas festivas, como aniversário de um soberano, ou religiosas, como alguma data especial do calendário eclesiástico. Outrossim, no período entre o século XVIII e o século XIX, conforme uma maior liberdade de expressão foi sendo adquirida em cada território, o evento da iluminação passou a ser motivado por teor político-partidário específico. Esse é o caso da iluminação de Londres no dia 27 de abril de 1831.

Ademais, cabe acrescentar que o evento da “iluminação” como uma forma de manifestação cultural típica do período anterior ao uso da eletrificação, não era expressão desconhecida no Brasil, muito pelo contrário. Desde o período colonial,

encontram-se registros do fenômeno em diversas localidades do Brasil e que, não raro, ocorriam por vários dias consecutivos, conforme a determinação da corte.

No caso específico do dia 27 de abril de 1831 em Londres, a expectativa da dita iluminação geral por parte dos organizadores era demonstrar aos opositores da reforma o apoio à aprovação por parte das camadas altas e médias da sociedade, que ganhariam nova representatividade política com a proposta de extensão do voto. A expectativa dos propugnadores do projeto era a de que, com as novas eleições que se seguiriam, precedida pela “grande iluminação geral de Londres”, um número maior de deputados favoráveis à causa fossem eleitos, de modo a facilitar a aprovação do projeto e assim evitar uma revolução.

Porém, no entendimento dos membros da missão do Brasil, o evento consistiu em solenizar duas circunstâncias: tanto o apoio do rei William IV à reforma e o aumento da sua popularidade em razão disso, bem como o apoio do chamado “espírito público” à reforma e ao novo monarca, um vínculo que possivelmente afastaria a alternativa não só do receado movimento popular, mas da “*infalível revolução*”. Outra vez revela-se uma oposição entre Parlamento e as ruas (expressa na fórmula de uma revolução e não mais de um movimento popular), em conotação negativa, ao passo que a oposição entre os anti-reformadores e o “espírito público” e o “resto do reino” é apresentada de forma positiva.

O evento de 27 de abril teve o apoio do primeiro-ministro *whig* Charles Grey, do gabinete ministerial, dos deputados da situação na Câmara baixa e do prefeito de Londres, o também *whig* John Key. A iluminação geral de Londres foi promovida apenas na “boa” região da cidade, Westminster, Marylebone, Mayfair, Regent’s Park (local onde se situava a missão diplomática do Brasil), i.e., foi realizada no chamado West End. Isso pode ajudar a compreender que existia uma expectativa sobre quais setores da sociedade participariam do evento. Esperava-se a participação dos apoiadores da reforma entre as camadas altas e médias da sociedade londrina que residiam nesses espaços.

Foram decorados com lâmpadas e emblemas as fachadas do edifício da prefeitura, de parcela do comércio, escritórios de bancos, de jornais, de teatros, a

zona portuária e os barcos no Tâmesa, as principais vias da região, a exemplo da Strand, Fleet Street, Regent`s Street e os principais parques e praças e locais de divertimentos, como Hyde Park, Leicester Square e Covent Garden. Além disso, foram iluminadas as fachadas das residências dos apoiadores da reforma. Até mesmo coches, seges e carruagens, cavalos e árvores não escaparam de carregarem luminárias de tipos e tamanhos diversos, assim como outras formas de decoração. Chegou ao fato pitoresco de, conforme um periódico da época, um indivíduo andar com “*seis luminárias presas em seu chapéu*”.

No entanto, por outro lado, as residências de pessoas contrárias à reforma, em geral, aristocratas *tories*, que não iluminaram as suas fachadas, foram atacadas pela população e tiveram as janelas quebradas. Grupos andavam pelas ruas do West End, cantando o hino nacional e, ao depararem-se com imóveis que não haviam decorado a fachada, atacavam-no com o que houvesse à disposição, sobretudo as pedras do calçamento. No dia anterior, sem sucesso, parlamentares conservadores tentaram impedir que a iluminação fosse realizada.

Para se formar uma ideia da dimensão dos conflitos que ocorreram na noite do dia 27 de abril, vale mencionar que a Apsley House, Hyde Park Corner, a mansão em que residia Arthur Wellesley (duque de Wellington), veterano militar, herói nacional da Batalha de Waterloo, político *tory*, o ex-primeiro-ministro, sofreu uma “*chuva de pedras*”, conforme relata o *London Star*, que noticiou o mesmo para a residência de Robert Peel, político *tory*¹⁹².

Na noite de 27 de abril de 1831, a burguesia londrina, conquanto tenha promovido o evento, não previu a eclosão de uma verdadeira revolta popular. Ao se observar a imprensa periódica da época, bem como a menção da legação do Brasil, por exemplo, à “populaça” percorrendo as ruas, intimidando e quebrando janelas de residências em novos e modernos bairros burgueses (como o entorno do Regent`s Park) ou, conforme os jornais, em pontos centrais da velha aristocracia inglesa (onde residia o Arthur Wellesley), é possível afirmar que o evento da iluminação geral adquiriu características distintas das expectativas da burguesia liberal *whig*.

¹⁹² *London Star*, 28 apr., 1831.

A festa de iluminação à noite teve a participação de elementos radicais das baixas classes médias e das classes trabalhadoras locais. E, como é presumível, pelas camadas mais marginalizadas também, que à época residiam nos cortiços nas áreas pobres de Londres e não nos bairros em que a festa ocorria. Como foi notado pelos contemporâneos, o evento adquiriu características de uma revolta popular de grandes proporções. Contudo, supõe-se que os anseios dessas camadas mais baixas da população, quebrando janelas da aristocracia e da alta burguesia, não fosse apenas uma reforma no número de cadeiras da Câmara dos Comuns. Adveio possivelmente do sentimento das péssimas condições de vida e de trabalho no contexto do capitalismo industrial na Inglaterra.

As sedes das representações diplomáticas não foram poupadas da ameaça de terem os vidros apedrejados pelo povo na rua. Conforme observou Melo Matos ao Rio:

... segundo os costumes em tais occasioens, não ficou vidro inteiro nas janellas de algumas pessoas que recusaram illuminar suas cazas, mormente na dos membros e partidistas da ultima administração [*tory*]. Vários Ministros estrangeiros viram-se na indispensável necessidade de por tambem luminarias...

E completa:

...mas eu escapei, si bem que estava preparado para ceder á mais leve intimação que me dirigisse a populaça, o que felizmente não aconteceu.

Destaca-se que Melo Matos, além de informar à secretaria a propósito de sua timidez diante da “*mais leve*” intimidação, o que é justificável pela violência do contexto, na qualidade de diplomata, está sim prestando conta da possibilidade de ser obrigado a iluminar a legação do Brasil, face à desconfiança da população nas ruas de que aquela residência seria a de um opositor da Reforma. Isso significaria, na sua condição de agente estrangeiro, tomar, ainda que por alguns instantes, partido, de fato, na política interna local, ferindo o princípio da não-intervenção em negócios internos do país acreditante.

É importante mencionar que os elementos característicos da iluminação de Londres que possivelmente chamaram a atenção dos membros da missão, ao ponto de procurarem informá-lo à secretaria no Rio de Janeiro, foi precisamente sua dimensão radical nas ruas e o temor de um processo revolucionário.

Ao procurar identificar as ideologias da Reforma, Derek Fraser observou que: “The translation of that ideology [da Reforma], or at least parts of it, into political reality involved the mechanics of political change and the tactical consideration of how best to organise extra-Parliamentary activity.”. A iluminação geral de Londres consistiu precisamente em uma expressão dessa “atividade extraparlamentar”,¹⁹³ que inesperadamente adquiriu caráter popular e violento.¹⁹⁴ O mesmo informe do dia 4 de maio ainda traz o seguinte conteúdo a respeito das eleições que se seguiriam:

Até hoje a macula de antireformador tem excluído da representação nacional alguns indeviduos [sic] que nella haviam já entrado, ou pertenderam entrar pela primeira vez. Entretanto, a Aristocracia não se poupa trabalho nem despesas a fim de contraminar os planos ministeriaes na presente conjunctura e por ora é sobremaneira difficil aventurar um juiso á cerca [sic] do lado para o qual penderá a balança no fim das eleições.

Destaca-se que os diplomatas brasileiros fizeram emprego pela primeira vez do termo “aristocracia” para se referirem aos opositores da reforma. Nesse sentido, ao se observar as imagens contrapostas nos argumentos dos informes até aquele momento, verifica-se que, à medida que eles se colocavam a favor da reforma, não tinham identificação com a posição da dita aristocracia, contrária ao projeto, bem como não tinham identificação com a dita população nas ruas de Londres, durante o evento da iluminação geral. Isso reforça a tese de que eles

¹⁹³ FRASER, Derek. The Agitation for Parliamentary Reform. In.: WARD, J. T. Popular Movements, c. 1830-1850. London: Macmillian Press Ltd., 1993. p-31-51. Problems in focus series. (First published 1970).

¹⁹⁴ O teor político partidário específico do fenômeno da iluminação da cidade e da participação das massas populares nas ruas, quebrando janelas, não é particular dos anos 1830, em Londres, e sim do período maior da *Era das Revoluções*. Para exemplificar, pode-se mencionar o ocorrido em Dublin, Irlanda, em 1799, em que a massa quebrou as janelas dos “anti-unionists” durante a iluminação geral (Cf. Kelly, James, Popular politics in Ireland and the Act of Union. In: *Transactions of the Royal Historical Society* (Cambridge University Press), vol. 10, 2000, p. 271).

estavam manifestando opiniões em consonância com os argumentos de uma burguesia liberal *whig*.

Vale aqui exceder ao tema da reforma para dizer que, em junho de 1831, chegou a Londres a notícia da “revolução de 7 de Abril”, no Brasil (a abdicação de Pedro I). O acontecimento foi recebido pelos diplomatas brasileiros sem muita surpresa, por causa do que consideravam ser a conduta de Pedro I e do contexto de mudanças radicais do período, a exemplo da revolução de julho de 1830 na França e das tensões sociais em torno da reforma na Grã-Bretanha.

O fato tomou parte das atividades dos diplomatas por cerca de dez dias, quando, em 22 de junho, respondem à corte sobre as notícia que haviam sido publicadas e sobre as conferências que tiveram com o secretário de Estado, Henry John Temple (Palmerston), a respeito do tema¹⁹⁵. No mês seguinte, em julho, Miguel Maria Lisboa regressou ao Rio a pedido do pai, voltando para a legação apenas em junho de 1832. Portanto, ele não presenciou os acontecimentos seguintes referentes ao Ato de Reforma.

No informe de 5 de julho de 1831, em que novamente o tema da reforma aparece, a legação brasileira informava outra vez a respeito do receio da eclosão de “*uma revolução desastrosa neste Payz*”. O informe seguinte, de 3 de agosto, expressa que nada havia mudado desde a última comunicação, indicando que a oposição na Câmara baixa, na medida em que impediam o andamento do projeto, ocasionava uma agitação na sociedade. Já o informe seguinte, de 7 de setembro, resume bem o impasse:

O vagar com que se vai discutindo na Casa dos Communs o *Bill* da Reforma começa a impacientar a nação inglesa; e o proprio Ministerio, autor daquela medida e por isso outrora tam popular, já não escapa á censura que no principio carregava toda sobre os seus opposentes. Em verdade o que uns merecem pelo seu reconhecido ódio à reforma, é devido aos outros pela pusilanimidade e inconstancia com que a promovem. Deste modo a Casa dos Lords tem tido tempo sobejo para organizar e consolidar o mais terrivel systema de hostilidades contra a medida em questão, e hoje parece quasi infallivel que ou o *Bill* não passará ali, ou será por tal maneira estropeado que a tanto monte a sua adopção.

¹⁹⁵ BIAGGI, Marcus Vinicius Correia. *op. cit.* p. 3-5.

Segundo o texto, enquanto o projeto não vinha sendo defendido pelos *whigs* de maneira adequada, a oposição *tory*, na impossibilidade de derrotá-lo, procurava modificá-lo e descaracterizá-lo significativamente. Tais modificações no projeto viriam, ao mesmo tempo, a satisfazer as expectativas de reforma e conservar privilégios da aristocracia.

Ademais, aqui a ideia de “nação” não é representada como na iminência de romper em direção a quaisquer movimentos populares ou revoluções, mas está identificada com a chamada “opinião pública”, i.e., com os eleitores reformadores e ordeiros, os membros das classes médias e altas que seriam beneficiados pela extensão do privilégio do voto, bem como a imprensa liberal, que era fiadora do triunfo do Ministério, conforme se viu anteriormente.

No informe de 21 de setembro de 1831, a legação brasileira comunicava à secretaria no Rio, que a reforma havia sido aprovada na Câmara baixa. Outra vez verifica-se a convicção de que se a reforma fosse aprovada na Câmara alta, seria modificada no seu plano original, de modo a tornar-se irreconhecível pelos proponentes. Quando o projeto foi para discussão na Casa dos Lordes, a missão do Brasil escreveu o seguinte informe, datado de 5 de outubro:

O *Bill* da reforma acha-se presentemente em discussão na Casa dos Lords, onde parece fora de duvida que será regeitado. Quanto á conducta provavel do actual Ministerio no caso peor, ha diversas opinioens. Dizem uns que elle se demittirá todo, exceptuando Lord Brougham, e até apontam já o Duque de Richmond como designado successor de Lord Grey. Outro porem affirmam que longe de querer demittir-se, os Ministros estão resolvidos a prorogar o Parlamento, e a levar outra vez o *Bill* á Casa dos Communs, a fim de fazel-o passar de novo ali, e de preparar-lhe igual resultado na Camara alta, por meio da criação de tantos novos Pares quantos forem necessarios para que a balança dos votos penda em seu favor. E isto é o que parece mais verosimil. Entretanto, consta que se tem tomado medidas para reprimir qualquer tentativa revolucionaria que possa seguir-se á regeição ou mutilação do *Bill* e o espirito publico fica tam agitado como se collige da fluctuação que os fundos inglezes tem experimentado nestes ultimos dias.

Verifica-se que, ao contrário das expectativas anunciadas nos primeiros informes, a demissão da administração *whig* não se configurava mais como uma possibilidade plausível. Pelo contrário, uma vez aprovada a reforma na Câmara dos Comuns, o Ministério manifestava a disposição de procurar aprovar a medida na Câmara dos Lordes, por meio da criação de novos pares. Isso significa, na verdade, que o rei William IV, utilizando-se da sua prerrogativa no regime monárquico britânico à época, teria que autorizar a nomeação de novos membros para a Câmara alta, alterando a proporção entre membros defensores e opositores do projeto.

Se a solução apresentada pelos *tories* passava pela alteração substantiva do projeto e a solução da situação *whig* passava pela criação de novos membros na Câmara dos Lordes, nas ruas, segundo o ofício, “*consta que se tem tomado medidas para reprimir qualquer tentativa revolucionaria*”.

Pela primeira vez, a legação do Brasil introduzia um elemento econômico importante do processo. Como consequência da “agitação do espírito público”, causado pela morosidade da tramitação no Parlamento, os “fundos ingleses” oscilavam. Por traz desse fato, é possível identificar que as discussões sobre a reforma passavam também a afetar os financistas da City de Londres.

No ofício seguinte, de 19 de outubro, permanece o que os diplomatas do Brasil classificam como uma “*crise*”, representada sempre pela possibilidade de não aprovação da reforma parlamentar, a consequente demissão do Ministério e uma inevitável revolução popular disso decorrente. No dia 7 daquele mês, a oposição *tory* conseguira que a discussão do projeto de lei deixasse a pauta na Câmara alta pelos seis meses seguintes. Segundo a legação: “*Esperava-se que depois de semelhante derrota, o primeiro se demittisse immediatamente, e a segunda rompesse nos maiores excessos revolucionarios. Mas nem uma nem outra cousa succedeo.*”.

A dimensão da crise era tal que a missão do Brasil informava “*que bem pouco será preciso para por o povo em armas contra nobres e padres*”, apontando um desenvolvimento ainda mais radical da situação e indicando um outro agente das tensões sociais em curso, o clero, que possivelmente colocava-se contra a

reforma ou, ao menos, eram identificados assim pelos liberais. No dia 20 de outubro, o Parlamento britânico foi encerrado, sem a resolução do ato tão polêmico.

Por fim, cabe acrescentar dois informes sobre a reforma, escritos no período em que o Parlamento encontrava-se em recesso e que evidenciam o aprofundamento da crise política na Grã-Bretanha, bem como o aparecimento do caráter moderno de formas de participação política urbana à época. Depois de participar à secretaria a cerimônia de encerramento do Parlamento, o ofício político, de 2 de novembro de 1831, trouxe ainda o seguinte à secretaria no Rio de Janeiro:

O espirito publico nesta Capital acha-se presentemente muito menos exaltado; outro tanto porem não acontece no interior do Payz, e em Bristol sobretudo fica reinando a mais terrivel anarquia, como V. Exa. verá do *Times* e do *Courier* destes ultimos dias.

O documento faz referência ao arrefecimento da agitação em Londres, ao passo que informava que em Bristol “*fica reinando a mais terrível anarquia*”. O texto faz alusão aos fatos ocorridos a partir do dia 29 de outubro na cidade de Bristol e que consiste em uma das maiores revoltas urbanas da história da Inglaterra.¹⁹⁶

Foram três dias em que manifestantes destruíram mais de quarenta imóveis, entre escritórios, armazéns e residências, incluindo os prédios da prefeitura e do judiciário e a casa do bispo, e libertaram prisioneiros das cadeias. A revolta deixou alguns mortos, mais de cem feridos, cento e oitenta presos, alguns condenados à pena de morte. Tais fatos repercutiram não só na imprensa de Londres, mas até na diplomacia brasileira, chegando, aliás, ao Rio. O acontecimento foi de tal dimensão que se tornou impossível aos agentes do Brasil negligenciarem-no na comunicação.

¹⁹⁶ Conforme apontou George Rudé, a Revolta de Bristol de 1831 “*It was the last great urban riot in English history.*” RUDÉ, George. English rural and urban disturbances on the Eve of the First Reform Bill, 1830-1831. In.: *Past & Present*, n. 37, jul 1967. p. 98.

Quatorze dias depois dessa informação, que era expedida com jornais locais em anexo, que descreviam os fatos em detalhes, em 16 de novembro de 1831, a missão escreveu o seguinte informe político para a secretaria no Rio:

Havendo sido fixada para o dia 7 do corrente uma reunião das classes trabalhadoras desta Capital, a fim de tomarem certas deliberações sobre objectos mais ou menos connexos com a questão da reforma parlamentar, e receando o Governo, com toda razão, mui funestas consequências de semelhante ajuntamento, declarou-o ilegal, depois de haver adoptado as medidas convenientes em ordem a impedir que os mal intencionados se prevalecessem de tam favoravel oportunidade para repetirem aqui as recentes e terriveis scenas de Bristol. Felizmente passou-se o memoravel dia 7, e eis-nos chegado ao de hoje, sem que a tranquillidade publica haja soffrido o menor disturbio. Tudo porem annuncia que essa tranquillidade é sobremaneira precaria, e o Ministerio ver-se-ha talvez na necessidade de convocar o Parlamento muito mais cedo do que pretendia, para decidir-se quanto antes essa cançada questão da reforma, que traz os espiritos em constante agitação.

Tal como a anterior, essa peça consiste em material de alta relevância para a pesquisa, porque nela se identifica a menção à chamada “reuniões das classes trabalhadoras”. O informe se refere ao evento que à época ficou conhecido como “Meeting at White House Conduit”. No dia 7 de novembro de 1831, havia sido convocado, pelo National Union of the Working Classes of the Metropolis, um “meeting” para a frente de uma taverna londrina de nome White Conduit House, localizada no bairro de Islington, no norte da cidade. O evento teve ampla repercussão, de modo que, tal como o anterior, não foi permitido aos diplomatas o negligenciarem na comunicação ao Rio de Janeiro.

O objetivo da manifestação fora exposto em uma declaração, afixada pelos membros da organização em diversos muros da cidade nos dias anteriores ao evento. Os dois tópicos principais de reivindicações (que, segundo a legação do Brasil, eram “*objectos mais ou menos connexos com a questão da reforma parlamentar*”) consistiam no fim dos privilégios por hereditariedade e no voto em urna e sem critério censitário.

Identifica-se tal movimento como um dos precursores do chamado movimento cartista, cujo aparecimento é datado a partir 1837. Entretanto, sob a

ameaça de acusação por alta traição e sedição e considerando que os magistrados haviam proibido a reunião, o governo procurou reunir-se com dirigentes do referido sindicato, sugerindo a não realização do evento. Como atestam os jornais da época, seguiu-se daí uma assembleia interna da associação com vistas a decidirem, por meio de amplo debate e voto de delegados eleitos, se adiariam ou não a manifestação. Mesmo com divergências entre os vários participantes da discussão, descrita pela imprensa da época em detalhes, resolveram adiar o encontro, alegando o receio da ação de provocadores e da subsequente repressão policial.

Outra vez a ideia de “classe” aparece nos informes da missão do Brasil, como o adjetivo de “trabalhadora” e em sentido negativo, de modo diferente das conotações anteriormente atribuídas à ideia de classe como adjetivo para “manufatureira” ou “agrícola”. Conforme observaram os agentes brasileiros, “*com toda razão*”, o evento foi declarado ilegal, comparando possíveis consequências aos acontecimentos de Bristol.

Ainda que as alusões feitas pela legação do Brasil a esse tipo de reunião tenham sido bastante escassas, não deixam de ser importantes, por repercutirem a formação do movimento operário na Inglaterra, na diplomacia brasileira e na corte do Rio à época.

4.2. Informes sobre o Ato de Reforma (dezembro de 1831 – junho de 1832)

O Parlamento foi reaberto no dia 6 de dezembro de 1831 e, uma vez encerrado sem a aprovação da reforma em outubro daquele ano, o projeto de reforma teria que ser novamente introduzido e votado na Câmara dos Comuns, aprovado, para, em seguida, ser encaminhado outra vez à Câmara dos Lordes. No dia seguinte, 7 de dezembro, o ofício político da missão do Brasil informava o seguinte ao Rio:

Na Camara baixa o mesmo Lord J. Russel, que na Sessão passada introduzio o malfadado Bill da Reforma, annunciou para 12 do corrente a apparição do dito Bill, ou cousa que o valha. Espera-se em fim que a presente Sessão seja muito mais tormentosa que a derradeira, e muita gente cré que ainda desta vez os Ministros não conseguirão a reforma que pretendem na Representação Nacional, salvo se adherirem ás alteraçoes propostas pelos chamados reformadores moderados, que nada menos querem do que a continuação do actual estado das cousas. Cedo porem veremos quem triunfa.”

Em primeiro lugar, no documento destaca-se a expressão “*ou cousa que o valha*”, quando a missão brasileira informava para a Secretaria de Estado que o projeto de lei seria novamente apresentado à Câmara baixa por J. Russel. Isso significa que o novo projeto estava modificado em relação ao primeiro projeto, representando uma primeira vitória dos setores conservadores sobre a reforma. Com efeito, no texto aparece, pela primeira vez, a expressão “reformadores moderados”, para se referir aos parlamentares que procuravam uma reforma, embora modificada em relação ao projeto inicial. Isso porque, como se viu, sua desaprovação poderia ocasionar a eclosão de um processo revolucionário na Grã-Bretanha. Por essa razão, os diplomatas brasileiros mencionam que esses novos setores “*nada menos querem do que a continuação do actual estado de cousas*”.

Depois dos feriados de natal e de final de ano, quando inicia o ano de 1832, um ofício político, do dia 4 de janeiro, deu conta ao Rio da situação mais abrangente da Grã-Bretanha naquele contexto. Dizia o documento nada menos que :

Neste payz quasi que se não passa uma semana sem derramamento de sangue, destruição de propriedades particulares, e outras scenas precursoras, ou companheiras da guerra civil.

Ora, é possível verificar que desde os primeiros informes sobre o ato de reforma, a crise política na Grã-Bretanha, segundo a percepção dos diplomatas brasileiros, desenvolveu-se do receio de “movimentos populares” ao temor de uma “infalível revolução” para o anúncio de uma verdadeira “guerra civil”. Vale se estender na transcrição desse informe, porque, logo em seguida ao relato sobre a

Inglaterra, o texto prossegue com uma referência explícita à situação revolucionária na França, o que demonstra que os acontecimentos franceses eram referência no debate política londrino:

Na França, tudo parece fora dos seus eixos, e por mais que se diga, entendo que a revolução de julho de 1830 agora é que se vai ali desenvolvendo.

Nenhum informe até o momento conseguiu responder se os membros da missão diplomática do Brasil assistiram presencialmente a sessões do Parlamento britânico sobre o tema. É certo que eles se informavam pelos jornais locais, conforme o dever funcional deles, mas o informe político seguinte, de 8 de fevereiro de 1832, pode atestar que conversas verbais com terceiros também consistiam em fonte de informação para eles:

A discussão do Bill da Reforma vai seguindo mui lentamente na Casa dos Communs. A opposição não cessa de lhe pôr embaraços. Entretanto ninguém duvida, que elle passe ali, assim como já succedeo já uma vez. O grande caso é com a Casa dos Lords. Geralmente se crê que não pode tardar a tam espera criação de novos Pares, medida esta mui recommendada pelo Ministerio. Mas consta-me de boa parte que El Rei não pertende lançar mão de semelhante expediente si não depois que o Bill entrar em discussão na Camara alta, que é quando se pode bem avaliar o espirito de que ella se acha animada. Mas isto talvez não se verifique antes de 10 ou 15 do proximo mez de março.

As desordens da Irlanda continuám, e com rasão assustam este Governo.

Houve já uma mudança parcial no actual Ministerio, e creio que bem cedo se pode esperar que ella seja completa. A Reforma o decidirá. Si for repellida, ou ainda mesmo si passar em ultima instancia com as alteraçoes que propoem os seus inimigos, então é impossivel que Lord Grey se conserve á testa da Administração, e que esta deve dismantelar-se.

“Mas consta-me de boa parte que...” é uma expressão que permite afirmar que tais conversas verbais com políticos, ministro, o corpo diplomático estrangeiros e outros (no caso, alguém com acesso próximo ao próprio monarca) configuravam-se como fonte para os diplomatas sobre os assuntos transmitidos ao Rio de Janeiro.

Outrossim, a comunicação informava sobre a queda de alguns ministros, que, junto com as modificações apresentadas no novo projeto, configuram-se como os primeiros sinais de derrota e enfraquecimento da administração *whig*. Apontava ainda o documento que uma tramitação favorável ao projeto é que iria decidir se o primeiro-ministro *whig* Charles Grey permaneceria à frente do governo ou se ele e seu Ministério cairiam. Além disso, expunha claramente que as alterações propostas na reforma partiam de seus “inimigos”, seguramente os opositores *tories*.

No informe seguinte, de 7 de março de 1832, quando o projeto ainda não tinha sido novamente apresentado à Câmara dos Lordes, o ofício da missão do Brasil anunciava apenas que “*A Irlanda continua do mesmo modo inquieta*”. Já no ofício de 22 de março de 1832, falava-se em “*interminaveis discussões*” e que:

O Parlamento havia decretado que o dia de hontem fosse guardado como santo, e de jejum universal, por motivo do terrivel flagello que a Divina Providencia faz pesar sobre este Payz [a cólera], e assim aconteceu. Mas em lugar de penitencia estivemos a ponto de presenciar graves desordens, que seriam inevitaveis, sem a vigilancia e actividade da Policia, a qual difficilmente conseguiu dispersar muitos e numerosos grupos de população mal disposta. Hoje fica tudo tranquillo.

Tal como a situação no Parlamento, nas ruas a situação também evoluiu. Percebe-se a introdução de um outro agente nas tensões sociais em curso: a polícia. Vale mencionar que a criação de uma moderna polícia em Londres era um fenômeno basatnte recente. Em setembro de 1829, havia sido aprovada no Parlamento a criação de uma “*new police*”, que passava a patrulhar as ruas de Westminster e de outras paróquias da metrópole de Londres.

No informe datado de 4 de abril de 1832, os funcionários da legação do Brasil diziam que o ato de reforma havia passado para a Câmara dos Lordes. O interessante nesse informe é que apresenta dois posicionamentos distintos na referida câmara. O primeiro dizia respeito aos lordes chamados “convertidos”, que, segundo o texto, a partir das modificações no projeto de reforma, passaram a defender sua aprovação, sem outras mudanças, ao passo que outros lordes estavam “*persuadidos de que a reforma proposta agora é mais rasoavel que a outra*”, mas

que mesmo assim necessitava de mais alterações. Ademais, o ofício apontava que talvez não fosse mais preciso ao Ministério propor a criação de novos pares na Câmara alta.

No informe seguinte, de 18 de abril de 1832, informava-se ao Rio que havia sido “*aprovado o principio do dito Bill*” ou, conforme já fora mencionado “*cousa que o valha*”. Mas, alertava o informe que :

Outra campanha não menos importante o espera no Committee, onde as clausulas do Bill vão ser discutidas uma por uma, e talvez tam alteradas que tenham de voltar aos Communs. É porem muito provavel que Lord Grey trate de evitar esta catastrophe, usando do Beneplacito que tem d’El Rei, para a criação de novos Pares, cuja lista espera-se que brevemente seja publicada.

Após esse documento, apenas outros dois trataram do Ato de Reforma, o ofício do dia 15 de maio e o ofício do dia 4 de junho, quando definitivamente a reforma parlamentar foi aprovada na Câmara alta. No primeiro dos documentos, os diplomatas brasileiros expuseram que começaria a discussão da reforma no comitê da Câmara dos Lordes, o que se configurava como uma espécie de manobra parlamentar dos *tories* que colocava o projeto em risco outra vez. Segundo o texto:

A primeira sessão do Parlamento depois das ferias de Pascoa teve lugar a 7 do corrente. Então devia começar a discussão do Bill de Reforma no Committee da Casa dos Lords. Antes disse propoz Lord Lindhurst que se alterasse a ordem de varias clausulas do dito Bill, discutindo-se aquellas que concediam a certos districtos o direito de serem representados na Casa dos Communs, antes das que iam privar ou restringir no uso desse direito outros lugares, que até hoje, bem ou mal, o haviam gosado. Esta marcha, posto que aparentemente de mera forma, foi olhada pelo lado ministerial da Casa, como precursora da queda do Bill, ou de modificaçoens equivalentes. Houve por tanto um renhido debate; mas sendo posta a votos a moção de Lord Lindhurst, passou por uã maioria de 35. Em taes termos pedio Lord Grey e obteve o adiamento da discussão até o dia 10.

O relato, mais detalhado, apresentava os últimos dias de discussão do ato nos comitês, mas não deixou de apresentar a situação fora do Parlamento, tal como os demais documentos. Em razão do risco de alterações profundas por que poderia passar o projeto na comissão da Câmara alta e uma vez aprovados seus princípios

no plenário, no dia 8, o Ministério pediu ao rei a criação de novos pares ou a demissão. O monarca aceitou a última opção.

No dia 10, uma comissão da Câmara dos Comuns foi pedir ao monarca que fossem chamados para compor o novo Ministério “*homens capazes de salvar na outra Casa a importante Lei da Reforma*”. O texto da missão do Brasil dizia ainda que o *tory* Artur Wellesley, o mesmo a quem a população atacara na iluminação geral, sucederia o *whig* Charles Grey como primeiro-ministro e que Aberdeen substituiria Henry John Temple (Palmerston) como ministro das Relações Exteriores e que:

As outras pastas ainda estão vagas. Sir R. Peel não quiz fazer parte da nova administração. Entretanto continua o expediente ordinario a cargo da outra. Esta porem não trata de objecto algum fora daquelle circulo, de maneira que a oito dias, pode-se dizer que o Corpo diplomatico não tem a quem dirigir-se. Todo elle sente a perda de Lord Palmerston, cujas maneiras polidas e conciliadoras o tornavam realmente estimavel na sua repartição.

Por fim, vale destacar que o informe termina descrevendo a situação fora do Parlamento:

Quanto ao estado deste Payz, depois do dia 9, é-me impossivel descrevel-o. Em toda parte reina a maior agitação. Tem havido muitos conciliabulos populares, e nesses quem já lembrasse a propriedade de não pagar tributos de qualidade alguma, e de requerer á Casa dos Communs, que não vote as sommas necessarias para as despesas do Estado, enquanto não houver reforma na representação nacional. Do presente estado de cousas ao revolucionario, a distancia parece bem curta.

O proprio Rei, ainda a pouco um dos mais populares do Mundo, é hoje maltratado publicamente. Eu o vi sabbado passado dirigir-se ao seu palacio de S. James, no meio de assobiadas e de toda sorte de indecentes demonstrações de malovelencia da parte de um povo que antes adorava-o.

Mais ainda do que ao Rei, é a opinião pública desfavoravel á Rainha, aos Principes (exceptuando o Duque de Sussex) e Princesas da Familia Real, e aos Fitzclarences, filhos naturaes do Soberano, havidos todos por inimigos da reforma, e causadores da mudança ocorrida nos sentimentos de S. M., si tal mudança existe.

No informe seguinte, de 4 de junho de 1832, a missão cita ao Rio apenas que o Ato de Reforma passou pela Câmara dos Lordes e o assunto não retorna mais aos informes políticos.

Como se procurou demonstrar, a narrativa sobre a tramitação do primeiro Ato da Reforma, bem como sobre as tensões sociais dela decorrentes, indicam que os membros da missão diplomática do Brasil em Londres identificavam-se naquele contexto com a perspectiva de uma burguesia liberal *whig*. Também indicam que os diplomatas brasileiros presenciaram fenômenos modernos e que não encontravam ainda semelhança na realidade brasileira, como a iluminação geral de Londres e seus desdobramentos radicais e o surgimento do movimento operário inglês.

Considerações finais

Com o objetivo de contribuir para o estudo da formação da diplomacia no Brasil e para uma história social dos diplomatas e da diplomacia, a partir da investigação sobre a composição da missão do Brasil em Londres entre os anos de 1829 e 1834, a pesquisa abordou a sede física da missão, a moradia e o local de trabalho dos agentes, suas trajetórias pessoais e profissionais e proveniências familiares e sociais, bem como os modos de trabalho das legações do Brasil no exterior, a divisão de tarefas entre seus membros e a elaboração dos principais documentos, os ofícios. A pesquisa analisou ainda uma parcela dos documentos elaborados pela missão, os informes políticos ostensivos sobre o chamado Ato de Reforma na Grã-Bretanha.

O que se demonstrou é que, situados em um triplo processo (a ascensão do moderno capitalismo urbano e industrial na Inglaterra, as transformações por que a diplomacia global passava à época e a formação da diplomacia brasileira) os diplomatas do Brasil em Londres identificaram-se com uma ascendente e moderna burguesia liberal urbana e tal identificação não se restringiu aos chefes da missão, mas estende-se também aos funcionários subalternos.

No processo de reconhecimento formal da Independência do Brasil, o diplomata Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa instalou, em Londres, a primeira sede da legação brasileira naquele território, em um bairro recém-construído e moderno da cidade, voltado a atender às expectativas de novos setores sociais em ascensão, a saber, uma burguesia industrial e urbana, pequenas-burguesias e altas classes médias locais. Esse local, suburbano e residencial, distinguia-se dos locais de residência urbana da velha aristocracia, que localizavam-se nas áreas de desenvolvimento tradicional de Westminster sobretudo.

Portanto, foi nesse ambiente suburbano residencial de alto padrão para a época, com seu modo de vida, de trabalho, de deslocamento próprios, onde se encontrava a sede da missão diplomática do Brasil, quando, em 1829, o militar baiano Eustáquio Adolfo de Melo Matos ascendeu à chefia no lugar de Gameiro Pessoa, inaugurando assim uma nova configuração da legação, que durou até

1834. O local em que se instalou a legação e onde ela permaneceu até ao menos os anos 1840, permitem afirmar que ocorreu uma identificação de expectativas entre os diplomatas do Brasil em Londres e os setores sociais lá residentes.

Os diplomatas brasileiros que compuseram a legação em Londres entre 1829 e 1834 provinham de famílias da diminuta elite dominante luso-brasileira da época, que aderiram ao processo de Independência da corte do Rio em 1822 e que estavam ligadas sobretudo às áreas fazendária e alfandegária do Estado brasileiro que veio se formar. Essas características referem-se a Eustáquio Adolfo de Melo Matos e a Miguel Maria Lisboa. No caso de Eustáquio Adolfo de Melo Matos e Miguel Maria Lisboa, suas mães pertenciam às classes mais altas da sociedade colonial luso-brasileira, bem como os tios maternos ocuparam altos postos na administração, e os pais trabalhavam respectivamente na alfândega de Salvador e no Tesouro Público, no Rio de Janeiro. Embora sobre José Joaquim Timóteo de Araújo não tenha sido possível identificar esses aspectos, isso não significa que não compartilhasse de proveniência semelhante e um indício disso é que serviu como correio diplomático para Pedro de Sousa Holstein, no Congresso de Viena.

Essa proveniência social e familiar e as redes de influência desses setores na formação do Estado brasileiro preponderaram na escolha da hierarquia de cargos na missão em Londres. Isso porque, conquanto José Joaquim Timóteo de Araújo fosse um experiente oficial de carreira da Secretaria de Estado, quando foi nomeado para trabalhar na missão do Brasil em Londres, ocupou apenas o cargo de adido de primeira classe, não o de chefe da missão ou, ao menos, o de secretário, que ficou a cargo de Miguel Maria Lisboa.

Destaca-se que a abordagem de uma missão a partir de mais de um dos seus membros, a partir da compreensão sobre o funcionamento das missões do Brasil no exterior à época e, em particular, da missão precisamente em Londres, permitiu concluir que a produção dos documentos da legação decorre de um trabalho coletivo e colaborativo entre os funcionários. Por essa razão, pode-se compreender os conteúdos históricos que se interpreta dos ofícios como sendo registros também os agentes subalternos.

A partir disso, a pesquisa também demonstrou que a posição veiculada nos informes da missão ao Rio, sobre o contexto político britânico, expressava uma visão de mundo igualmente vinculada a uma nova burguesia em ascensão naquele território, cuja representação política estava a cargo do agrupamento denominado *whig*. Quando os diplomatas do Brasil (e não apenas Melo Matos) relatam à chancelaria sobre o Ato de Reforma parlamentar, eles assumem um ponto de vista dos proponentes *whigs* desse projeto. Fica claro isso a partir de uma análise detida dos conteúdos e das características dos informes.

Além disso, cabe acrescentar que, quando os diplomatas do Brasil vivenciaram tensões sociais decorrentes da tramitação do Ato de Reforma e puderam observar fenômenos de participação política e social e de expressão da cultura urbana local modernos, a exemplo da iluminação geral, de revoltas populares urbanas e do surgimento de movimentos da classe trabalhadora, também tomaram posição de um ponto de vista identificado com os *whigs* e com uma visão de mundo tipicamente liberal. Ademais, defendiam uma reforma política que ampliasse a participação das novas burguesias, pequenas-burguesias e novas classes médias urbanas, ao passo que entendiam como necessária a repressão a quaisquer tentativas de alteração radical da situação política e econômica em benefício das camadas mais baixas da população local.

ANEXOS

Park Crescent, Regent's Park, 1822, à época ainda denominada The Crescent, Portland Place, onde, em 1825, Gameiro Pessoa instalou a primeira legação oficial do Brasil em Londres. Fonte: Litogravura de Rudolf Ackerman, 1822.

The Mirror

OF

LITERATURE, AMUSEMENT, AND INSTRUCTION.

No. 370.]

SATURDAY, MAY 16, 1829.

[PRICE 2d.]

Laleham Park:

THE RESIDENCE OF THE YOUNG QUEEN OF PORTUGAL.

A mansão de Laleham, que recebeu a comitiva de Maria da Glória, entre 1828 e 1829. Em missão diplomática especial, Caldeira Brant e Gameiro Pessoa hospedaram-se também na quinta de Laleham, espaço aristocrático e afastado da metrópole. Fonte: *The Mirror*, 16 mai. 1829, p. 1.

Referências bibliográficas

ABRANCHES, Dunshee de, *Rio Branco e a polícia exterior do Brasil*. [s.n.t], 1945.

AGUIAR, Antonio Augusto. A vida do Marquez de Barbacena. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.

ALMEIDA, Paulo Roberto de Almeida; REGO, André Heráclito do. *Oliveira Lima: um historiador das Américas*. Recife: CEPE, 2017.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. 1492 e o nascimento de uma moderna diplomacia In.: *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 34, n. 135-136, p. 35-55, 1991.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Contribuições à História Diplomática do Brasil: Pandiá Calógeras, ou o Clausewitz da política externa. In.: *Estudos Ibero-americanos*, v. 18, n. 2, p. 93-103.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Estudos de Relações Internacionais do Brasil: Etapas da produção historiográfica brasileira, 1927-1992. In.: *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 36, v. 1, p. 11-36, 1991.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império*. Brasília: FUNAG, 2017 (3ª. edição, revista e ampliada) [1ª. 2001].

ANDERSON, M. S. *The rise of modern diplomacy, 1450-1919*. London; New York: Routledge, 2013.

ARAGÃO, José Joaquim de Lima e Silva Moniz de. *Resumé de l'histoire politique et diplomatique du Brésil*. Paris: [s.n.t.], 1922.

ARÓSTEGUI, Júlio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru, SP: EDUSC, 2006 [1ª. ed. 1995].

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA. REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. *Cultura e Cidades*, 1985, nos números 8 e 9.

BACELLAR, Bernardo de Lima e Mello. *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Na Officina de J. de A. Bulhoens, 1783.

BAHIA. DEPARTAMENTO DE CULTURA DA SMEC. *Documentos da Municipalidade de Salvador relacionados com a Independência do Brasil 1821-1823*. Contribuição da Prefeitura Municipal para as festas do Sesquicentenário. Salvador: Departamento de Cultura da SMEC, 1972.

BIAGGI, Marcus Vinicius Correia. *Sobre diplomacia e território (1831-1834): edição de documentos do Arquivo Histórico do Itamaraty*. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e

Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo: 2014.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario Portuguez e latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus: 1712-1721. 8 v.

BRASIL. ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA. *Coleção Independência do Brasil na Bahia*: descrição dos documentos custodiados pelo Arquivo Público da Bahia. Salvador: Fundação Pedro Calmon, Arquivo Público da Bahia, 2011.

BRASIL. DEPARTAMENTO DE CULTURA DA SMEC DA BAHIA. *Documentos da Municipalidade de Salvador relacionados com a Independência do Brasil 1821-1823. Contribuição da Prefeitura Municipal para as festas do Sesquicentenário*. Salvador: Departamento de Cultura da SMEC, 1972.

BRASIL. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado á Assembléia Geral Legislativa*. Typographia Nacional, 1831-1847.

BRASIL. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS. *Regimento das legações de Sua Magestade O Imperador do Brazil*. Bruxelas: [s.n.], 1834.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Arquivo Diplomático da Independência*. Rio de Janeiro: MRE, 1922-25. 6 volumes.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Arquivo Histórico do Itamaraty - Parte I – Correspondência*. Rio de Janeiro: MRE, 1951. (Catálogo).

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Guerra da Europa. Documentos diplomáticos. Attitude do Brasil*. Rio de Janeiro: MRE, 1917.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA. *Cadernos do CHDD*. 2002-2019.

BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Naciona, 1883-1899. Volume 2 e Volume 5

CALMON, Pedro. *História Diplomática do Brasil*. [s.n.t], 1941.

CALÓGERAS, João Pandiá. *A Política Exterior do Império: da Regência à Queda de Rozas*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1933.

CALÓGERAS, João Pandiá. *O Marquez de Barbacena*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1934.

CAMPOS, Raul Adalberto. *Relações diplomáticas do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. do “Jornal do Commercio”, de Rodrigues & C., 1913.

CANDIDO, Antônio. *Um funcionário da monarquia: ensaio sobre o segundo escalão*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

CARPENTER, Kirsty. The novelty of the French émigrés in London in 1790s. In: KELLY, Debra; CONYK, Martin. *A history of the French in London: liberty, equality and opportunity*. London: School of Advanced Study, University of London, Institute of Historical Research, 2013.

CARVALHO, Carlos Delgado de. *História diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional 1959.

CASTRO, José Ferreira Borges de. *Collecção dos tratados, convenções, contratos e actos publicos : celebrados entre a coroa de Portugal e as mais potencias desde 1640 ate ao presente*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)*. Brasília: FUNAG, 2009. Vol. 1.

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2014.

CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Novo Diccionario critico e etymologico da Lingua Portuguesa*. Paris: Na Oficina Typographica de Casimir, 1836.

COSTA, Sérgio Correa da. *Pedro I e Metternich (traços de uma guerra diplomática)*. 1942.

DORIA, Luís Gastão d'Escrangnolle. A Independência em Windsor. In.: *Revista da Semana*, Ano XXIV, N. 22, 26 de maio de 1923.

CANDIDO, Antônio. *Um funcionário da monarquia: ensaio sobre o segundo escalão*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007. p. 17. (2ª edição revista pelo autor)

FRASER, Derek. The Agitation for Parliamentary Reform. In.: WARD, J. T. *Popular Movements, c. 1830-1850*. London: Macmillian Press Ltd., 1993. p-31-51. Problems in focus series. (First published 1970)

FREIRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbook Editora, 2000; p. 379; [1ª ed. 1948].

FREITAS, Caio de. George Canning e o Brasil (influência da diplomacia inglesa na formação brasileira). Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1958.

GODDEN, Angelica. *Madame de Stael: a dangerous exile*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

GRAHAM, Maria. *Journal of a voyage to Brazil, and residence there during part of the years 1821, 1822, 1823*. London: 1824.

HILL, Lawrence. *Diplomatic relations between the United States and Brazil*. 1932.

HOMEM, Antônio Pedro Barbas. *História das relações internacionais: o direito e as concepções políticas na Idade Moderna*. Coimbra: Edições Almedina, 2010.

ITABAYANA, visconde de [Manoel Rodrigues Gameiro Pessoa]. *Exposição fiel sobre a negociação do empréstimo que o Império do Brasil ha contrahido em Londres e sobre as vantagens delle resultantes*. Londres: Imprensa de J. Ganard, 1827.

JENKINSON, Hilary. *A manual of archive administration: including the problems of war archives and archive making*. Oxford: Clarendon Press, 1922. (Economic and Social History of the World War, British Series).

JORGE, Arthur Guimarães de Araújo. *Ensaio de História diplomática do Brasil. 1889-1902*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora de Jacintho Silva, 1912.

Kelly, James, Popular politics in Ireland and the Act of Union. In: *Transactions of the Royal Historical Society* (Cambridge University Press), vol. 10, 2000,

LIMA, Oliveira. *História diplomática do Brasil: reconhecimento da Independência*. Rio de Janeiro; Paris: H. Garnier Livreiro-Editor, 1901.

LIMA, Manuel de Oliveira. *Cousas diplomáticas*. Lisboa: A Editora, 1908.

LYRA, Heitor. *Histórica Diplomática e Política Internacional*, 1941

LOBO, Hélio. *As portas da Guerra – história diplomática do Brasil*, 1916

LOBO, Hélio. *Cousas diplomáticas*, 1918

MARQUESE, Rafael de Bivar. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. In.: *Anais do Museu Paulista*, N. Sér. v. 13, n. 2, p. 165-188, jul-dez. 2005.

MARS, Valerie. Experiencing french cookery in nineteenth-century London. In: Debra Kelly, Martyn Cornick. *A history of the French in London*. London: School of Advanced Study, University of London, Institute of Historical Research. (2013), p. 217-240.

MELO, Rubens Ferreira de. *Textos de Direito Internacional e de História Diplomática*, 1950.

MENDONÇA, Renato. *História da política exterior do Brasil*, 1945.

MENDONÇA, Renato. Um diplomata na corte de Inglaterra: o Barão de Penedo e sua época. Brasília: Senado Federal, 2006; p. 282. [1ª. ed. 1942].

MONTEIRO, Ofélia Milheiro Caldas Paiva. *A formação de Almeida Garrett: experiência e criação*. Coimbra: Centro de Estudos Românicos, 1971.

MORAIS, J. A. Melo. História da diplomacia brasileira, pelo barão de Cayrú. In: *Brasil Histórico*, 1865.

MORTON, F. W. O. The military and Society in Bahia, 1800-1821. In: *Journal of Latin American Studies*. Cambridge, UK/New York: Cambridge University Press, 1975. vol. 7, n. 2 (Nov., 1975), pp. 249-269.

MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944*. Rio de Janeiro: Editora Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1976.

NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963; p. 93 [1ª. ed. 1900].

NICOLSON, Harold. *La diplomacia*. México: FCE, 1994. [1ª. edição, 1939]

OLIVEIRA, José Manoel Cardoso de. *Actos diplomáticos do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1997; II Tomos, (edição fac-similiar) [1ª. ed. 1912];

PORTUGAL. UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Relação e índice alfabético dos estudantes matriculados na Universidade de Coimbra no Anno Lectivo de... para...; suas aturalidades, filiações e moradas. (Para os anos entre 1813 e 1820)

PINHO, Wanderley. Bahia: 1808-1856. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de et. al.. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. (Volume 4 - Tomo II – O Brasil Monárquico: dispersão e unidade).

PINTO, Antonio Pereira. *Apontamentos para o direito internacional*. Rio de Janeiro: 1864 e 1869

PLOWRIGHT, John. *The Routledge Dictionary of Modern British History*. London and New York: Routledge, 2006.

QUESADA, Vicente G. *História Diplomática Latino Americana*. Buenos Aires, 1920.

RAMOS, César Augusto Ornellas. O Visconde e o Intendente: reflexões acerca da trajetória memorialística e representação de classe (Rio de Janeiro, 1772-1889). In: Anais do Museu Histórico Nacional, n. 31, 1999, p.121-134.

RANGEL, Alberto. Dois ingleses: Strangford e Stuart. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura e Arquivo Nacional, 1972.

RICUPERO, Rubens. *A Diplomacia na Construção do Brasil. 1750-2016*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1958.

ROCHA, Arthur Pinto da. *História Diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro: 1916.

ROCHA, Artur Pinto da. Curso de História diplomática brasileira do IHGB. In.: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXXVII, 1914, p. 219.

ROCHA, Arthur Pinto da. *História Diplomática do Brasil*. In.: *Diccionario Histórico, Geográfico e Ethnográfico*. Rio de Janeiro: IHGB, 1922.

RODGER, Richard. *Housing in Urban Britain, 1780-1914: Class, capitalism and construction*. London: MacMillan, 1989.

RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo A. S; Uma história diplomática do Brasil, 1531-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. (Organização Lêda Boechat Rodrigues).

RUDÉ, George. English rural and urban disturbances on the Eve of the First Reform Bill, 1830-1831. In.: *Past & Present*, n. 37, jul 1967.

SANTOS, Guilherme de Paula Costa. *No caleidoscópio da diplomacia: formação da monarquia constitucional e reconhecimento da Independência e do Império do Brasil, 1822-1827*. Tese (Doutorado). São Paulo: Programa de Pós-graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

SANTOS, Luís Cláudio Vilafañe Gomes. *Juca Paranhos: o barão do Rio de Branco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, Norma Breda dos. História das relações internacionais no Brasil: esboço de uma avaliação sobre a área. In.: *História (São Paulo)*, v. 24. n. 1, 2005.

SANTOS, Renata. Um projeto para o Brasil: o papel dos militares durante o Primeiro Reinado. In: *Anais do XIII Simpósio Nacional de História – ANPUH*. Londrina: ANPUH, 2006.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e biografia. CARDOSO, Ciro Flamarion ; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2012. p. 187-207.

SCHWARTZ, Stuart. *Sugar plantations in the formation of Brazilian society. Bahia, 1550-1835*. London: Cambridge University Press, 1985:

SMITH, Michael S. Parliamentary Reform and the Electorate. In.: WILLIAMS, Chris. *A companion to nineteenth-century Britain*. Oxford: Baelwell Publishing, 2004;

SEVCENKO, Nicolau. Perfis urbanos terríveis em Edgar Allan Poe. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Associação Nacional de História, 1985. V. 5; n. 8/9; (set. 1984-abr. 1985) p. 80.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre Rafael Bluteau, reformado e accrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro*. Lisboa: Officina de Thaddeo Ferreira, Anno de 1789.

SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario de lingua portugueza*. Lisboa: Na Typographia Lacerdina, Anno de 1813.

SILVA, Antônio de Moraes; VELHO, Theotonio José de Oliveira. *Diccionario de lingua portugueza*. Lisboa: Impressão Régia: Anno de 1831.

SILVA, Geraldo Eulálio Nascimento e. *A missão diplomática*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1971.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo: Editora Nacional, 1978. 2ª edição; p. 41; (Brasiliense; v. 363).

SISSON, S. A. *Galeria de Brasileiros Ilustres*. Brasília: Senado Federal; v. 2, p. 38. [1ª. ed. 1858-1861].

SOARES, Álvaro Teixeira. *Araújo Jorge: o diplomata e o historiador*. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; v. 318, jan/mar., 1978.

SOARES, Álvaro Teixeira. *História administrativa do Brasil: organização e administração do ministério dos Estrangeiros*. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1984.

SOUSA, Otavio Tarquínio de. *A vida de Pedro I*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora: 1954. Volume 3.

SOUZA, Jose Antônio Soares de. *Um diplomata do Império (Barão da Ponte Ribeiro)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952

STEWART, Robert. *Party & Politics, 1830-1852*. New York: Macmillan, 1989.

SUMMERSON, John. *Georgian London*. New Haven and London: edited by Howard Colvin, 2003. Published for the Paul Mellon Centre for Studies in British Art by Yale University Press. [1ª. ed. 1945].

WEBER, Adelir. *Relações comerciais e acumulação mercantil: Portugal, Hamburgo e Brasil entre a Colônia e a Nação*. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo: 2008

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Soberania sem independência: aspectos do discurso político e jurídico na proclamação do Reino Unido*. In: Tempo, 2011.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WRIGHT, Antonia Fernandes Pacca de Almeida. *O desafio americano à preponderância britânica no Brasil, 1808-1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. *Relação e índice alfabético dos estudantes matriculados na Universidade de Coimbra no Anno Lectivo de... para...; suas naturalidades, filiações e moradas*. (Para os anos entre 1813 e 1820).

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. As primeiras negociações diplomáticas respectivas ao Brasil. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo LXV, Parte I, p. 427.

VASCONCELOS, Mário de Barros. *Motivos de história diplomática do Brasil*, 1930.

VASCONCELOS, Mário de Barros. *Pedro II e a política Internacional*, 1922.

VIANA, Hélio. *História diplomática do Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1958.

YUSSEF, Alain El. Miguel Maria Lisboa: escravidão, geopolítica global e economia imperial durante a Guerra Civil norte-americana (1860-1871). In.: *Cadernos do CHDD*. Ano 15, N. 29, segundo semestre 2016. p. 29-50; e,

YUSSEF, Alain El. *O Império do Brasil na segunda era da abolição, 1861-1880*. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Imprensa periódica mencionada

British Almanac

Courier

Standard

The Mirror

Morning Adviser

Morning Chronicle

Morning Post

Public Ledger and Daily Advertiser

The British Press

The Edinburgh Adversiter

The New Times

Times

The Champion

The Scotsman

Referências documentais do Arquivo Histórico do Itamaraty

Ofícios ostensivos da missão do Brasil em Londres

Notações:

216.1.11

216.1.12

216.1.13

216.1.14

216.1.15

Ofícios reservados da missão do Brasil em Londres

Notações:

217.3.1

217.3.2